

Leda Jesuino

Elizete Passos

Coleção Educadoras Baianas

Leda Jesuino



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor

Naomar Monteiro de Almeida Filho

Vice-reitor

Francisco José Gomes Mesquita

Pró-reitora de Pesquisa e Pós-graduação

Maria de Fátima Dias Costa

Editora da Universidade Federal da Bahia

Diretora

Flávia M. Garcia Rosa

Faculdade de Educação da UFBA

Direção

Nelson De Luca Pretto [direcao@faced.ufba.br]

Vice-direção

Mary Arapiraca [ciro@svn.com.br]

Coordenação da Pós-graduação

Theresinha Guimarães Miranda [tmiranda@ufba.br]

Vice-coordenação

Roberto Sidnei Macedo [rsmacedo@terra.com.br]

Coleção Educadoras Baianas

Leda Jesuino

Elizete Passos

EDUFBA - FACED
Salvador - Bahia
2004

©2004, by EDUFBA - FACED

O conteúdo deste livro é de inteira responsabilidade do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da UFBA.

Revisão
Solange Fonseca

Projeto gráfico: capa e miolo
Angela Dantas Garcia Rosa

Formatação
Antonio Ney S. Oliveira Filho

Biblioteca Central - UFBA

P289 Passos, Elizete.
Leda Jesuino / Elizete Passos : capa e projeto gráfico : Angela Garcia Rosa. -
Salvador : EDUFBA : FACED, 2004.
167 p. : (Coleção educadoras baianas)

ISBN 85-232-0330-3

1. Jesuino, Leda. 1924 -. 2. Educadoras - Bahia - Biografia. 3. Mulheres na
educação - Bahia - História. I. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de
Educação. II. Título.

CDU - 929.37.011.31
CDD - 923.7

EDUFBA	FACED
Rua Barão de Geremoabo, s/n	Programa de Pós-graduação
Campus de Ondina	Av. Reitor Miguel Calmon, s/n, Vale do Canela
40170-290 - Ondina, Salvador - BA	40110-100 - Salvador - BA
Tel/fax: (71) 2636164	Tels: (71) 2637262/2637269/2637272
www.edufba.ufba.br	aced@ufba.br
edufba@ufba.br	

Sumário

7 Apresentação

13 Seis: Leda Jesuino em seis diferentes retratos

21 Quem é Leda Jesuino

24 Engajamento político, tenacidade e vontade de vencer

27 Conciliando família e profissão

30 Como ela se define, como é definida

37 Corpo de saberes

39 A educação a serviço de um mundo melhor

45 Ser professor, ser educador

53 Metodologia e processo de aprendizagem

63 Valores morais

69 Seu conceito moral

73 Valores ensinados e seguidos em sua prática educativa

78 Como as pessoas devem viver na sociedade

81 Trajetória da educadora

83 Colégio de Aplicação

88 Colégio Universitário

89 Centro de Ciência da Bahia - CECIBA

92 Faculdade de Educação

99 A educadora e as questões de gênero

104 Como se comportou diante dos sistemas normativos estabelecidos

120 Pontos de fuga

121 Ser mulher na sociedade baiana

122 Transgressões possíveis e realizadas

126 Adequação aos princípios estabelecidos

131 Escolhas conscientes

137 Uma mulher em destaque

142 O desabrochar de uma vocação literária

145 Convicções sobre a condição feminina

152 Como ela analisa sua trajetória hoje

154 O que a sociedade valorizou nela a ponto de destacá-la?

161 Fotos

Apresentação

A Coleção **Educadoras Baianas** compõe-se de 08 livros¹ destinados aos cursos de Pedagogia, Magistério Superior e demais cursos de formação de professores, bem como a pessoas que se interessem pela História da Educação e pelos estudos de gênero.

A escolha das educadoras que são estudadas em cada um deles: Amélia Rodrigues (1891- 1926), Maria Luiza de Souza Alves (1862-1945), Guiomar Muniz Pereira (1895- 1956), Anfrísia Santiago (1894-1970), Angelina de Assis (1915-1988), Irmã Querubina (1921), Candolina Rosa de Carvalho (1921-1973) e Leda Jesuino (1924) se deu após a realização de uma pesquisa exploratória onde foram entrevistadas pessoas estudiosas da história da Bahia e da educação baiana, assim como levantamento e análise dos nomes de mulheres dados a escolas, bem como pesquisa em jornais da época.

A intenção era trabalhar com educadoras que se destacaram no cenário educacional, a ponto de serem lembradas e reverenciadas ainda hoje, pois nos interessava saber o que as tinha feito chegar a esse lugar de destaque numa sociedade em que o espaço público vem sendo destinado ao sexo masculino. Também procurávamos saber se elas eram provenientes de famílias de destaque social; se foram coerentes com os princípios, papéis e espaços concedidos ao sexo feminino ou se tiveram a “ousadia” e coragem de romper com o estabelecido e escreverem sua história, mesmo que fosse em uma área tradicionalmente feminina, como

a educacional. Outras categorias referentes à sua formação foram agregadas: que autores as influenciaram? O que produziram com o conhecimento adquirido? Que trajetória fizeram?

Os livros retratam a saga de cada uma delas, com suas circunstâncias, facilidades e entraves, por isso, possuem tamanhos que variam, apesar da nossa decisão ter sido por escrever textos sucintos, desde que não prejudicassem sua qualidade.

O trabalho é fruto de investigação cuidadosa e demorada em documentos, jornais, livros, resenhas e revistas; mas, principalmente da história oral. A ausência de qualquer tipo de trabalho sistematizado sobre muitas delas nos fez entrevistar dezenas de pessoas, entre ex-alunas, companheiras de trabalho, mães, pais, dentre outros depoentes.

O que não teria sido possível se não tivéssemos contado com uma equipe de auxiliares de pesquisa, estudantes dos cursos de Filosofia, História, Sociologia e Pedagogia²; com o apóio do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM); da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal da Bahia, através do PIBIC; assim como do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPQ), com a concessão de Bolsas de Iniciação Científica e de Produtividade em Pesquisa.

Em todos eles trabalhamos com a memória histórica e social, a partir da memória individual e coletiva. O que à primeira vista pode parecer de menor importância, entretanto, um exame acurado vai revelar seu significado e alcance. Não é à toa que Le Goffe (1996, p. 426), afirma que:

[...] tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esqueci-

mentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.

Compactuando com esta tese, inferimos que conhecer o ideal de mulheres/educadoras, a partir do seu corpo de saberes e dos seus valores morais, daquilo que foi revelado ou escondido na sua prática educativa, do que foi valorizado ou não pela sociedade, saber o porque elas foram destacadas e se estavam conscientes da relação entre os meios e os fins da sua ação educativa, é uma forma de desvelar sentidos, abordar valores e entender o contexto sócio-histórico.

A **Coleção Educadoras Baianas** fecha um ciclo de estudos que vimos realizando desde meados da década de 80 sobre a educação da mulher baiana, tendo como um dos objetivos recuperar a memória da educação feminina, por acreditar que a prática educacional é uma das principais fontes de manutenção das desigualdades de gênero ou de sua superação.

Nesse empenho, realizamos vários estudos de caso tomando como objeto os colégios considerados matrizes formadoras da mulher na Bahia, tais como: o Instituto Feminino da Bahia, O Colégio Nossa Senhora das Mercês, A Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia e a Faculdade de Filosofia, da mesma Universidade.

Com isso, acreditamos ter cercado a questão por todos os lados e, assim, ser possível, a partir da recuperação dessa memória, entender os silêncios e as falas, a que e a quem eles vêm servindo. Intentamos com isto auxiliar na implementação de ações educativas em novas bases, onde a diferença não seja tomada como desigualdade, nem a educação seja transformada em instrumento de manutenção da mesma.

O presente livro e os demais que fazem parte da Coleção compõem essa trajetória e objetivos, porém, vão além, pois procuram abarcar a educação feminina na Bahia no presente século, após já termos estudado instituições educacionais voltadas para a educação feminina, termos mapeado o seu cotidiano, suas formas de disciplinamento e de poder e o tipo de mulher que elas produziram, volta-se agora para a figura da educadora, visando conhecer seu ideal educativo, sua consciência pedagógica, suas representações sociais.

Quase todas representam um modelo de educação tradicional, centrado na figura do educador e solidamente fundamentado em valores morais inspirados na religião católica, onde a educadora tinha como papel servir a Deus e transmitir valores e ensinamentos religiosos. Algumas registraram suas idéias e convicções sobre a educação em artigos e livros, como Amélia Rodrigues, Maria Luiza de Souza Alves e Leda Jesuino, mas todas elas as praticaram com determinação e suas marcas são indelévels nas pessoas que tiveram a oportunidade de conviver com elas na condição de alunas, colegas de trabalho ou colaboradoras.

Quanto ao sexo feminino, acreditavam que sua natureza era feita de amor, amor incondicional, amor materno. Não colocavam limites entre a mulher e a mãe, tão intrincada era a relação que elas estabeleciam entre as duas. A imagem da mulher mãe traçada por quase todas se distancia do ser humano e se aproxima de entidades divinas. As expressões usadas por algumas delas para defini-la são esclarecedoras: “figura radiosa”, “benedita”, “sublime”, “sacrificada”.

10 | O estudo sobre essas e outras educadoras que continuam na mente de muitas pessoas, mas se perdendo na poeira do

tempo, há muito se fazia necessário. Através delas desvendamos muito da nossa história, em especial da história da educação baiana e brasileira, sem contar que elas são matrizes da formação de gerações e gerações e segredam muito do que fomos e somos.

O presente volume é o último da Coleção e trata de uma educadora que foge do modelo das demais, dentre outros motivos por ter feito uma carreira no ensino superior, quando sabemos que as mulheres vêm sendo destinadas ao magistério infantil.

A educadora Leda Jesuino foi a primeira mulher a diplomarse em filosofia na Bahia, e após atuar como professora em vários colégios particulares de Salvador, tornou-se docente da Universidade Federal da Bahia. Contudo, não fugiu à tradição cultural e fez sua carreira na área da educação, através da coordenação de institutos de ensino, como o Colégio de Aplicação, na elaboração e execução de projetos inovadores como o das Classes Piloto e na administração central da Universidade, o que lhe rendeu destaque e reconhecimento social.

Notas

¹ No momento estamos apresentando ao público 06 deles, os dois restantes sobre as educadoras Maria Luiza de Souza Alves e Irmã Querubina estão em fase final de redação.

² Como foram muitos, uma vez que ingressaram na pesquisa um número significativo, pois fazia parte da política do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM) capacitar novos pesquisadores; e participaram do trabalho em momentos distintos, preferimos não nomeá-los a fim de não cometer injustiças.

Seis: Leda Jesuino em seis diferentes retratos

Não foi por estranhos que tive conhecimento. Soube com meus próprios olhos, ou, melhor, com meus próprios ouvidos, escutando de minha filha Maria Edith o comentário de que a diretora do curso que ela fazia, o Ceciba, era para os alunos mais do que uma regente do curso, porque se tornara uma segunda mãe a todos eles. Devido à maneira carinhosa de relacionar-se com as turmas, sempre afetuosa nos contatos, a professora Leda Jesuino transformara numa espécie de família a pequena comunidade que se abrigava no Colégio Central.

Com sua voz pausada e envolvente, na qual também se podia perceber um tom de autoridade e firmeza, ela costumava repreender o erro de comportamento pela ponderação e pelo conselho, jamais humilhando ou castigando. Por isso, o Ceciba (Centro de Ensino de Ciências da Bahia) era amado pelos estudantes, e já constituía uma referência no ensino em Salvador. Minha filha era uma das alunas.

Conhecia de vista a professora Leda Ferraro (seu nome de solteira), desde os tempos em que a Faculdade de Filosofia ocupava o casarão da Avenida Joana Angélica, no qual antes estivera a Escola Normal. Ela fizera parte da primeira turma de alunos da Faculdade, que se graduou em 1945. Foi a única mulher do curso de Filosofia, e também a primeira, na Bahia, a formar-se naquele ramo de conhecimentos. Pouco tempo depois de

concluir a Licenciatura em Filosofia, terminaria o Curso de Serviço Social, para alcançar o privilégio de ser, ainda, a primeira representante do seu sexo a preparar-se com aquele curso. Porém, vale muito mais habilitar-se pelo estudo e pela prática, em qualquer das áreas do preparo profissional, do que colecionar diplomas. Leda, a estudante, sempre levou a sério a oportunidade de adquirir uma boa formação. Sua turma deixou fama na Faculdade. Ela própria era apontada como exemplo de aluna. Foi a aluna laureada.

Nunca é demais salientar a significação que a Faculdade de Filosofia, de Isaías Alves, teve para o melhoramento cultural da mulher baiana, e, igualmente, para sua realização pessoal e profissional. Ela, a faculdade, ele, o reformador, tornavam possível o prodígio de abrir à mulher o mercado de trabalho, mas, principalmente, o de enriquecer a elite pensante pela incorporação de vasto contingente de pessoas dotadas das qualidades que se entende como inerentes à mulher: facilidade de assimilação, aplicação no estudo, meticulosidade na execução de tarefas, probidade no manuseio de dinheiro, responsabilidade, pontualidade, sensibilidade, e tantas mais. Por isso mesmo, Isaías Alves não perdeu de vista Leda Ferraro, que o feliz casamento, em 1948, fez alterar o nome para Leda Jesuino dos Santos, esposa do médico e professor Antônio Jesuino dos Santos Netto, a quem cabe, como a bem poucos outros profissionais da Medicina, o adjetivo de humanitário, afora o conceito de completa sabinidade da arte da cirurgia. Dizia José Silveira que se tivesse um filho gostaria que fosse portador das virtudes de Jesuino Netto. Sofrido, temperado nos embates da vida, Silveira, objetivo e sincero, não era homem de prodigalizar elogios.

Criado o Colégio da Aplicação, Isaías, após algumas experiências mal sucedidas, chamou Leda para sua direção.

Anexo à Faculdade de Filosofia, ou, mais apropriadamente, ao Curso de Didática da Faculdade, o Colégio de Aplicação tinha por finalidade principal ser espaço experimental da Faculdade para o emprego da pedagogia, lato sensu, na formação de professores, e, por extensão, na didática aplicada aos diferentes cursos de graduação.

Com a colaboração dos demais professores, o Colégio de Aplicação atingiu esplendidamente seus objetivos. O período durante o qual esteve em atividade foi uma época marcante do ensino de humanidades em Salvador.

O nome de Leda Jesuino logo compareceu às cogitações dos dirigentes universitários quando pensaram em criar o Colégio Universitário da Bahia. Esse colégio teria um papel regulador na preparação de candidatos a ingresso na Universidade Federal, assim como função limitada de qualificação. Apesar do empenho de Thales de Azevedo e outros professores de alto conceito para que se executasse o projeto elaborado por Leda, a idéia da fundação do Colégio Universitário não logrou efetivar-se. Insucesso a lamentar, tendo em vista, sobretudo, a proliferação de cursinhos, faculdades e universidades, que tem ocorrido de algum tempo a esta parte.

É interessante acompanhar a caminhada de Leda, após a obtenção da Licenciatura em Filosofia (que lhe valeu a primeira experiência no magistério, como a professora de Filosofia e de Latim em cinco colégios) até alcançar seu verdadeiro destino - a Educação.

Ela pretendia a princípio, seguir a carreira diplomática, mas este seu projeto veio a ser frustrado por um inopinado decreto federal que fechou o ingresso de mulheres àquela carreira. A opção seguinte, pelo estudo da filosofia, depois pelo serviço social, os trabalhos escritos, a participação em congressos, simpósios, mesas-redondas, a direção de estabelecimentos de ensino, enfim, a vastíssima atividade de que dá conta o *currículum* de muitas páginas, tudo isso fala de sua trajetória para concretizar-se o que terá sido inicialmente uma provocativa intuição, desabrochando mais tarde em vocação irresistível, de modo a torna-la, nos dias de hoje uma das maiores educadoras brasileiras. Bem merece a notável biografia que lhe dedica a Professora Elizete Passos.

A seriedade e o volume do trabalho testemunham o grande esforço de Elizete para construir, como fez, o retrato de Leda Jesuíno no viés de educadora e na condição de mulher; os retratos, diria melhor.

A biografia - que é também ensaio - divide-se em seis capítulos. Antes deles, a introdução do estudo comporta considerações gerais, feitas para conduzir o leitor ao melhor entendimento do texto, ou seja, à sua ambientação no panorama em que o livro irá desenvolver-se.

O primeiro capítulo busca informar quem é Leda Jesuíno. Engajamento político. Tenacidade e vontade de vencer. Conciliação de família com profissão. Como Leda se define e como é definida.

Vale ressaltar que o engajamento político de Leda, na fase estudantil, não possuía cunho partidário, mas o propósito de conscientizar os estudantes da necessidade de prestigiarem as forças da democracia (estava-se na época da Segunda Guerra Mundial) e se interessarem pelos direitos humanos.

Esse capítulo inicial inclui o esforço de Leda, quando já casada e mãe de cinco filhos, para conciliar os deveres para com a família e os compromissos de trabalho. Falando, na ocasião, a um jornal, ela disse: “Pessoalmente, sinto-me como bailarina de circo, equilibrando-se na corda bamba com a sombrinha na mão”.

O segundo capítulo versa sobre o “corpo de saberes”. A base da formação de Leda. Seu conceito de educação a serviço de um mundo melhor. Ser professor e ser educador. Metodologia e processo de aprendizagem.

Elizete se serve das definições da própria Leda para frisar a diferença entre o professor e o educador, enquanto um e outro em atividade. São palavras de Leda: “O professor é aquele que está preocupado [...] com aquele conteúdo programático que está obrigado legalmente a transmitir; [...] o educador tem uma visão mais ampla, porque ele está comprometido em formar aquela pessoa”.

Leda terá sido mais educadora do que professora. A biógrafa prefere estudar este seu perfil. Escreve: “A atuação da educadora era inovadora em vários sentidos. Primeiro, por dar voz aos alunos, quase sempre preteridos, em nossa tradição educacional, de base humanista tradicional, centrada no educador, onde ele se torna naturalmente o porta-voz do aluno, por ser considerado maduro e tecnicamente capacitado para traduzir as percepções e os sentimentos dos discentes. Além de reabilitar o discente à posição de sujeito, seu método de avaliação também elevava os pais à condição de interlocutores”.

Os “valores morais” são objeto do terceiro capítulo. Aí, Elizete examina a gênese dos princípios morais de Leda. O conceito que ela tem de moral. Os valores ensinados e seguidos em sua prática educativa. Segundo a ótica de Leda, como as pessoas devem viver em sociedade.

A busca da origem da personalidade moral de Leda Jesuíno lembra, mais uma vez, a importância que tem a família na formação da pessoa. Ficou-lhe na consciência, para todo sempre, a punição que sua mãe lhe aplicava, para castiga-la por qualquer estrepotia: escrever 100 vezes em páginas de papel pautado, estes provérbios: “O saber morre com seu dono. É a única coisa que ninguém tira”, e “Primeiro a obrigação, depois a devoção”.

Embora nascida e criada em uma família católica, Leda teve sua formação moral indelevelmente influenciada pela doutrina presbiteriana, enquanto cursou o antigo Colégio Dois de Julho, dirigido pelo casal de norte-americanos Peter e Irene Baker. Ali estudou menos religião do que adquirir a religiosidade que o acompanharia de então em diante.

Sua idéia de moral é muito peculiar, muito sua. Provém de leituras e reflexões. Como dis Elizete Passos, ela sistematiza a moral em alguns princípios retirados tanto da herança ocidental quanto da oriental, que estudou profundamente. “Dos orientais, destacava como um princípio que deveria fazer parte do manancial de educador, que quando apontamos o dedo para alguém, temos três apontados para nós mesmos (Buda). Corroborava com esse princípio, outro que havia aprendido nos tempos do colégio presbiteriano, de Jesus Cristo, que ensina: não julgueis para não serdes julgado. A forma como ela interpretava e aplicava esses princípios à educação consistia em um misto de teoria e moralidade, presente ao longo de sua vida, que consistia em ensinar o educando a ser simples e sábio”.

As atividades desempenhadas por Leda vêm comentadas do quarto capítulo, dedicado à “Trajetória da Educadora”.

Licenciada em Filosofia, em 1945, Leda nesse mesmo ano começou a ensinar, admitida como professora daquela mesma disciplina no Colégio Ipiranga, de Isaías Alves, e também como professora de Latim no Colégio Dois de Julho. Foi início de uma carreira que se prolongou até abril de 1980, quando se aposentou; 35 anos de presença no território da Educação, percorridos sob os mais diversos papéis, como se pode ver no *curriculum vitae* de 33 páginas, que bem poderia ser perpetuado como apêndice deste estudo biográfico, de forma a completar, com dados concretos, o exaustivo trabalho de Elizete Passos, que não consiste apenas na biografia de Leda Jesuíno, porque abrange matéria substancial sobre a teoria e a prática da Educação, expondo também informações e comentários em torno das experiências pedagógicas que Leda conduziu ou das quais participou.

No quinto capítulo, Elizete focaliza “A educadora e as questões do gênero”, tema que é desdobrado em sete partes, a saber: 1 – como fato de ser mulher interferiu na formação de Leda; 2 – como Leda se comportou diante dos sistemas normativos estabelecidos; 3 – os pontos de fuga; 4 – o ser mulher na sociedade baiana; 5 – transgressões possíveis e realizadas; 6 – adequação aos princípios estabelecidos; 7 – escolhas concientes.

Este será, talvez, o capítulo mais interessante do livro, porque aquele que penetra mais fundamente na individualidade da personagem. Aí está o questionamento sobre como Leda se posicionou em face de situações de conflito, perante as quais ela não poderia comportar-se como diplomata que pretendeu ser, porém teve de enfrentá-las com espírito de decisão.

Não anteciparei a sensação do leitor, mostrando como Leda Jesuíno se comportou diante dos intrincados dilemas com que

a vida a desafiou. Ele, o leitor, saberá isso na devida oportunidade, com a leitura dessa parte do livro. No entanto, como uma espécie de amostra do que o leitor irá encontrar, transcreverei aqui o que Elizete escreve sobre o modo como a educadora Leda se posicionou quando chamada a conciliar o papel de profissional e os de mãe e esposa. As palavras são da professora Elizete:

Os papéis de mãe e esposa não foram preteridos, ao contrário, concorreram com os profissionais, levando-a a fazer escolhas, como aquela que a fez deixar de lado a carreira de assistente social, quando esperava o primeiro filho, Eduardo Antônio Jesuino dos Santos. Sempre se reporta ao seu casamento como positivo, feliz e solidário, entretanto, não nega que em toda relação de casamento a ‘balança sempre pesa mais para a mulher’. Não parece questionar a situação, ao contrário, propõe que as mulheres tenham consciência disto e se preparem para cumprir as exigências.

“Uma mulher em destaque” é a epígrafe do sexto capítulo, no qual a autora diz da personalidade de Leda, de seus sentimentos, crenças e opções intelectuais, e também de seu ingresso no espiritismo e dos seus estudos das religiões orientais.

Encerra o livro uma apreciação em torno da projeção de Leda Jesuino - educadora, dirigente de instituições, escritora, acadêmica, figura social – na comunidade baiana, sob o título sugestivo de “O que a sociedade valorizou nela a ponto de destacá-la”. Interrogação que tem sua resposta bastante no fiel e inteligente retrato que é o livro de Elizete Passos; melhor dizendo, nos seis retratos que pinta desse ícone da Educação e da afirmação da mulher.

Jorge Calmon

Salvador, fevereiro de 2002

Quem é Leda Jesuino

[...] ao voltar a Salvador iniciei estudos para fazer o curso do Itamarati para ingressar na Carreira Diplomática. Infelizmente e neste mesmo ano, o Governo Federal publicou decreto proibindo entrada de mulheres [...].

Leda Jesuino

Nasceu em Salvador, no bairro do Rio Vermelho, no dia 18 de setembro de 1924. Os jornais da época falam do patriotismo festivo que envolvia o Brasil, responsável por atitudes governamentais dispendiosas e inconseqüentes, em substituição a ações político-sociais imprescindíveis ao crescimento do país.¹

O bairro em que nasceu Leda era tão pouco desenvolvido quanto a Cidade do Salvador à época. O Rio Vermelho não passava de um espaço rural, sem asfalto nem serviços de saneamento, o que possibilitou ser criada dentro de um pomar. Como se recorda, costumava falar sozinha com as árvores e os animais.

A situação política da Bahia era festejada, dentro e fora dos Estado, como harmoniosa² e bem conduzida, o que não se podia dizer da educação, pois convivia com alta taxa de analfabetismo e pouco incentivo dos poderes públicos para mudar a situação. É bem verdade que, em 1922, os jornais locais noticiaram algumas atividades educacionais significativas, tais como a realização do Congresso do Ensino Secundário Supe-

rior, com grande participação das autoridades, assim como uma proposta do Senador Alfredo Ellis, que consistia na fusão das comissões do Senado e da Câmara, visando à apresentação de um projeto que tornava obrigatório o ensino primário em todo território brasileiro.

Leda fez o seu curso primário no Ginásio Americano, hoje Colégio Dois de Julho, situado no velho Solar do Conde dos Arcos, de velhos portões e azulejos importados, misteriosos demais para uma criança de seis anos de idade, segundo sua análise de hoje.

Aluna laureada alimentava o sonho de seguir a carreira diplomática, mas acabou fazendo vestibular para o Curso de Filosofia, da Faculdade de Filosofia, criada pelo Educador Isaías Alves, em 1942, para acolher especialmente uma clientela feminina que almejava e começava a reivindicar acesso à universidade.³ Foi a primeira mulher licenciada no Curso de Filosofia.

Desde os anos 30 que a sociedade baiana falava sobre a necessidade de oferecer educação ao sexo feminino, principalmente como forma de prepará-lo para o exercício da maternidade. Também era possível vê-la sendo defendida como caminho para a profissionalização de mulheres da camada trabalhadora, a fim de poderem garantir o seu sustento. A proposta não apresentava a educação como forma de libertação feminina, ao contrário, reafirmava-se em todos os momentos que a mulher devia continuar sendo companheira do homem, mãe primorosa e esteio da família.

A escolha que Leda fez por cursar Filosofia pode ser tomada como uma *renúncia* e uma *afirmação*. Primeiro porque ela estava, com isso, dobrando-se aos valores da época quanto ao que competia a uma mulher e, logicamente, a carreira diplomática não

fazia parte. Porém, estudar filosofia, mesmo sendo um curso que se destinava ao ensino, era uma afirmação do valor feminino e uma ruptura com princípios que estavam no mental coletivo, pois a filosofia é identificada como teórica, reflexiva e crítica, qualidades que são adjudicadas ao sexo masculino.

Dentro do previsto para o sexo feminino naquele momento, Leda Jesuino iniciou sua carreira de professora, logo após o término do curso, nas escolas particulares Sofia Costa Pinto e Colégio Ipiranga e, em seguida, foi contratada como professora da Universidade da Bahia, para lecionar História da Filosofia, o que fez ao longo de dez anos.

Decerto ser professora universitária e de Filosofia era uma situação pouco comum em se tratando de mulher. No Brasil e no Estado da Bahia, a educação desde o século XIX tornou-se uma ocupação feminina, especialmente, com a lacuna que a expulsão dos jesuítas deixou e pelo desinteresse demonstrado pelo sexo masculino em exercê-la. Entretanto, a ela vinha sendo concedida à educação infantil, considerada extensão das atividades maternas, ficando a educação secundária e a superior como apropriadas aos homens. A divisão, explicada como natural, de fato dá-se por fatores de ordem ideológica e econômica. Ser professora primária era ocupar um cargo de menor prestígio e poucas possibilidades de retorno econômico, mais do que isso, segregar a mulher ao espaço privado e ao contato com crianças era uma atitude estabelecida por motivos moralistas.

Assegurar um determinado comportamento moral das mulheres constituía-se em uma questão crucial. As oportunidades que elas iam conquistando ou que lhes apresentavam, como reflexo de um movimento maior que visava tratar o sexo feminino dentro de

uma orientação humanitária, não desfaziam limites. Por exemplo, ela devia ser educada não para a sua libertação, mas como forma de melhor capacitar-se para contribuir na realização do outro. As idéias feministas que, inclusive, facilitavam a defesa da educação feminina, eram aceitas desde quando não se apresentassem como ameaçadoras à ordem posta no que se refere ao poder e ao moralismo.

Quanto a ser professora de Filosofia também era uma situação que fugia ao esperado e concedido ao sexo feminino, que, quando chegava ao ensino secundário, quase sempre era ministrando aulas em disciplinas como metodologias de ensino, trabalhos manuais, economia doméstica, entre outras, consideradas mais práticas e menos teórica, assim, menos exigente quanto à competência intelectual da docente.

Em 1945 a educadora iniciou outro curso superior, Serviço Social, concluindo-o em 1949, também como a primeira mulher a diplomar-se. Nesse, porém, não vemos nenhuma ruptura com o estabelecido socialmente para o sexo feminino, afinal, servir, cuidar, prestar serviço aos outros, foram sempre atitudes esperadas da mulher.

Engajamento político, tenacidade e vontade de vencer

Em 1945, o mundo vivia a Segunda Guerra Mundial, o Brasil participava inclusive enviando soldados para o campo de batalha Leda era aluna do Curso de Filosofia e participava do momento político fazendo discursos para os colegas, em que procurava conscientizá-los

sobre a importância do momento e a necessidade de engajamento. Entendia que o dogmatismo e os falsos intelectuais eram elementos prejudiciais e competia aos estudantes prestarem sua contribuição ao momento político, através da investigação e da divulgação das verdades científicas e do pensamento honesto.

Foi uma das fundadoras do Centro de Estudos dos Alunos da Faculdade de Filosofia da Bahia, comprometido com a luta contra o Nazismo e a favor da justiça e da liberdade de pensar e investigar a verdade. Também defendia o direito inalienável do ser humano de ter acesso aos bens materiais e à felicidade. Como escreveu:

O momento é de luta ninguém pode ficar à margem dos acontecimentos. Ninguém pode procurar a reclusão dos ambientes fechados para fugir aos ásperos e gloriosos deveres dos homens desta época. Tudo do nosso lado é solicitação para que participemos nas mais diversas frentes de luta. [...] é nossa obrigação participar, por todos os meios ao nosso alcance, e o mais ativamente possível, dessa guerra que entramos para defender nossa liberdade e independência ameaçadas pela máquina mais brutal e mais bem organizada que já se montou contra a liberdade e a independência de todos os povos. É nosso dever lutar pela mais sólida união de todos os brasileiros honestamente patriotas e de todas as nações que se empenham no esmagamento do inimigo germano fascista, para que tenhamos, dentro em breve, a paz democrática, de justiça e igualdade entre os povos [...] (FERRARO, 1945).

A política não tem sido uma atividade considerada adequada ao sexo feminino. Historicamente, a mulher tem sido identificada como um ser que nada compreende de política, nem deve procurar entendê-la, muito menos dela participar. Quando isso ocorrer, não se considere que ela apresente idéias próprias, segue as

masculinas e se contenta com suas sobras, criando as condições, nos bastidores, para que os homens, quase sempre pai, marido, filho ou irmão apareçam no espaço público. A atitude de Leda rompe com essa tradição e, decerto, ela pagava um preço por isso ou encontrava estratégias para exercê-la sem chocar, o meio social onde vivia.

Sem dúvida, nesse momento, outras mulheres tinham idéias e a coragem de expô-las, mesmo que em número limitado, pois a participação da maioria delas na guerra dava-se dentro dos limites reservados ao sexo feminino, através de serviços como confecção de vestuário, empacotamento de ataduras ou de cigarros que seriam remetidos à frente de batalha. Outras chegaram a participar mais de perto do embate, mas, do mesmo modo, sem ultrapassar os limites impostos, pois, o faziam no papel de enfermeiras, ou seja, na prestação de um serviço complementar ao desenvolvido pelo masculino, os médicos.

O Centro de Estudos dos Alunos da Faculdade de Filosofia não pretendia, conforme explicitou Leda Jesuino, ter uma participação política no sentido partidário, mas, apropriava-se de um conhecimento científico, importante para a libertação dos indivíduos divulgando-o, “[...] O Centro de Estudos pesquisará, divulgará, esclarecerá honestamente os problemas científicos. Desse modo, sem que traga explícita qualquer atividade partidária, será um órgão que trabalha pela democracia, pois somente a democracia permite o cumprimento de suas finalidades [...]” (Revista Cultura, 1945, p. 25)

Nas finalidades do Centro, que são as dos seus membros fundadores, está um atenuante para sua atitude. Lutar pelo bem-estar dos outros, pelo resgate da verdade, pela felicidade, são causas

nobres e de difícil oposição. Fortaleciam sua ação o amor e a defesa da pátria que o Centro explicitamente professava. Os jovens alunos, através dos seus estudos, seriam motivadores de mudanças importantes para o País, como seu ingresso na era da industrialização, condição para alçá-lo ao patamar dos países ricos e desenvolvidos, ou, ao menos, para retirá-lo da situação de dependência “sujeito a manobras e ambições imperialistas”, como registrou.

Apesar de serem idéias de quem ainda se encontrava em processo de formação, de representar uma época com sua teia social, a preocupação com *a verdade* constituiu-se como uma marca da educadora. Em todos os momentos é possível encontrá-la defendendo a verdade incondicionalmente, ao que foi acrescido, com vigor, também um sentimento do período de sua formação, o amor ao próximo.

Conciliando família e profissão

Existe uma crença arraigada que afirma serem casamento e profissão situações excludentes para a mulher, diante do que nunca havia espaço para a profissão, pois sua destinação a esta última impossibilitava pensar no primeiro, o casamento. Mesmo sendo o magistério uma ocupação tida como afeita ao sexo feminino por vários motivos, entre eles, a possibilidade de compatibilização com as tarefas domésticas, a maioria das mulheres que se dedicou à profissão e destacou-se pelo serviço oferecido, não constituiu família.

Também nisto a trajetória da educadora Leda Jesuino difere do padrão. Em 1948, casou-se com o médico Antonio Jesuino dos Santos Netto e tiveram cinco filhos. Em 1949, quando

concluía o Curso de Serviço Social, já esperava o primeiro filho, encadeando-se com mais quatro. São ao todo três filhos e duas filhas.

No ano de 1978, em um suplemento do Jornal *A Tarde*, intitulado *Mulher*, a educadora deu um depoimento esclarecedor a respeito das dificuldades enfrentadas pela mulher trabalhadora:

[...] a sociedade está cobrando um alto tributo da mulher, uma performance excepcional como profissional, mãe, esposa, amiga, companheira, membro atuante da sua comunidade, aparência saudável... essas coisas. Tarefa gigantesca esta. Não creio muito nela, admire-se. Pessoalmente, sinto-me uma bailarina do circo, equilibrando-se na corda bamba com a sombrinha na mão[...].

O sentimento explicitado por Leda é partilhado por outras mulheres que também optaram pela transgressão, em busca da transcendência, quando o que lhes era permitido resumia-se à imanência, oferecida como destino ao sexo feminino. O preço é maior ainda, pois não é fácil realizar uma grande tarefa pela metade, ou tentando harmonizar as partes do próprio ser. Além do prejuízo no campo emocional e do desgaste físico, resta ainda, aquele para a qualidade da tarefa realizada. A educadora tinha consciência disso e deixou claro em alguns momentos, como na mesma matéria em análise, quando apontou algumas frustrações, entre elas, a impossibilidade do “mergulho total”. Pois, para dar conta de todas as tarefas que seus inúmeros papéis exigiam, como mulher/mãe e profissional, foi-lhe impossível dedicar-se por inteiro a cada uma delas: “[...] sacrifiquei o mergulho total em uma área para atender às outras [...]”, afirmou.

Também, seguindo uma tradição que vem acompanhando o sexo feminino, sublimou desejos, fez acordos, sem arrependi-

mentos. Por exemplo, pela família abriu mão de ir estudar no exterior, multiplicou-se buscando a conciliação, sabe que não foi fácil, mas confessa não ter queixas.

Culturalmente, as mulheres vêm sendo levadas a sublimarem os seus desejos em prol da realização de outrem, particularmente, marido e filhos, sem acharem que estão perdendo alguma coisa. A felicidade deles é suficiente para possibilitar a sua felicidade. Marilena Chauí (1985) vê nisso uma forma de violência contra a mulher, à medida que esta deseja a sujeição do outro de forma consentida, abrindo mão da sua diferença. A maioria das mulheres, ainda hoje, vive tal situação. Sendo Leda uma intelectual comprometida e lúcida, sabia do preço que pagava para ser mulher e profissional, o que incluía ainda não viver integralmente a autonomia do ser.

A sociedade cumpre o seu papel na manutenção das relações patriarcais, vendo a mulher que vive uma situação tão pouco confortável, beirando ao desumano, com um misto de pena e de louvor. Muito mais para louvor, afinal, ela é a heroína que todos precisam para ter uma família equilibrada emocional e materialmente. O referido Suplemento do Jornal em análise apresentou a educadora Leda Jesuino, com seus incontáveis papéis, vivendo na “corda bamba” como exemplo da mulher que a sociedade precisa e reforça:

[...] cinco filhos, esposa de médico, avó, educadora, ex-diretora de unidade universitária na UFBA, autora e realizadora de inúmeros projetos educacionais – tudo isso e muito mais. Eis a professora Leda Jesuino. Sua Odisséia inclui intenso trabalho que lhe toma e quase tomou não menos do que dez horas diárias. Como conciliar isso com sua condi-

ção de mãe de família. Dá trabalho, algumas atividades não saem muito perfeitas, mas ela consegue tudo isso. Milagre é, sem dúvida, mas a bem estruturada senhora soube superar as dificuldades e, assim o milagre é contado na entrevista de capa.

Como ela se define, como é definida

Aos 63 anos, falando de si para alunos do Colégio que possui o seu nome, ela assim se definiu: “Sou por temperamento pacifista e creio na vida após a morte, tenho fé que a grande reforma é no interior do homem e não nos sistemas de governo. No dia em que o homem fizer sua grande “revolução interior”, sua luta contra o egoísmo, a intolerância, o amor predominará dentro de si mesmo e ele conseguirá a paz que tanto busca” (Jesuino, 1987).

O compromisso com o outro continuou sendo uma das suas metas, todavia transmutou o aspecto político, presente na estudante idealista dos anos da Faculdade de Filosofia, para uma posição mais religiosa e mística. O mundo melhor a que ela vislumbrava e com que se sentia comprometida com sua construção, possível naquele momento, através da pesquisa científica e filosófica, na maturidade passa a ser possível através da espiritualidade. Há uma transferência do foco de ação, em um movimento que vai da imanência para a transcendência. Como escreveu no texto acima citado: “[...] acredito na possibilidade de um mundo melhor quando haverá, dentro de cada um, um amor maior pelo outro e seja extirpado o individualismo. Acredito na reencarnação sucessiva para o aprendizado dos homens [...].”

Com essa opção religiosa Leda rompe e ao mesmo tempo mantém uma longa tradição de perfil de educadora. Considerada como uma segunda mãe ou como mãe espiritual dos seus alunos,

sempre fez parte das características de uma educadora formação moral e religiosa consistentes. A educadora não foge a essa regra, ao demonstrar sua fé e depositar na essência humana, de origem divina, a condição para o seu crescimento e da sociedade. Entretanto, sua escolha pelo espiritismo e não pelo catolicismo, como o ensinado e exigido, consiste em uma ruptura séria e corajosa, se lembrarmos o quanto essa vertente religiosa era tomada como perigosa.

Em outros estudos que realizamos⁴, foi possível identificar que o espiritismo era tomado pelas escolas como uma doutrina que tinha participação com entidades malignas e precisava ser evitado. Até os anos 50, as alunas que vinham de famílias espíritas, em número reduzidíssimo, quase nunca professavam sua religião, com receio de serem marginalizadas. Na maioria das vezes, apresentavam-se como de Religião Católica, participavam dos rituais religiosos da escola e nada falavam sobre a religião da família. Ora, se esse era um “defeito” sério em se tratando de uma discente, tornava-se muito maior para uma educadora, a quem competia ser exemplo através das palavras e das atitudes.

Decerto, o fato de não se caracterizar como uma “educadora padrão”, aquela que abre uma instituição educativa e passa a viver para ela, de ter se realizado como uma educadora ligada a uma instituição de ensino superior e pública, a fez ter mais liberdade para professar sua fé, sem ser discriminada. Isso porque, no século XX, especialmente a partir da sua segunda metade, a organização da educação pública e laica, de inspiração liberal, valoriza no educador muito mais a sua formação técnica e profissional e menos a fé que professe; também este é um momento em que

a Igreja Católica começa a perder espaço na educação, com a entrada do Estado, a quem compete dirigir o trabalho docente.

Logicamente, essa substituição traz vantagens e perdas. A situação vivida pela educadora é, sem dúvida, um avanço. Nisso a substituição da Igreja pelo Estado na condução da educação foi muito importante, assim como o maior investimento que os educadores passam a fazer na sua formação técnica e teórica. Entretanto, com isso, o educador afasta-se do trabalho social e perde parte de sua autonomia e prestígio, se considerarmos que antes ele fazia seu nome através de sua dedicação ao ensino e pelos serviços sociais prestados (Hypolito, 1997).

Entretanto, mais do que esses fatores externos, ligados à conjuntura histórica, a orientação recebida na família e na escola permitiu que ela fizesse sua escolha, sem determinismos nem dogmatismos. Por exemplo, em entrevista recente, ela deu o seguinte depoimento:

[...] eu nasci num lar mais ou menos agnóstico (...).Então, eu tive maior contato com religião porque fui educada num colégio de americanos e meus educadores, que eu adoro, eram missionários protestantes presbiterianos (...) ouvi muito, mas muito, da Bíblia, porém, nunca me considerei uma protestante [...].

A forma como foi apresentada à religiosidade deu-lhe oportunidade de conhecer as principais religiões. Aos onze anos freqüentava a Igreja Católica tendo participado de alguns dos seus rituais como a primeira comunhão; conheceu o protestantismo através dos seus educadores, o casal Baker, e durante o período em que viveu na cidade de Recife, em Pernambuco, começou a se familiarizar com a doutrina espírita.

Mesmo procurando superar o vínculo da educação com a religiosidade, pois nosso interesse no momento consiste em analisar as idéias e crenças da educadora visando compreender sua prática, não podemos fazê-lo sem considerar tal vínculo.

É ela mesma quem nos responde sobre a influência que a espiritualidade exerceu sobre sua vida e sua práxis educativa, em entrevista:

[...] eu acho que influenciou bastante, porque eu não fui rígida. Porque eu não fui educada em colégio de freira, não conheço o que seja rigidez religiosa. Fui educada num colégio de educadores de mente aberta [...] jamais obriguei a meus alunos, a irem para a missa ou atos religiosos dentro do colégio, sempre discuti com eles abertamente sobre religião. Então eu acho que ajudou demais, o Colégio de Aplicação jamais foi acusado de proselitismo.

Sua postura como educadora ou dirigente de escola permitia que toda e qualquer manifestação religiosa pudesse ser aceita, sem censuras ou repreensões, pois seu objetivo era formar o cidadão ético e segundo suas palavras, “ajustado”. Também não se comportava de forma irresponsável quanto a promover as solenidades religiosas, coerentes com a religião oficial do estabelecimento em que trabalhava, assim, comemoravam a Páscoa, o Natal e demais solenidades. Quanto à sua forma de viver a religiosidade, afirma que sempre pediu a proteção divina, principalmente quando se via em situações difíceis e sérias, como a de ser responsável pela educação de jovens secundaristas.

Nesse sentido, entendemos que seu apelo ao amor, tão presente em todos os momentos de sua vida, não pode ser traduzido como *romantismo* nem *distanciamento da realidade*. Ela fala de

uma situação de consciência e ruptura com a farsa e o engodo. Diante disso, não obriga nem estimula os jovens a serem obedientes e acríticos, mas engajados e transgressores, no sentido positivo do ato de transgredir, que significa afirmar-se como ser autêntico, capaz de pensar e de fazer escolhas.

A verdade é para ela a base de tudo, inclusive da fé. Talvez por isso, sua opção religiosa. Longe de aceitar verdades dogmáticas, tão comuns em assuntos de fé, procurava tê-la de forma raciocinada. Como respondeu ao ser entrevistada por Cylla, em texto intitulado “Ela é notícia”:

Não gosto da pusilanimidade dos tolos que se faz passar por bondade, nem da indefinição dos “bonzinhos” que estão com todo mundo porque é mais cômodo viver bem com todos, nem da superficialidade dos fúteis que não descem um metro de profundidade... Gosto dos fortes que sabem ser, que são e amam a verdade acima de seus próprios interesses. Acho, que no final das contas, a que me dediquei mesmo foi a verdade.

Essa é a marca de uma filósofa educadora. Sua ação educativa ultrapassa o aspecto disciplinar e moralista, tão comum na educação tradicional, em busca de significação para a vida que colocasse os seres humanos numa posição de maioridade, ou seja, capazes de pensar por si mesmos e assumir as escolhas feitas. Não é uma opção fácil a de professar que não quer compactuar com a falsa verdade, com o medo, com o comodismo, com o favoritismo, em uma cultura onde estas são situações tão comuns. Inimigos vão sendo constituídos, todavia, esta é a atitude de um filósofo, de quem busca a verdade sob qualquer condição e prefere vivê-la por mais difícil, a ter que concordar com situações constrangedoras.

Não é à toa que a dúvida se constitui como um caminho metodológico para o exercício da filosofia, e a dúvida pedagógica, como orientadora da prática do filósofo educador. Nessas situações a dúvida não consiste na atitude de impasse que aniquila a razão e impede a ação, e sim como uma forma de “escuta” a fim de inventariar os valores, analisá-los e reconstruir ou reconstituir verdades.

Balizada nesse compromisso, ela é definida por quem a conhece bem, como exigente, séria e comprometida:

[...] olha, Leda, ela, é uma pessoa que exige muito dela, ela exige dos outros. Leda gosta de fazer tudo bem, bem feito, com seriedade, sabe? Com profundidade. Leda é uma pessoa profunda em tudo o que faz [...]. Então ela exige, como ela exige muito dela, exige dos demais também. Então ninguém vai trabalhar com ela pra trabalhar pela metade. Tem que fazer bem tudo, porque assim ela faz, tudo na vida muito bem feito [...].⁵

Um professor universitário e colega de trabalho de Leda, em entrevista de dezembro de 1998, referiu-se a ela:

[...] era uma professora de muita liderança, de muita tenacidade, ela é muito...é, são componentes da personalidade dela, ser uma pessoa compulsiva, né? É instinto também de realização[...] é uma filósofa, mas com ímpeto de realização, que aliás são coisas muito compatíveis. E também uma mulher que se arruma muito bem, ela não despreza o lado feminino, o toque feminino [...].

A tenacidade, competência e determinação da educadora são características apontadas por todos que com ela trabalharam, estudaram ou conviveram apresentada como uma das maiores lideranças da educação baiana, não só pelas realizações no ensino superior, mas também pelo compromisso com a educação em geral, o que a fez não perder de vista a Educação Fundamental.

Do mesmo modo que ter estado vinculada ao ensino superior não a fez distanciar-se dos problemas da educação básica, também ser considerada uma profissional destacada não a fez perder a simplicidade de quem sabe o quanto há a percorrer e aprender. Assim, no ano de 1991, ao discursar na Academia Bahiana de Educação, agradeceu a generosidade da instituição ao convidá-la, afirmando que estar entre tais intelectuais a fazia desejava de se aproximar deles, contudo a pretensão era assustadora, pois conhecia suas possibilidades e limitações.

Notas

¹ O jornal *O Imparcial* do dia 15 de setembro de 1922, retrata a situação através de artigo do jornalista Felipe Freitas. O mesmo em tom jocoso finge estabelecer um diálogo com a Pátria que, entre outras coisas, questiona à mesma sobre o patriotismo: “(...) ___ Mas o patriotismo, minha mãe, que tal o amos dos seus filhos? ___ Ai, meu filho, nem me fale nisto, que você me comove. Quantas odes vocês me dedicaram!... Talvez as acabe de ler pelo segundo centenário... Se vocês soubessem calcular, como sabem festejar, eu estava emprestando dinheiro a juros”.

² O jornal *A Tarde* do dia 21 de dezembro de 1925, noticiou o fato.

³ A formação de mulheres na Faculdade de Filosofia foi estudada por Elizete Passos e sistematizado no livro *Palcos e Platéias*, 1999.

⁴ Elizete Silva Passos. *Mulheres Moralmente Fortes*, 1993; *A educação das Virgens*, 1995; *De Anjos a Mulheres*, 1996, dentre outros.

⁵ Depoimento concedido em outubro de 1998, por uma educadora e companheira de Leda em várias atividades educacionais.

Fiz o Curso Primário no Ginásio Americano, hoje Colégio Dois de Julho [...] fiz vestibular para a Faculdade de Filosofia, fui a primeira aluna a me matricular, fui a primeira da primeira turma do Curso de Filosofia [...].

Leda Jesuino

Em uma entrevista publicada com o título “Ela é notícia”, Leda Jesuino deu um depoimento capaz de nos levar à base teórica da sua formação e, conseqüentemente, ao corpo de saberes que lastreou sua práxis educativa. Como afirmou:

Me identificava com a análise fria de um Aldous Huxley, a verdadeira poesia de Cecília Meireles e a beleza filosófica de um Bérqson. Gosto das verdades fortes como diz Rachel de Queiroz ou Adalgisa Nery. Mas se for até dentro de mim mesmo ainda encontro o que ficou de Kant e de Platão.

O pensamento filosófico a que a educadora se refere poderá ser identificado, como veremos a seguir, nos conceitos por ela adotados ou formulados sobre educação. Por exemplo, Bergson¹ procurou destacar o aspecto espiritual da vida em detrimento da tendência biológica e materialista da época, baseado em princípios como a intuição, a duração e o impulso vital, colocando-se, assim numa posição antiintelectualista. Não nega, com isso, o positivismo, mas constrói uma metafísica em que reivindica os valores espirituais, morais e religiosos.

Também é interessante destacar da teoria bergsoniana, tão valiosa para a educadora, o valor concedido à intuição imediata, que não consiste em ruptura com a razão, mas não se contentar com a descrição dos objetos e, sim, em captar-lhe a essência. Somente a intuição é capaz de apreender o fluxo incessante da realidade, o seu permanente processo de criação, sem início nem fim.

Em artigo escrito por ela em 1991 e publicado na *Revista da Academia Baiana de Educação*, esclarece algumas verdades que ela perseguiu em sua vida e que conduziram seus estudos, e configurando sua formação. Entre essas verdades, “a origem do universo, a imanência e a transcendência, a verdade de Deus e o destino após a morte”, questões, segundo ela, preteridas na atualidade, mas imprescindíveis em qualquer processo educativo.

Sua formação filosófica, mesmo tendo substituído a carreira de Diplomata, veio a se configurar como adequada ao espírito inquieto e questionador da educadora. Como vimos em capítulo anterior, desde os tempos de estudante do curso de Filosofia, ela investia na conscientização dos colegas e no estímulo a lutarem por uma sociedade mais justa e independente. Esse compromisso a acompanhou ao longo da carreira, levando-a não somente a ações concretas como também a uma permanente busca de novas informações e conhecimento. Fez inúmeros cursos, abrangendo desde a parapsicologia até a percepção holística.

Decerto, sua formação acadêmica não se identifica com o modelo em voga a partir dos anos 70, constituído por cursos de pós-graduação. Como registrou o Professor Edivaldo Boaventura, em discurso proferido no ano de 1990, por ocasião da concessão do Título de Professora Emérita: “[...] nossa professora Leda Jesuino teve a carreira acadêmica que a época permitia, apresentando como característica uma indomável vontade de fazer, contribuir, de realizar”.

A educação a serviço de um mundo melhor

Sobre educação, considera-a um caminho para uma vida mais digna e humana, enquanto instrumento de transformação social. Entretanto, essa não se constitui em uma visão ingênua, redentora da humanidade, ou uma panacéia capaz de curar os males sociais. A educadora sabe que a prática educativa não é neutra, podendo ser utilizada de acordo com interesses de classe ou da camada hegemônica. Como explicitou em seu discurso de posse na Academia Baiana de Educação (1991, p. 43):

[...] o risco está no confronto da educação com os economistas que têm a preocupação de salientar a contribuição que o sistema possa ter, quantificável numericamente para o desenvolvimento econômico moderno e, encarado, não como um meio de tornar a vida humana mais digna, mas como fim em si mesmo para que a educação possa atuar de forma eficaz.

Além do papel social concedido à educação, ela era também o caminho para a promoção do equilíbrio do ser humano, desde que consistisse em uma prática que não prestigiasse um aspecto do ser em detrimento do outro. Para ela, a educação precisa dar conta da complexidade do ser humano, trabalhando os seus aspectos: afetivo, sociopsicológico e psicossomático.

Ela define essa orientação pedagógica como educação integral do ser humano. Diz que não realizava uma educação holística, porque faltava a inclusão do aspecto espiritual no processo de formação do ser humano, na sua situação particular, porque não possuía naquele momento maturidade suficiente para dar conta dessa faceta do ser humano.

Em seus escritos mais recentes, assim como em seu discurso, essa dimensão recebe destaque. Com uma grande sensibilidade às questões espirituais, não tem receios de afirmar em fóruns, onde antes só cabia a ciência de inspiração positivista, que o princípio básico da educação é harmonizar o ser humano consigo mesmo, com a natureza e com a sociedade. Os pressupostos filosóficos da educação devem ser os da axiologia, e sua missão o controle e equilíbrio da energia que existe dentro de cada ser humano.

A essa missão da educação ela designou como a formação do *homo concors*, ou seja, aquele que vai além do *homo faber*, do que sabe fazer, ou do *homo sapiens*, que é detentor do saber, em direção ao que é ajustado consigo mesmo e com o universo, que vive sem conflitos de ordem social ou natural. Outra vez o destino é o homem integral, bio-psico-socio-espiritual, que tenha o autoconhecimento, como estava escrito no Oráculo de Delfos na Grécia, “conhece-te a ti mesmo”.

Sua concepção de educação hoje tem como ponto central a integração do ser humano em que o sentir, o agir, o conhecer e o pensar tenham o mesmo grau de prioridade, visando a paz interior, para ela, condição para a paz universal. Como escreveu no ano de 1997 p. 21: “[...] nessa linha de raciocínio, aprendem a controlar suas emoções, a não reagir mas a agir, num processo lento de cura do seu corpo emocional. Sinergicamente, os três elementos devem ser constantemente trabalhados para se alcançar a PAZ interior”.

Esse propósito da educação é explicitado por ela em vários momentos e de diversas maneiras. Em artigo datilografado e sem data, encabeçado pelos títulos: “O Magistério”, “O sublime mister do magistério” e “O professor em face do sublime mister do magistério”, ela assim definiu o processo educativo:

[...] educar se torna, então, desenvolver de forma harmoniosa e até o mais alto grau possível as capacidades emocionais, morais, estéticas e intelectuais da criança a fim de aumentar suas possibilidades de alcançar a felicidade, ajustamento, desenvolvimento integral da personalidade do aluno.

Essa é uma visão da educação que se diferenciava da hegemônica, de inspiração tomista e centrada na razão, mais propriamente, na memorização de conceitos e interiorização de princípios morais. Situação que privilegia um aspecto do ser humano, o intelectual, perdendo-se de vista a totalidade do ser. A visão da educadora, de certo tinha eco em autores como C. Rogers, entretanto, apoiava-se em sua formação filosófica, em filósofos como Bergson.

O compromisso da educação em promover a paz interior e universal, do mesmo modo, não se faz de forma alienada e alheia à realidade; dá-se num amálgama em que a herança espiritual e cultural torna-se matéria-prima. Leda não tem dúvida, como vimos em passagem anterior, de que a educação é uma prática cultural que deve levar em conta a arte, a religião, a moral e a ciência, entre outros. Como explicitou em depoimento de março de 1998 p. 45:

[...] cultura e educação são dois conceitos básicos para que se compreenda o sublime mister do magistério – a educação é um produto cultural da atividade social do homem e a ela mesma compete transmitir e assegurar os valores básicos dessa própria cultura.

Através dela, as novas gerações receberiam a herança cultural das gerações maduras, condição para a sobrevivência das sociedades. Com isso, procura desfazer a idéia de educação como sinônimo de escolarização e amplia o seu alcance para toda e qualquer prática em

que exista a transmissão da cultura para novas gerações, incluindo a família e a sociedade. Também acredita piamente que a educação é um caminho seguro para a humanidade fazer frente ao momento que ela identificou como “crepúsculo das metas”, apropriando-se de um conceito americano. Momento caracterizado pela ausência de condições de sobrevivência, como consequência das decisões tomadas pelo próprio ser humano. A educação seria, pois, condição para se evitar a ameaça do homem a si mesmo.

Apesar de crente nas possibilidades da educação, sabe que a ela não se deve imputar a solução de todos os problemas, até porque esta tem sido uma estratégia usada ideologicamente para mascarar situações provocadas por falta de compromisso social e ético dos dirigentes. Afirmo que, em nome da grandeza da prática educativa e de compromissos de ordem ideológica, a palavra educação vem sendo usada por economistas, políticos e dirigentes como uma palavra mágica, comparável à varinha de condão da fada.

Essa constatação é apresentada por ela com um misto de alegria e de preocupação. No primeiro aspecto, porque, de fato, considera que o caminho para um mundo melhor é educar os indivíduos para serem conscientes e comprometidos. Por outro, teme que a educação seja usada a serviço de interesses espúrios e camuflagem para problemas que exigem soluções. Na dúvida, repete mais uma vez seu entendimento sobre a educação, em um artigo com o título sugestivo “Educação do amanhã”, de 1977 p. 49: “[...] mas é uma palavra de esperança que envolve no seu amplo bojo o vislumbiar de um novo homem; talvez, quem sabe, num dignificante

mundo novo, onde não predomina o *homo faber*, nem o *homo sapiens*, mas o *homo concors*, que está ajustado consigo mesmo e com o mundo que o cria”. Assim, retoma um dos conceitos que considera central na educação, que consiste na formação integral do ser humano, com a finalidade de ajustá-lo internamente, consigo mesmo, e com o universo, que pode ser traduzido por sociedade.

Em artigo de 1991², ela recupera outro conceito básico que consiste em definir a educação como o caminho para a paz. Afirma que esta é uma missão urgente ante as ameaças do mundo moderno tecnológico que ameaça também a harmonia interna do indivíduo. Entende que tal harmonia seria conquistada através da articulação do indivíduo com sua consciência e com o mundo concreto, incluindo a natureza. Processo que não exige o isolamento do indivíduo e deve contar com a contribuição da ciência e da filosofia.

A educação do futuro batizada por ela como “educação do amanhã”, seria a educação da esperança da humanidade e poderia ser sintetizada como a superadora do egocentrismo rumo à solidariedade e à coragem de se assumir como pessoa, que ama e deseja ser amada. Segundo ela, esta é a grande utopia do século, porque é o próprio caminho para a paz mundial, diante do que faz o prognóstico de que o educador que não a tenha na mente e no coração pagará alto preço, pois, sem esperança e sem utopia, o ser humano não se engajará no movimento por um mundo melhor e por uma situação de vida mais favorável para ele.

Assim, a função utópica é fundamental, pois ela pode ser entendida como um otimismo, que deve fundamentar a pedagogia atual.

O otimismo a que se refere à educadora tem na axiologia o seu porto seguro. Como recomendou aos acadêmicos da educação:

No momento em que uma Academia de Educação marca sua presença no cenário educacional de sua comunidade, cabe-lhe, sem dúvida, debruçar-se nesse caldeirão e endereçar suas reflexões e seus questionamentos para os problemas cruciais que são postos aos educadores, cabe-lhe sensatamente discernir neste amálgama complexo, o essencial do accidental. E talvez nesse momento a grande porta aberta seja a axiologia (Jesuino, 1991).

A fé na axiologia, ou seja, na base moral é coerente com o pensamento de quem vê a educação como uma grande possibilidade de progresso, no sentido de desenvolvimento do ser humano, de seu crescimento como ser, assim como uma grande ameaça, a depender dos destinos a ela impostos. Na maleabilidade da educação estava o maior perigo, pois ela seria capaz de “salvar” ou de “matar”, no dizer da educadora. O desafio era o de não permitir que a segunda alternativa fosse viabilizada, considerando-se que ela tinha uma grande responsabilidade com a construção de uma sociedade mais humana, justa e solidária.

Sua crença nas possibilidades de a educação formar seres mais felizes tinha como lastro, além das teorias filosóficas, outras do campo da psicologia e da educação, como C. Rogers. Seguindo as pegadas do autor, afirma que o futuro do indivíduo é a felicidade, para tanto, ele precisa ser educado sem, como vimos, egoísmo ou personalismo, mas com base na solidariedade e na coragem de amar e de ser, o que equivale a tornar-se pessoa.

Educar é, pois, um processo íntimo, quer dizer, ela inicia no íntimo de cada ser e a ele retorna. Mesmo tendo o objetivo de garantir uma forma de ser que se apresenta concretamente nos atos, sua fonte é a formação da personalidade dos indivíduos.

Desse modo, como já dissemos, ela precisa preocupar-se com o ser em formação na sua totalidade. Situação que torna a Psicologia, no entender da educadora, uma das ciências mais significativas, porque “ela trabalha com a essência da personalidade humana”. Entretanto, diante do seu conceito de educação, essa ciência precisa do apoio de outras a fim de atingir a unidade do indivíduo e evitar sua fragmentação.

Essa articulação de saberes faz-se necessária diante da sua visão de mundo, identificada por ela como holográfica, na qual como dissemos, o ser humano deve ser tomado em seus múltiplos aspectos: sentimento, sensação, razão e intuição. O controle e o equilíbrio de todos serão responsáveis por um ser humano com uma consciência plena sobre tudo o que acontece consigo e no seu entorno, permitindo-lhe tomar a decisão certa, no momento certo, com sabedoria e com amor. Conforme escreveu em 1997 “[...] a intuição holográfica é obtida quando se focaliza o hemisfério esquerdo e faz uma síntese com o direito. A finalidade é fazer o aluno sair do Eu pessoal e se estender ao eu universal”. Este seria um caminho para eliminar o medo da realidade e levar o aluno a entender que o futuro é ilimitado, assim como a alma humana, de modo que ele poderá ir ao nível universal.

Ser professor, ser educador

As representações que se tem sobre essas categorias variam de época para a época. O conceito de educador que vigora entre nós, originário de uma herança tradicional, toma-o como o centro

do processo educativo, a quem compete formar a personalidade dos alunos, especialmente através do exemplo, da disciplina e do rigor. Até a primeira metade do século XX, a sociedade não fazia distinção entre o professor e o educador, pois a educação seguia o modelo católico, que tinha como objetivo principal a formação integral dos jovens, destacando-se a moral religiosa, projeto que o envolvia “naturalmente”.

A desvinculação da Igreja com o Estado, assim como da escola com a religião, além de transferir a administração da educação para este último, também promove a profissionalização no campo da educação e institucionaliza o fazer pedagógico. A partir disso, as representações sobre o ser professor e o ser educador começam a ganhar conotações distintas.

Para a educadora Leda Jesuino, essas são categorias distintas e hierarquicamente diferentes:

[...] olha, eu faço uma distinção nítida entre um professor e um educador. O professor é aquele que está preocupado com aquela disciplina, e ele está muito preocupado com aquele conteúdo programático que ele está obrigado legalmente a transmitir [...] o educador tem uma visão mais ampla, porque ele está comprometido em formar aquela pessoa, não é? [...] (Entrevista concedida em março de 98)

Sua compreensão do que seja o educador é formulada na relação com o seu conceito de educando, tido como o centro e o objetivo primeiro do processo educativo, considerado, como vimos, um ser integral, condição prestigiada pelo “verdadeiro” educador.

Diferentemente do professor que veria o educando apenas no seu aspecto intelectual e em suas possibilidades cognitivas.

Assim, enquanto este preocupar-se-ia apenas com o conteúdo técnico a ser transmitido e, no máximo, se o educando dela se estaria apropriando, o educador, sem desprezar esse aspecto, procuraria conhecer o educando como um ser humano integral. Desse modo, além de acompanhar o seu desempenho cognitivo, daria a mesma atenção aos seus aspectos físico, psicológico, social e espiritual.

Esses pressupostos são necessários para que a educadora possa explicitar que ao educador não compete apenas ensinar, mas, sim, educar, no sentido de formar a personalidade. Situação que ela ilustra com sua análise sobre Carlos Chiacchio, como disse, seu “melhor e inolvidável” professor de Estética.

A prática do educador, do mestre, é, para ela, missionária. Visando formar a personalidade do educando, orientando-o e guiando-o, a este nada deve antepor-se como impeditivo, nem a estrutura pedagógica, nem a qualidade dos currículos, pois nenhuma força adversa pode desviar o educador da sua missão. Ela mesma tem consciência de que o educador assim caracterizado precisa ser um herói missionário a quem não faltariam coragem, determinação e compromisso, mesmo que faltassem recursos econômicos, prestígio social, conforto e condições de trabalho satisfatórias.

O educador seria, pois, o professor ideal: inabalável em sua missão, competente intelectualmente, transmissor da cultura e do progresso social, capaz de formar a personalidade dos jovens e de prepará-los para “[...] uma vida adulta inteligente com possibilidades de cooperação, amizade e honestidade, enfim os valores da cultura e da educação”, afirmou em entrevista do dia 9 de março de 1998, a uma das nossas auxiliares de pesquisa.

Em resumo, como dissemos, ela define o educador e o professor a partir do educando. Aquele que visa a formação integral do educando, que coloca sua formação integral como prioridade do fazer pedagógico pode ser chamado de educador. Diferente do professor, cuja finalidade centra-se no conteúdo e em suas questões pessoais e profissionais. Diante do que se exige de um educador, é muito mais fácil encontrarem-se professores. De fato, a tendência da maioria é afirmar-se como tal, entretanto, segundo ela, ninguém mais capaz de identificar o educador do que o aluno e a experiência cotidiana.

A diferença estabelecida entre essas duas categorias, com sensível destaque ao papel do educador, não impõe o desvalor ao professor, para ela, figura fundamental ao ensino, em todos os seus níveis. Apesar de apresentar o educador como um missionário, fala do professor como um profissional que vem sendo aviltado pela sociedade através de salários baixos e do pouco prestígio social. Situação que exige modificação imediata, particularmente, do poder constituído responsável pela administração e condução da educação.

O investimento do governo no professor não se resumiria, na concepção da educadora, ao aspecto econômico, mas também, se deveria dirigir à sua formação. Nesse sentido, recomenda que o professor do ensino fundamental deve ser um licenciado, que as universidades devem dispensar tratamento especial à formação do educador, além de promover e garantir debates constantes com este sobre as inovações pedagógicas e o movimento de transformação das mentalidades. Somente assim o professor se manteria à altura de acompanhar seres em formação e em permanente mudança.

Seu entendimento é o de que o educador de hoje encontra-se perdido e sem bússola, em um mundo em que o ter foi colocado acima do ser, ou seja, onde o dinheiro, o poder e o prazer tornaram-se a meta de vida das pessoas. Nesse contexto, o educador precisa ter forte base moral que servirá como sua orientadora, como seu guia.

Apesar da base ser moral, a educadora foi encontrar refúgio teórico em sua formação filosófica. Nesse particular, inicialmente recorre a J. P. Sartre, ao mostrar a importância de um dos seus princípios filosóficos que afirma: “estamos no mundo, só e sem desculpas”. Longe de ver nele um destino limitador e fatalista, assim como o filósofo, destaca o imenso poder que o ser humano traz dentro de si e da necessidade de usá-lo, de forma livre e responsável, ao invés de se colocar na situação de vítima.

Essa forma de compreensão do mundo deveria fazer parte do cabedal de conhecimento do educador e guia para a sua vida pessoal e sua prática profissional. Como estes são aspectos de um todo, o ser humano livre, verdadeiro e responsável levaria o educador a ensinar aos seus educandos a serem da mesma forma. Assim, o educador ajudaria o educando a ter confiança em si mesmo, a acreditar no seu potencial e a crescer como pessoa.

Com essa finalidade, ela traçou princípios básicos para a educação, identificados como capazes de conciliar o Transcendentalismo com o Pragmatismo numa Educação Liberal. Inicia pelo que chamou de *Princípio da Flexibilidade*, tido como a base para o trabalho em equipe; o da *Valorização do Tempo*, dividido equitativamente entre trabalho, lazer e descanso; o *Princípio da Liberdade*, que consiste em tomar o aluno como sujeito histórico e pensante, que deve ter plenos direitos de expressar seu pensamento

e sentimentos, também, o da *Igualdade de Oportunidades*, que rechaça qualquer forma de discriminação; do mesmo modo merece destaque o *Princípio da Disciplina Educativa*, centrado na idéia de formar para a liberdade e responsabilidade, o que implica substituir a punição pela criatividade. Esse roteiro de orientações teóricas e metodológicas é finalizado com o *Princípio da autonomia*, da *Co-participação* e da *Renovação continuada*, que visa desenvolver capacidades básicas, tais como a de “aprender a aprender” e a de “desaprender”. Ambas consistiriam em estimular a capacidade do aluno para analisar as situações da vida e ter condições de resolver os problemas apresentados. Estas seriam condições para a sobrevivência das pessoas em um futuro em que o mundo seria multiforme e variado, onde não haveria espaço para a fantasia, para a indolência e para a brincadeira, ao contrário, seriam exigidos dela a razão lógica, senso prático e conhecimento científico.

Assim, fica evidente que, para ela, a educação é uma prática humana que precisa ser orientada por uma concepção filosófica. A prática educativa não se dá de forma neutra e sem finalidade, ela leva em conta a quem se destina, para que, como e quando. Isto porque lhe é evidente que a educação é uma forma pela qual os seres humanos transmitem para as novas gerações um conjunto de elementos (informações, hábitos, condutas, etc.) necessários ao seu engajamento na vida social. Do mesmo modo, ela qualifica os indivíduos para a sua ação presente e projeta um ideal de sociedade a ser alcançado ou preservado.

O indivíduo se qualifica para a vida social através do seu ajustamento interno, consigo mesmo, e do ajustamento externo, ou seja, com os outros, integrando os seus interesses aos coletivos.

Nesse aspecto, ela agrega orientações técnicas a outras de ordem moral, ao defender que a educação deve ser capaz de preparar os indivíduos para saber administrar sua vida e respeitar as escolhas feitas pelos outros. O escopo é aprender a se relacionar socialmente, eximindo-se dos julgamentos, preconceituosos e discriminadores, que impediriam a existência de uma sociedade onde a paz e a cooperação fossem o lastro.

Em síntese, para ela, o “bom mestre”:

[...] precisa estar dentro da estrutura estética (possuir o senso do belo), sensibilidade e viva fantasia dentro da estrutura religiosa (amor, abnegação, disposição), da estrutura econômica (o mínimo desperdício de energias), da estrutura política (ser guia) [...] o mestre ideal é aquele que além de possuir conhecimento técnico, seja dotado de qualidades acentuadas de liderança bem como de características instrutivas nítidas, tanto religiosas quanto científicas e sociais e não lhe faltando, além disso certo número de predicados físicos favoráveis a todo homem (Trabalho datilografado, folhas soltas do arquivo pessoal da Professora Leda, S/P).

Para ela, nem toda prática educativa é considerada sublime, mas aquela que transcende ao ato de ensinar. Esta, além de difícil e complexa, convive com condições externas desfavoráveis, destacando-se a qualidade dos currículos e seu distanciamento da realidade. Somente o verdadeiro educador torna-se capaz de fazer frente às adversidades e, mesmo diante delas, guiar, orientar e formar o cidadão. Tal situação faz do educador um herói, o maior dos heróis dos tempos modernos, responsável pela preservação da cultura e pelo progresso do País, conforme asseverou a educadora no texto acima citado.

Esse herói, ao invés de lutar com espada, utilizaria o amor, faria do amor ao próximo o “*élan da sua vida*”. Diante da sua missão, nada se colocaria, pois ele a realizaria de forma beneditina, sem querer nada em troca e sem exigir condições especiais. Ser educador seria, portanto, uma forma de vida, a realização de uma vocação, a satisfação máxima do ser humano, em que o amor ao ensino, a alegria, a honestidade e a pontualidade deveriam ser suas principais qualidades.

Historicamente, o Magistério vem sendo identificado como vocação ou sacerdócio. A Igreja reforçou essa articulação, enquanto principal controladora da educação, por identificá-la como uma forma de serviço social. A partir da primeira metade do século XIX, surge um movimento docente contrário a isso, pois o pensamento liberal defendia uma escola pública e laica e educadores com formação técnica mais consistente. Isto significou, por sua vez, para o educador perda da sua autonomia e prestígio social, entretanto este era um investimento na direção da sua profissionalização, e, assim, o fim da visão missionária a ele emprestada.

A educadora, mesmo sem desconhecer o caráter profissionalizante que o magistério vem ganhando, deixa evidente que o exerceu, em todas as suas feições, como uma missão. Em entrevista concedida no dia 5 de janeiro de 2001, voltou a relatar sua prática, afirmando que deu muita importância à formação do caráter, ou seja, à formação moral. Seu empenho por esse aspecto da educação é justificado por ela como necessário para fazer frente à quantidade de influências que o educando recebe, por intermédio da mídia, da escola e da família, entre outras. Como afirmou:

[...] então, o educador tem profissionalmente a obrigação de conhecer esse educando e conhecer como ele reage a essas influências múltiplas. Como ele reage a essas influências múltiplas, não é? Que é que ele pensa sobre isso, sobre esses conceitos que estão em volta dele?

A resposta a essa interrogação pode ser encontrada em muitos momentos da expressão da educadora, como, por exemplo, no artigo “Filosofia do saber”, nele, ensina que a criança precisa aprender a ser humilde, porque o orgulho fecha a porta do aprendizado. Que a presunção faz a criança se julgar melhor do que as outras, mais sabida e competente.

Metodologia e processo de aprendizagem

A formação filosófica da educadora pode ser percebida ao longo de sua trajetória, entretanto, mais do que construir ou se apropriar de doutrinas filosóficas, preocupava-se em elevar o nível de consciência das pessoas, em especial dos educandos. Assim, mais do que filósofa, ela se preocupou em ser educadora, condição que procurava vivenciar até mesmo no exercício de funções diretivas e administrativas.

Durante a década de 60, por exemplo, quando assumiu o cargo de Diretora do Colégio de Aplicação³, mantinha com os alunos uma relação direta que consistia, entre outras atividades, no processo de avaliação das atividades didáticas realizadas pelos professores. Reunia os alunos semanalmente a fim de ouvi-los quanto ao desempenho dos docentes e da qualidade das atividades didáticas realizadas pela instituição. Em sala de aula, com o recurso do quadro-de-giz, passava a registrar o que os alunos

consideravam que tinha sido positivo ou negativo, abrindo-se um espaço para o debate, incluindo a análise das questões, críticas e sugestões. Como relatou em entrevista em 1998:

Eu me lembro que eu fazia o seguinte: no quadro-negro, hoje não é mais, eu traçava com giz no meio: e aqui vamos ver quais os pontos negativos. E eles diziam...chegavam a um consenso, e eu escrevia, todos chegavam mais ou menos (a maioria) a um consenso. Por exemplo: a aula de Biologia precisa ter mais experiência. Eu botava outro. Outro: a professora de português está injusta demais. Eu botava. Muito bem. Mas isso não ficava aí, porque nós tínhamos reuniões com todos os assistentes de didática, que eram professores. Entendeu? Era um colegiado de Pedagogia. “Aí, olha aqui, os meninos estão falando isso. Eu quero solução. Eu quero que vocês examinem primeiro. E depois em quero solução, na outra semana eu cobro. E, assim, nós trabalhamos muito bem. MUITÍSSIMO bem, entendeu?”

A atuação da educadora era inovadora em vários sentidos. Primeiro por dar voz aos alunos que têm sido quase sempre preteridos, em nossa tradição educacional, de base humanista tradicional, centrada no educador, quando ele torna-se “naturalmente” o porta-voz do aluno, por ser considerado maduro e tecnicamente capacitado para traduzir as percepções e os sentimentos dos discentes. Além de reabilitar o discente na posição de sujeito, seu método de avaliação também elevava os pais à condição de interlocutores.

O ato de avaliação, no Colégio de Aplicação, estendia-se a eles que aos domingos se reuniam na escola, sob a coordenação do Serviço de Orientação Educacional (SOE) para colocarem suas impressões sobre o trabalho do Colégio.

Esse método também rompia com o tempo escolar tradicional, aquele que se enquadra nos chamados dias úteis e no horário comercial. Como esclareceu em entrevista do dia 5 de janeiro de 2001: “aos domingos, começavam o trabalho às 8 horas da manhã, que se prolongava até as 13 horas”. Momento em que, utilizando-se técnicas como o Sociograma, organizado pelo Serviço de Orientação Educacional (SOE), traçavam o perfil do trabalho, do aluno, de sua condição social e dos problemas vividos por eles na escola.

Além do sociograma ela introduziu no Colégio de Aplicação técnicas como o estudo dirigido, o coral globalizado, a orientação educacional e a coordenação pedagógica. Como relatou em entrevista de 9 de março de 1998, “essas técnicas eram totalmente desconhecidas da educação baiana, nem sequer falavam delas. “Introduzi lá várias técnicas. A técnica do estudo dirigido que, até então, nem se falava, nem se pensava. O coral globalizado, todos os alunos, não era coral escolhido. Não era um menino daqui, dali, não, era um coral que englobava vários alunos de todas as séries, com noventa, participantes. E o serviço de orientação educacional [...] implantamos atividades extraclasse, Ave Maria, implantamos Coordenação Pedagógica, implantamos muita coisa [...]”.

Não restam dúvidas de que essas eram atividades inovadoras e atuais. É verdade que o espaço da instituição, constituída como “laboratório” de formação de novos professores, facilitava a inclusão de técnicas e metodologias avançadas, todavia sua aplicabilidade não teria o mesmo destino se estivesse sob a coordenação de um profissional conservador e pouco comprometido. Como dissemos, além de possuir grande capacidade de ação e

vontade de realizar, a educadora era ágil no pensar e no desejo de saber. A instituição era, portanto, um espaço coerente com a sua forma de ser.

Sua postura teórica e metodológica nos anos 60 pode ser reconhecida em seu pensamento da atualidade. Em discurso de posse na Academia Baiana de Educação, em 1991, ela afirma que, para exercer a educação são necessários habilidades, conhecimento, mas, principalmente, coragem e vontade de assumir responsabilidades, tendo em vista “influenciar na decisão pública”.

Como a escolha de um caminho metodológico decorre dos objetivos a serem atingidos, evidencia-se que a educadora continua convicta de que a educação deve elevar o indivíduo à condição de ser livre e consciente, propósito fomentado desde os tempos de estudante de Filosofia. Também é evidente sua preocupação com a verdade, outro pilar da sua vida pessoal e profissional. Nesse aspecto, alertava para os falsos educadores, aqueles que arrogantemente procuram impor-se aos alunos, quando o caminho do verdadeiro mestre seria a “sabedoria com serenidade”.

Com base nesses princípios teóricos e morais, o método por ela assumido devia ensinar os alunos a aprenderem a aprender, o que ela define como sendo ensinar o aluno a estudar de forma crítica, a consultar as fontes como enciclopédias e dicionários; a conhecer editoras; saber usar as técnicas científicas de redação; analisar o índice de um livro e, em especial, ter condições de fazer uma leitura crítica de um artigo; ensiná-lo a apreender as idéias do autor e a elaborar as suas próprias. Essa orientação demonstra claramente sua formação filosófica e pode ser extraída do seu *Curso de Filosofia – orientação de estudos*⁴. Nesse trabalho, uma espécie de

plano de aula, assim como em cadernetas escolares e outros planejamentos de aula, a educadora exaustivamente demonstra a necessidade de se criar métodos que despertem no educando o desejo pelo aprender, assim como do compromisso do educador em orientar seus alunos para a verdadeira aprendizagem e não apenas para a memorização de conteúdos.

Essa orientação filosófica foi aplicada por ela em vários projetos pedagógicos⁵, como no intitulado Classes Piloto do Colégio Estadual da Bahia, também nos anos 60. Lá a metodologia foi transformada em técnica e batizada como “Convite ao raciocínio”. Tinha como objetivo, assim como identificamos em outras experiências, “levar o aluno a ter suas próprias idéias”. Para isso, o ensino era o mais concreto possível baseado em experiências de campo, onde o aluno pudesse vivenciar a realidade, por exemplo, observando animais e plantas em seu habitat natural. Incluía também, excursões científicas, “feiras de ciência”. Do mesmo modo, trabalhos individuais livres ou orientados por professores⁶.

Mesmo diante da orientação filosófica seguida, centrada no aluno e não apenas no educador como acontecia com a concepção tradicional de educação hegemônica, ela e seu conseqüente caminho metodológico não dispensavam o educador, nem diminuíam seu valor e importância. Seguindo a orientação do filósofo John Dewey, acreditava que o aluno tinha outras e variadas fontes de aprendizado, entretanto nenhuma superava ou substituíva o professor, a quem cabia pensar o processo educativo, estabelecer seus objetivos, selecionar os métodos a depender do conteúdo e das necessidades dos alunos.

Sua compreensão dos objetivos da educação e, conseqüentemente, das formas metodológicas de realizá-la vão ganhando formas mais definidas, contudo, como indicamos, seguem a mesma finalidade já esboçada nos tempos de estudante do Curso de Filosofia: educar para a liberdade, para a felicidade, para uma vida melhor e mais equilibrada.

Nos anos 90, ela sistematiza sua proposta metodológica, assim como sua compreensão da educação. Como vimos anteriormente, inicia caracterizando o momento histórico como sendo regido pelo medo: “[...] medo de errar, medo de poder, medo de sonhar, medo de amar, medo do medo”. Diante disso, pergunta, que rumo a educação deve tomar? Pergunta que prefere responder dizendo o que ela não deve ser: Não deve perder-se em elucubrações e discussões estéril em torno de teorias pedagógicas e sim oferecer aos indivíduos condições para desenvolverem suas potencialidades e se colocarem como seres integrados ao mundo.

Diante da inquietação filosófica que a tem guiado, é desfavorável à imposição de metodologias de ensino, sem antes ouvir os educadores, sem antes colocar a questão diante do tribunal da razão, como orienta a tradição filosófica. Assim, questiona os poderes constituídos sobre a procedência de investir na reciclagem de professores, ou na discussão de modificações curriculares, se isso não for precedido por um momento de análise e de reflexão sobre sua necessidade e rumos a serem seguidos. Também coloca em questão o império do conhecimento intelectualizado em detrimento da formação afetiva e da educação da vontade que são, no seu entender, condições básicas para a convivência social.

A esses questionamentos e tantos outros, ela conclui que o sistema social e o educacional não estão indo no caminho certo, ao dirigirem para o mero conhecimento de “causa intelectualizado”, tornando-se ruim para os sujeitos da educação, quais sejam, educador e educando. Avalia ainda que os meios usados pelo poder para fomentar as mudanças que a educação exige não levarão ao desejado, pois eles investem em soluções milagrosas, assim como formais como leis e decretos. Em ambas as situações, a saída seria vivenciar o “Eros Pedagógico”, traduzido pelo prazer de aprender e de ensinar, tendo em vista a liberdade responsável e criativa do sujeito.

Diante disso, ela esboça o que seria uma metodologia holística constituída pelos seguintes passos: *harmonização*, *citação*, *narração*, *canto grupal* e *atividade grupal*. A primeira estaria vinculada ao emocional e exigia condições como postura física cômoda, cuidado com a respiração e visualizações e silêncio. A segunda, *citação*, mais do plano intelectual, consistiria em focalizar verdades e cultuar pensamentos positivos. O terceiro momento, da *narração*, visaria repetir contos e lendas, de preferência com o uso de recursos visuais, que pudessem garantir visualizações e pensamentos positivos. O *canto grupal* seria a expressão do sentimento, do amor e da intuição, enquanto a *atividade grupal* consistiria em aplicar à vida cotidiana os valores trabalhados. Isso porque, para ela, no processo de aprendizagem a mente se comporta de modo muito especial. A mente consciente recebe a informação pelos sentidos e os nervos, que são como correntes elétricas, as enviam para o cérebro. Enquanto isso, a mente consciente será controlada através da concentração em pensamentos elevados.

Como dissemos, essas são propostas que refletem as idéias da educadora no momento presente, especialmente após ter tomado conhecimento de experiências educacionais como a Nizhoni, que

é uma escola holística do Novo México. Destarte, essa nova literatura só teve tal repercussão porque a educadora sempre acreditou numa educação criadora, capaz de acolher o ser humano como um todo e prepará-lo para a harmonia e para a felicidade. A maturidade a fez ter mais autonomia para explicitar suas idéias, mesmo que discordantes da hegemônica, e também lhe deu condições para aperfeiçoar ou se apropriar de novo conhecimento, como o espiritual que, para ela, não deve ser tratado apenas de forma teórica e abstrata. Como escreveu: “[...] não se trata de submeter o estudo divino a uma disciplina religiosa, mas trabalhar com o tema usando uma intuição ilimitada, uma finalidade firme e um amor incondicional” (Jesuino, 1997).

Decerto, essa é uma atitude corajosa, mas que concretiza idéias alimentadas ao longo da vida. Desde a sua fase de formação e a conseqüente opção por determinadas doutrinas filosóficas, como o Intuicionismo de Bérqson, ela já demonstrava em que acreditava. A coragem, no nosso entender, decorre de assumir um novo caminho metodológico diferente do tradicionalmente aceito, assim como, a espiritualidade do ser humano onde a objetividade e a neutralidade axiológicas têm sido os únicos paradigmas aceitos.

A educação, como já referenciamos, vem seguindo o modelo de cientificidade dominante, de inspiração positivista que rechaça toda e qualquer tendência á subjetividade ou à transcendência. Defender tais instâncias é colocar-se diante da possibilidade de críticas e refutações, situação que a maturidade intelectual e emocional apresenta-se como antídoto. Além dessa condição de ordem pessoal, é evidente que o momento presente com seus

avanços e rupturas, desencadeando uma nova mentalidade, também se constitui em um momento apropriado à exteriorização de novos valores, atitudes, teorias e métodos.

Essa mudança de mentalidade do povo baiano em relação à educação é registrada por ela, como tendo iniciado desde a década de 40 com a criação da Faculdade de Filosofia⁷, pelo educador Isaías Alves e, de seu curso de Psicologia. Como se recorda, a instituição proporcionava a vinda de estudiosos da psicologia, dentre outros, vindos de outras localidades do país ou estrangeiros, possibilitando aos profissionais da educação entrarem em contato com novas teorias educacionais, dentre as quais, aquelas que valorizavam a afetividade e substituíam o castigo físico pelo estímulo ou por castigos de ordem moral, as “aulas enfadonhas, repetitivas e tristes” por aulas mais dinâmicas e a educação intelectual por uma mais sedutora e emocional.

A importância desse novo enfoque da educação foi destacada por ela em muitos momentos. Como registrou em 1997, ao prefaciar o livro: *Educação Emocional: aspectos históricos, fundamentos e resultados*:

[...] as emoções, as paixões e os sentimentos constituem nossa vida afetiva. No adolescente, porém, torna-se preponderante uma atuação especial do educador na orientação do seu tumultuado e emocional viver juvenil [...] Neste instante histórico, sob o império do temor, em que o medo de ter medo paralisa os homens como o “peu de vivre” de que tanto falaram os franceses no meio do século, a educação emocional se impõe ao educador consciente como necessidade imperiosa para preencher um espaço restrito aos psicólogos, mas para o qual estão convocadas as equipes interdisciplinares interessadas na formação do homem do amanhã, que surge quase no início de um novo milênio [...] oferece o essencial de que todos precisamos, para compreender, conviver e saber amar na época do desamor constante e inseqüente” (Santos, 1997, p. 11).

Enfim, a grande contribuição da educadora no aspecto teórico e metodológico da educação consiste em ter tirado o aluno da posição de mero espectador, a quem cabia apenas receber informações e memorizá-las, transformando-o em sujeito pensante, crítico e criativo.

Notas

¹ Henri Bérghson nasceu em 1856, em Paris, e faleceu em 1941. Foi professor do Colégio de France e escreveu, dentre outros: *Ensaio sobre os dados imediatos da consciência* (1889), *Matéria e Memória* (1896), *As duas fontes da moral e da religião* (1932).

² Leda Jesuino. Discurso de posse na Academia Bahiana de Educação. *Revista da Academia Bahiana de Educação*.

³ A Instituição será apresentada no IV capítulo.

⁴ Texto redigido por Leda Jesuino, sem data, que consiste de planos de aula de um Curso de Filosofia, ministrado por ela a alunos do primeiro ano dos cursos de Pedagogia e de Filosofia.

⁵ Os projetos pedagógicos serão tratados no capítulo IV.

⁶ Classe Piloto do Colégio Estadual da Bahia- uma vivência pedagógica dos anos 60.

⁷ Sobre a Faculdade de Filosofia consultar *Palcos e Platéias – a construção da identidade de Gênero na Faculdade de Filosofia*, 1999, de autoria de Elizete Passos.

[...] uma das coisas que mais me marcou, era justamente o respeito pelo outro, que Jesus sempre tinha. É amar o outro como a si mesmo. Então isso ficou muito, muito mesmo. E as diferenças todas... então, o perdão, o perdoar, o compreender, compreender o outro, o perdoar, a aceitação.

Em entrevista dada no dia 5 de janeiro do ano 2001, a educadora Leda Jesuino fez o seguinte relato:

[...] é interessante como tudo isso influi, mas fica sempre no inconsciente e no consciente deles. No meu, ficou, por exemplo, minha mãe, qualquer coisa errada que eu fizesse, ela mandava eu escrever 100 vezes, que naquela época era assim, na folha de papel pautado que comprava na venda. E aí escrevia, enchia a folha de papel pautado. Ela mandava eu escrever duas coisas: “O saber morre com seu dono, é a única coisa que ninguém tira” e a outra: “Primeiro a obrigação, depois a devoção.

Leda Jesuino

O relato pode ser analisado por diferentes ângulos, entre eles, a metodologia usada na família e na escola, até a primeira metade do século XX, para corrigir o comportamento das crianças, considerado indesejado, baseado na interiorização de valores através da repetição de mensagens de ordem moral ou moralista. Apesar desse tipo de punição ser relacionado às de ordem moral, sem dúvida, também era de ordem física, pois machucava o corpo, especialmente as mãos, os dedos

e as costas. Mais do que isso impedia a liberdade de locomoção e de pensar, pois a atividade impunha uma determinada conformação do corpo e da mente.

No que se refere à origem dos valores morais da educadora, objeto do nosso interesse no momento, seu depoimento nos fala da sabedoria popular, conhecida como “ditos populares”, incluindo também os provérbios. Sem dúvida, eles têm sido uma das principais fontes dos valores morais, ao lado da religião e dos tabus. Possuem grande eficácia porque são transmitidos de geração a geração, quase sempre, nos primeiros anos de vida, quando as pessoas ainda não possuem conhecimento e maturidade para analisá-los, e através de parentes, educadores e pessoas da sua estíma e admiração o que facilita sua aceitação inquestionável.

Quanto ao conteúdo da mensagem moral que faz parte das lembranças explicitadas pela educadora no depoimento acima, são também típicos do momento e de camada social média. Aquela que acredita no poder do conhecimento como meio para fazer frente à falta de bens materiais, na caminhada para a ascensão social e pessoal. Assim, se você não nasceu com bens de família, a situação não está perdida, restava-lhe o casamento, com alguém de posses ou o estudo. Este era considerado de mais valor, porque seria para sempre, entretanto, como nada vinha do nada, para chegar a ele, era necessário empenho, estudo, dedicação e renúncias, traduzidas na expressão: “primeiro a obrigação”.

Ela comporta muitos significados, destacando-se o de ordem moralizante, que ensina os indivíduos sobre a hierarquia das ações, colocando o trabalho, o esforço, o sacrifício em primeiro lugar, e o lazer, a alegria, o prazer, em segundo. Também esta não é uma

orientação moral exclusiva da família da educadora, ela arrasta uma longa tradição em nosso país, que tem origem numa visão religiosa maniqueísta, que separa em dois extremos o bem e o mal. O primeiro é entendido como decorrente da prática da virtude e o segundo, como fruto do pecado e do vício. A virtude sempre foi identificada com o espírito e o vício com o corpo, assim como o trabalho com o bem e o descanso com o mal.

Sem querer entrar no mérito da questão, considerando-se que esse não é o objetivo deste análise, fica evidente que a sabedoria popular, com suas interfaces com a religião e os preconceitos, era uma das principais fontes dos valores morais da educadora, como do resto da sociedade, ainda hoje. Com ela, a interferência da religião acontecia de forma diferente do que se dava com a maioria das mulheres que tinha acesso à educação naquele momento, pois não foi educada em colégio católico e sim presbiteriano, de origem americana, apesar de pertencer a uma família católica. Essa experiência, no seu entender, fez muita diferença para a sua formação moral:

[...] eu fui educada no Colégio Americano, Presbiteriano, mas minha família era católica. Eu fiz Primeira Comunhão, fui batizada [...] a família da minha avó, Baltazar da Silveira, era muito católica. Mas eu acho que minha orientação ética foi mais dos meus diretores, o casal Baker e eles se limitavam a nos orientar religiosamente só contando as parábolas de Jesus. Então eu fui muito mais educada para a religiosidade do que para a religião. Muito mais dentro dos códigos éticos, fundamentados na vida de Jesus e no que Ele pregava do que propriamente nos dogmas. Eu não conheço os dogmas católicos, nunca me preocuparam. Nunca tive medo de pecado, nunca acreditei em inferno, nunca acreditei na virgindade de Nossa Senhora, nunca os dogmas católicos me atingiram. Então, eu tinha a figura de Jesus e o código ético de Jesus (entrevista de 05/01/2001).

A metodologia usada pela escola para ensinar aos alunos a religiosidade, como define a educadora, foi registrada por ela em um artigo intitulado *Os Bakers*. Nele, a autora fala da simplicidade com que o Evangelho era apresentado aos alunos e da informalidade com que as preleções aconteciam. Ao invés de aulas de religião fixas, Mr. Baker aproveitava uma aula vaga, pela falta imprevista de um professor para falar da vida de Jesus e de outros personagens da Bíblia como Maria Madalena e Judas, sem preconceitos, censuras ou afetações:

[...] Lá estavam Lucas e João, Marcos e Mateus, personagens de uma linda e eterna história onde Madalena transitava sem pecados e onde Judas permanecia fraco e apenas infeliz. Não me lembro de acusações, ameaças, nem do inferno, não fui contaminada pela culpa do pecado original, nem muito menos do castigo eterno. Mr. Baker não nos passava nada mais do que amor, exatamente a grande nova que Jesus legou ao mundo” (Jesuino Santos, 1994, p. 36).

Como se vê, a origem dos seus valores morais da educadora não fugiu à regra ao retirá-los tanto da sabedoria popular, quanto da religião. Entretanto, ela demonstra que há uma distinção entre moral e moralismo, ao enfatizar que não foi marcada pelos dogmas religiosos, que têm sido a mola mestra da formação moral em nosso país, especialmente da feminina. A partir dessa palavra podemos estender a compreensão da origem dos valores morais para a questão dos preconceitos, em nome dos quais os atos humanos são julgados, condenados e punidos. A partir dele, impedem a expressão esclarecedora e defensiva das pessoas, enquadram, silenciam e matam a criatividade e o Ser.

Essa é uma tendência comum em nossa cultura que, para tanto, lança mão de preceitos religiosos, entre outros, de forma dogmática. O problema, como aponta a educadora, não está nos princípios e orientações religiosas e sim na forma como eles são apresentados e tratados. As escolas religiosas, na Bahia, especialmente aquelas dedicadas à educação feminina¹, vêm investindo numa formação moral inspirada na Religião Católica, em que sobressaem os dogmas. Nossa prática educativa de inspiração religiosa é cerceadora, disciplinadora e autoritária. É esse aspecto que a educadora focaliza na formação moral recebida, no qual a preocupação era despertar os alunos para a espiritualidade e para uma orientação moral, respeitando, contudo, a liberdade do sujeito, a quem compete escolher e decidir sobre os princípios morais que pretende seguir.

Do modelo de orientação moral recebido na escola, o de Cristo, ela destaca princípios que a marcaram para toda a vida: respeito pelo outro, amor ao semelhante, disponibilidade para compreender e perdoar. Como relatou: “[...] uma das coisas que mais me marcou, era justamente o respeito pelo outro, que Jesus sempre tinha. É amar o outro como a si mesmo. Então isso ficou muito, muito mesmo. E as diferenças todas... então, o perdão, o perdoar, o compreender, compreender o outro, o perdoar, a aceitação”.

À primeira vista, poderíamos dizer que não há nada de novo em suas idéias, em relação ao tipo de comportamento que a sociedade vem ensinando e esperando da mulher, contudo ela mesma faz a consideração básica, ao dizer que não se tratava de uma aceitação passiva e dogmática. Explica sua posição como decorrente

do tipo de educação que recebeu na escola e em casa. No colégio presbiteriano teve a oportunidade de viver uma prática educativa baseada no diálogo e no respeito, diferente do modelo hegemônico, como faz questão de salientar:

[...] lá, com dona Irene, no Dois de Julho, ela não era uma pessoa que determinava obrigando, ela aceitava, quando nas escolas, naquela época, era difícil porque com as freiras, você nem podia falar. Não podia nem falar. Você não podia sair da sala para ir ao sanitário sem dizer pra que ia, para onde você ia. Eu fui educada diferente” (depoimento da educadora).

Decerto, a educação que recebeu, possível de ser traduzida como libertadora, na concepção atual, não se caracterizava pela falta de limites, mas pela liberdade com responsabilidade. Como afirmou, a escola não trabalhava com a idéia de pecado, nem via nas situações da vida, como namoros entre os estudantes nada de absurdo ou repreensível. Ministravam a co-educação, numa época em que vigorava a educação de meninos separada da de meninas, atitude corrente que tinha como objetivo, entre outros, evitar contatos entre jovens de sexos diferentes e possibilidades de relacionamentos considerados atentatórios a moral. Apesar disto, aos dezoito anos de idade, ganhou de presente da família seu primeiro carro. Tal iniciativa não seria possível no seio de uma família religiosa e seguidora de uma moral burguesa, se não houvesse confiança no bom senso da jovem.

A educadora confere todos os méritos da sua formação moral à educação recebida no Ginásio Americano, no período de 1930 a 1939. A convivência com o casal Baker, como eram identificados os dirigentes da instituição nos meios acadêmicos, foi para ela uma oportunidade de “aprender a aprender” e de formar o seu

quadro de valores norteadores da sua vida e das suas decisões. Com eles, pôde “[...] compreender o que seja liberdade com responsabilidade, de amar a natureza e de sentir o que é a famosa complementaridade das energias Yin e Yang que pode desenvolver um casal, o que significa amar respeitando o outro e como atuar com suavidade sem perder a firmeza, e sobretudo, como liderar e conviver com os conflitos [...]” (Santos, 1994, p.35).

Essa formação moral básica, ao longo da vida, foi acrescida e fortalecida por teorias da Filosofia Ocidental e Oriental, como os ensinamentos de Buda e Lao-Tsé, como veremos a seguir, com sua prática educacional.

Seu conceito moral

Como já discutimos em capítulo anterior, ela acreditava em uma educação para a transformação, especialmente capaz de levar o ser humano a reinventar ou criar algo novo. Sua preocupação não se limitava ao campo do conhecimento técnico, resvalava para o moral. Entendia que a missão da educação era formar pessoas mais íntegras, honestas e verdadeiras e, assim, uma sociedade de melhor qualidade moral e humana:

[...] a interface da educação com a ética é delicada. Digo ética, não moral, aliás, a moral corresponde a princípios formulados e procura normas universais. A ética não é uma moral de obrigações e punições, ao contrário, uma maneira de viver; não um regulamento de vida, aproxima-se mais da experiência vivida e sentida e permanece no plano individual sem pretender constituir leis (Jesuino, 1991, p. 45).

O seu conceito de ética é fiel à formação moral recebida, no sentido de não se estruturar na obrigação e no castigo, mas no crescimento individual e numa qualidade de vida melhor. Conceito que difere de nossa herança cultural, que vem tratando a ética como moralismo ou legalismo, sempre visando o controle social. Ela tem consciência de que sua compreensão difere da comumente aceita e ensinada, tanto assim que, no mesmo artigo acima citado, registra: “[...] a ética é uma ciência ou uma arte que parece perdida, devemos tratar de merece-la e recupera-la. É necessário que se faça a escolha entre Eros e Tanatos, o amor ou a agressividade, o espírito da paz ou a combatividade”. (Jesuino, 1991, p. 46)

Evidencia-se sua compreensão da ética como uma forma de ser no mundo que depende da escolha do sujeito consciente. Não basta impor regras, vigiar sua concretização e punir pelos descaminhos, faz-se necessário trabalhar a consciência crítica e a responsabilidade dos indivíduos, pois essa consciência dará a direção para as escolhas a serem feitas, que devem seguir o amor em todos os seus aspectos: à verdade, à vida, ao outro, ao mundo, a Deus.

Seguindo essa orientação, ela sistematiza a moral em alguns princípios retirados tanto da herança Ocidental quanto do Oriente. Dos orientais, destacava como um princípio que deveria fazer parte do manancial do educador, que: “quando apontamos um dedo para alguém, temos três apontados para nós mesmos” (Buda). Corroborava com esse princípio outro que havia aprendido nos tempos do colégio presbiteriano, de Jesus Cristo, que ensina “não julgueis para não serdes julgados”. A forma como ela interpretava e aplicava esses princípios à educação consistia em um misto de teoria e moralidade, presente ao longo de sua vida, que consistia

em ensinar o educando a ser simples e sábio. Como registrou em um artigo de 1998, é próprio do sábio reconhecer a sua ignorância, o que, para ela, já é uma grande sabedoria, enquanto o tolo sempre presume saber e nunca hesita em julgar. Convicta dessa orientação teórica moral, ela afirma que a criança precisa ser educada para compreender e não para julgar, no sentido de criticar e culpar, o que só acontecerá se o educador for orientado para essa mesma direção.

Essa convicção a fez, durante o período em que participou do Conselho Estadual de Educação, defender “ferrenhamente” a criação de escolas de formação de professores, em nível superior, em vários municípios do Estado. Seu empenho visava dar ao educador melhor preparo técnico, entretanto, mais do que isso procurava prepará-lo moral e emocionalmente para educar em um mundo materialista e hedonista, como o atual. Nesse contexto onde o ter tornou-se a meta, seria imprescindível ao mestre uma boa formação moral, sob pena dele vagar sem rumo, levando seus alunos na mesma onda.

Dentre os princípios orientadores do caminho de um mestre ela destaca um de cunho existencialista, que coloca no ser humano a responsabilidade por suas escolhas: “estamos no mundo, só e sem desculpas”. E explica o preceito não como uma ameaça ou um perigo, mas como uma forma de viver seguindo sua consciência, seu eu interior. A educação sob o seu ponto de vista deve procurar desenvolver nos discentes essa capacidade e a convicção da importância de saber ouvir e confiar na sua voz interior; para que isso aconteça é preciso que os educadores tenham a mesma convicção e estejam preparados para ensinar e orientar os seus alunos.

Como explicitou em um discurso proferido na cidade de Maricás, na Bahia, no ano de 1988, o professor poderá:

[...] através da leitura, das reciclagens constantes e das vivências, adquirir o saber e creio firmemente que estais convencidos de que o mergulho dentro de vós mesmos terá de ser feito para que possais compreender a beleza que se esconde no coração da criança, a verdade deslumbrante que sua pequena mente poderá alcançar, e sobretudo, poder dar-lhe o que ninguém ousará fazê-lo, o estar na escola capaz de sentir-se só e sem desculpas [...].

De Sócrates ela retirou outra orientação moral, traduzida pela palavra humildade. Preconiza que as crianças precisam aprender que não são melhores do que os outros, que não são as mais sabidas, pois as pessoas vaidosas ou orgulhosas não conseguem adquirir conhecimento profundo sobre o mundo. Afirma no referido discurso de 1998: “[...] quem conhece sua ignorância revela a mais alta sapiência. Quem ignora sua ignorância vive na mais profunda ilusão. Não sucumbe à ilusão quem conhece a ilusão como ilusão. O sábio conhece o seu não saber”.

A humildade pode, pois, ser entendida como um princípio moral e pedagógico. Nesse último aspecto, ela serviria para dizer aos indivíduos que, por mais que tenham conhecimento, ainda têm muito a aprender, que o ser humano deve estar aberto ao crescimento interior por toda a vida. Moralmente, ele poderia bastar-se, entretanto pode ser um indicador da diferença entre ser e saber, segundo a educadora:

[...] no Ocidente, admite-se o absurdo exagero de o saber e o ser serem confundidos. Pode haver, por exemplo, um sábio eminente, autor de grandes descobertas, um homem que faz progredir a ciência e

ser, ao mesmo tempo, um egoísta, mesquinho, vaidoso, ingênuo e distraído. As pessoas não têm vergonha do nível inferior do seu ser. Não compreendem que o grande saber de um homem está na função do seu ser.

A formação filosófica da educadora sobressai, mais uma vez, na análise que faz a respeito do que poderíamos chamar de progresso. Sob outra visão, não haveria dúvidas quanto ao valor do indivíduo possuidor de grande conhecimento, especialmente se ele é reconhecido na prática. A partir da perspectiva ética que ela está tomando, o progresso não se mede pelo desenvolvimento científico e tecnológico, por exemplo, mas pelo que ele representa no processo de humanização. De nada adianta um grande avanço na descoberta de instrumentos e serviços, se não estiver a serviço do bem estar, da segurança, da dignidade da pessoa.

Voltando a influencia dos orientais, é Lao-Tsé quem é chamado para sistematizar sua compreensão da ética, resumida em termos que ela definia como “três tesouros”: a compaixão, a economia e a humildade. Em sua interpretação, a compaixão seria o caminho para o indivíduo tornar-se corajoso; pela economia, ele se tornaria generoso, e através da humildade, seria um líder.

Valores ensinados e seguidos em sua prática educativa

A coerência entre pensar e agir é uma marca da educadora, assim, conhecendo seus conceitos sobre a vida e o papel da educação na concretização destes, torna-se fácil entender o que ela ensinava, enquanto comportamento moral, aos seus alunos. Como afirmou ao ser entrevistada, no dia 5 de janeiro de 2001:

[...] sempre exigi muita honestidade, porque sempre trabalhei para que dissessem a verdade. Por exemplo, quando havia brigas, essas coisas que acontecem, sempre trabalhei para que eles pudessem dizer exatamente o que aconteceu, com a verdade deles. Trabalhei muito com isso, muito. Porque isso é muito importante para poder educá-los. Digam a verdade, mesmo que seja a sua verdade. Então você terminou de dizer que foi assim? Eu ouvia com muito respeito.

Nesse trecho, podem-se destacar três princípios morais básicos: honestidade, verdade e respeito, o que era ensinado e estimulado pela sua prática educativa que, como vimos, não se baseava na repreensão e culpa, mas no respeito. Sabemos que o medo da punição ou a certeza de que seu ponto de vista não será considerado por quem detém o poder, como o professor na situação de sala de aula, constituem-se em motivos para levar as pessoas a dissimularem a verdade ou encobri-la. A educadora tinha sobre a verdade um conceito que comportava o relativismo, ou seja, ela é uma forma de interpretação e depende do ponto de partida e da ótica que se está tomando; assim, respeitava e procurava compreender a verdade do aluno, e ajudava-o a reconstituir os fatos, caso fosse necessário.

Sua atitude não pode ser identificada como permissividade e falta de limites, como ela confirma: “Eu era muito severa com a linguagem, eu acho que uma pornografia não cabe dentro de uma sala de aulas. Também jamais permiti que um aluno desrespeitasse um professor. Do respeito, eu olhava muito essa parte [...]”. O respeito do aluno para com o professor pode ser uma marca da pedagogia tradicional que vê nele o centro do processo educativo, a quem os alunos devem respeito e obediência, entretanto, dado

ao todo do pensamento da educadora, ele pode ser parte do respeito que ela tem pelos seres humanos e ensinava a seus alunos. Tanto assim que também lhes dava voz e vez.

Como reflexo da sua formação em Serviço Social, advinham outras orientações tais como a solidariedade, a amizade, a coragem, a gratidão e a lealdade. Sintetiza o perfil moral considerado valioso e ensinado por ela aos seus alunos em quatro virtudes identificadas como cardinais: temperança, coragem, fortaleza e prudência, que, vividas com equilíbrio, fariam as pessoas andarem sem vacilar. Também nisso presta sua homenagem ao casal Baker, tão influente em sua formação no colégio presbiteriano. Afirma que “[...] neles se casavam bem a fortaleza que vinha dela e a temperança que ele cultivava, a serenidade expressa em um olhar significativo e a franqueza na palavra verdadeira de amizade e senso crítico no momento oportuno [...]” (Santos, 1994, p. 36).

Sua preocupação com o ser humano é uma constante, capaz de ser identificada ao longo de sua trajetória de vida. Iniciou com o compromisso de despertar os alunos do Curso de Filosofia para adquirirem conhecimentos capazes de levá-los à identificação da verdade e transformação do mundo, continuou a investir na formação ética dos alunos que teve, ao analisar, por exemplo fatos históricos como a explosão da bomba de Hiroshima, nos anos 40, destacando que aquele foi um ato de total desrespeito do homem pelo homem, situação que ela evita analisar sob qualquer outro aspecto, porque nada justifica uma atitude de desumanização como esta.

A desaprovação às atitudes humanas que vão contra os próprios homens, na forma de agressão à sua integridade física, moral ou espiritual presentes em atitudes humanas do passado, como a acima referida, tornam-se, para ela, mais sérias e perigosas na sociedade atual. O fim do século é analisado pela educadora como preocupante em todos os sentidos: pelo avanço científico e tecnológico colocado nas mãos de pessoas sem formação moral íntegra e compromisso com o ser humano e o meio ambiente; pela galopante falta de formação ética da sociedade, entre outros. Para fazer frente a tais situações, Leda coloca grande confiança no processo educativo.

No ano de 1994, em um artigo intitulado “Perspectiva axiológica da educação”, ela registrou suas impressões sobre a sociedade, caracterizada pela criminalidade, violência, conflitos, intolerância, falta de civilidade, aumento da delinqüência infantil, desonestidade dos governantes e declínio da importância da família, situação que se agrava pela falta de empenho da educação no combate a esses males. A saída seria investir na “educação do caráter”, ensinar aos jovens valores como a honestidade, solidariedade, civilidade, harmonia, paz, justiça e amor à verdade.

A crítica feita à educação, no sentido de não priorizar o combate aos problemas sociais, a faz denunciar que esta tem estado a serviço do desenvolvimento das capacidades intelectuais, em detrimento da formação moral, quando devia dar aos dois aspectos a mesma importância. Em suas palavras: “[...] aos conteúdos programáticos predominantemente cognitivos, informativos, necessitamos integrar valores que desencadeiam o novo processo de educação afetiva e da educação da vontade. Precisamos de cidadãos éticos” (Jesuino, 1996, p.).

Sua proposta, decerto, não representava uma novidade em suas idéias e posições, como vimos, pois em toda sua trajetória de vida e profissional, o respeito ao ser humano foi uma constante. Nesse momento, para fortalecer-se, lançava mão de teorias e práticas educativas, inclusive orientais, tais como: Escola de Nizoni, no Novo México, Escola de Krisnamurti, educador e filósofo oriental, localizada na Inglaterra, Universidade de Bangalore, na Índia, e Universidade da Paz, no Brasil, sob a coordenação de Pierre Weil. Em todas elas, segundo a educadora, está em processo uma “revolução silenciosa”, imprescindível.

Nesse aspecto, seu conceito de educação não se restringe à visão formal, nem o educador ao professor, mas a todas as pessoas que têm influências sobre outras, sejam elas pais, políticos, ou representantes religiosos. O compromisso de todos deve ser em ensinar valores que possam harmonizar o mundo, o cosmos. Para isso, faz-se necessário que cada pai, cada mestre, cada político, cada religioso primeiro desenvolva dentro de si esse ideal, porque ele só poderá ensinar aquilo que possuir. Em suas palavras:

[...] a qualidade total deve ser desenvolvida dentro de cada mestre, cada pai, cada político, cada sacerdote, cada comunicador, no interior de cada homem. Para que Diógenes, o grego, possa encontra-lo com sua lâmpada sem precisar peregrinar com focos incandescentes de luz no obscuro do *homo concors*, aquele que desenvolveu a coerência interna”, (Jesuino, 1966).

Mais uma vez, evidenciam-se dois princípios básicos da educação, sob a ótica da educadora: a totalidade e a moralidade. Acreditamos que o primeiro seja decorrente de um conceito

de educação que ultrapassa os limites estabelecidos da escola formal. Seu conceito aproxima-se ao da *Paidéia*, que consiste em vê-la como um processo “por meio do qual a comunidade humana conserva e transmite a sua peculiaridade física e espiritual” (Jaeger, 1995, p.3). O que não pode encerrar-se no papel de um professor, dentro de quatro paredes, mas como uma missão de todos. O segundo princípio, o da moralidade, representa o ideal da integridade humana, da coerência interna de cada um e de todos com o mundo.

Como as pessoas devem viver na sociedade

A educadora faz críticas às farsas de ordem moral, representadas por pessoas que dizem uma coisa e fazem outra, por exemplo. Sua defesa é a favor da autenticidade, independente do que ela represente. Assim como incentivava os jovens, sob sua orientação, a falarem a verdade, sonhava com um mundo onde as pessoas pudessem ser elas mesmas, e se preocupassem menos com as opiniões alheias.

[...] gostaria de viver em um mundo, onde as pessoas temessem menos e amassem mais; amassem plena e integralmente como queria Jesus. Não era tão necessário ir infalivelmente à Igreja... mas, amar realmente ao seu próximo com aquele despreendimento de quem aprende a servir, amar é compreender que o mundo não se resume apenas no seu ambiente familiar, mas é constituído do próximo distante e sofredor. Creio que a juventude pressente isso e se rebela contra tanta farsa dos adultos” (A Tarde, 1975).

Essa orientação moral bem poderia ser interpretada como resultante de uma base religiosa caritativa e filantrópica que, mesmo tendo valor, não está voltada para mudanças significativas na estrutura social; entretanto, ela a identifica como sendo proveniente da sua formação filosófica e de assistente social. Também não a quer abstrata e sonhadora, mas concreta e consciente. Critica aqueles que colocam a máscara de “bonzinhos”, que não se indispõem com ninguém porque é mais cômodo compactuar; do mesmo modo os que ela chama de fúteis e superficiais. Declara: “[...] gosto dos fortes, que sabem ser o que são e amam a verdade acima de seus vários interesses”. E finaliza dizendo algo que sua prática já denunciou: “Acho que, no final das contas, a que me dediquei mesmo foi a verdade e por isso a procurei desde os meus quinze anos quando li o Fedon” (Jesuino, 1975).

Este objetivo pode ser estimulado pelo educador, pelos pais, pela sociedade, todavia, depende especialmente do próprio indivíduo, considerando-se que ele é a estrutura para uma vida autêntica e responsável. A luta pela verdade só poderá ser ensejada por quem queira assumir os riscos e os acertos pelas decisões tomadas. A educadora não tinha dúvidas quanto a optar por esta. Ao contrário, preconizava que cada um deve conhecer a rota a ser percorrida, no caso, os valores que queremos. Não é ético delegar aos outros a responsabilidade pelos destinos sociais, dizendo que não nos compete interferir. Esta seria uma posição enganosa, porque somos responsáveis pela rota que o mundo vai seguir e precisamos tomar as rédeas, prestar a nossa contribuição competente, debatendo as situações difíceis, em busca de

soluções. Nisso, destaca-se o papel do educador, porque a educação constitui-se no fórum mais adequado para debates e diálogos profundos.

Essa atitude pressupõe habilidades e conhecimento, é inegável, porém, mais do que isso, postura moral, como via a educadora, pois de nada adiantariam as duas primeiras se faltassem coragem, honestidade e senso de propósito. Também não tinha dúvidas de que adquirir conhecimento e habilidades era mais fácil do que colocá-los em prática, pois, a partir do compromisso moral dos indivíduos, eles buscariam as formas de adquirir as condições para a sua prática, o mesmo não aconteceria, tendo-se conhecimento e não possuindo formação e compromisso moral.

Notas

¹ Para maiores esclarecimentos ver Elizete Silva Passos, *Mulheres Moralmente Fortes*, 1993; *A Educação das Virgens*, 1995; *De anjos a mulheres*, 1996; *Palcos e Platéias*, 1999.

Trajectoria da educadora

[...] viemos para servir, na conotação mais metafísica que a palavra possa ter.

E serviço não provém de um interesse prático por algum resultado específico.

É imprescindível que, quando nos dispormos a servir nossa ação seja desinteressada.

Precisamos sair de esquemas viciados da atividade, só e exclusivamente interessada em resultados práticos e objetivos.

Leda Jesuino

No ano de 1943, licenciou-se em Filosofia e iniciou sua carreira em colégios particulares bem conceituados da Cidade de Salvador, tais como o Colégio Ypiranga, a partir do ano de 1945, como professora de Filosofia nos cursos Colegial e Clássico; Colégio Sofia Costa Pinto, em 1945, ministrando a mesma disciplina; Colégio Dois de Julho, como Professora de Latim, no período de 1945 a 1947; no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, conhecido como “Colégio de Dona Anfrísia”, em 1948, como professora de Filosofia. Também foi professora de Serviço Social Médico da Escola de Serviço Social da Bahia e professora de Filosofia nos cursos Colegial e Clássico do Colégio de Aplicação, entre outros. Além da atividade didática, exerceu a função de assistente social na Legião Brasileira de Assistência, foi membro do Conselho Estadual de Educação (1983-1987), Coordenadora das Classes Experimentais do Centro de Ensino de Ciências da Bahia (1966), Presidente da Comissão Municipal do MOBREAL (1976), Membro da Academia Baiana de Educação e sua Vice-Presidente,

Secretária do Instituto de Filosofia (seção da Bahia), Coordenadora Técnica do Lar Assistencial para Crianças Carentes (após a aposentadoria).

Fora da UFBA ou em parceria com ela, Leda coordenou projetos educacionais, a exemplo dos Projetos do Campus Avançado de Barreiras, convênio Ministério da Educação e Cultura (MEC) e Universidade Federal da Bahia (UFBA); Projeto das Classes Experimentais do Colégio da Bahia, Convênio MEC/SEC (Secretaria de Educação e Cultura), e UFBA entretanto, dedicou-se especialmente à Universidade Federal da Bahia, pois entendia que não se podia servir a dois patrões ao mesmo tempo. Nela, como avalia hoje, foi uma espécie de “curinga”, respondendo favoravelmente às suas demandas.

No final da década de 40 e no transcorrer da de 50, época em que Leda iniciou sua longa carreira na UFBA, a educação baiana vivia o grave problema da falta de professores capacitados para fazer frente à ideologia de democratização da educação, que procurava transformar o ensino secundário de propedêutico para o superior e exclusivo de uma camada social, para um ensino destinado a todos e comprometido com a formação de cidadãos para o progresso do Estado e do País.

A situação era sentida e analisada por intelectuais e divulgada nos meios de comunicação, como muito grave e preocupante. Por exemplo, na análise de Afrânio Coutinho, divulgada no Jornal A Tarde do dia 15 de abril do ano de 1955, a democratização do ensino e a ampliação da rede escolar haviam trazido um grave problema e exigiam que as autoridades competentes envidassem esforços a fim de superá-la ou, no mínimo, minimizá-la. Como

relembrou, no passado, o número de professores era limitado e muito bem formado, enquanto que “[...] atualmente, o magistério é uma profissão ampla, por sua vez carregada de problemas de ordem cultural e econômica, cuja formação e aperfeiçoamento ainda não estão devidamente resolvidos”.

É nesse quadro que se inicia a atuação de Leda na formação de educadores, já que sua área de trabalho foi, especialmente, a de licenciatura, de início, Filosofia e, mais tarde, Pedagogia, não apenas na condição de professora, como também de coordenadora de centros de treinamento de professores, como o Colégio de Aplicação, direção de faculdade, como a de Educação e Coordenação Central da UFBA como Pró-Reitora de Graduação.

A educadora fala da sua dedicação à Universidade Federal da Bahia ao tempo em que aponta os principais cargos ocupados: “[...] quanto à minha vida profissional desempenhei várias tarefas só na Universidade [...] não aceitei convites para assumir cargos na Secretaria de Educação. Meu *curriculum vitae* é vasto, mas resumidamente ocupei os seguintes cargos: Diretora do Colégio de Aplicação, Diretora da Faculdade de Educação, Pró-reitora de Graduação da UFBA, Coordenadora de Projetos Educacionais” (Entrevista concedida no dia 05/01/2001, a um dos nossos auxiliares de pesquisa).

Colégio de Aplicação

Relatando a fundação do estabelecimento educacional, a educadora relembra que o da Bahia foi um dos primeiros fundados no Brasil, por iniciativa do Professor Isaías Alves¹, diretor

da Faculdade de Filosofia, com a finalidade de servir como campo de treinamento e experimentação da então cadeira de Didática, da referida faculdade.

Esses treinamentos vinham acontecendo em escolas da Cidade do Salvador, que recebiam os licenciandos mais por consideração ao Professor Isaías Alves do que por achar que a experiência lhes era favorável. De fato, nem os mestres nem os colégios gostavam de ter os universitários, pois a ida deles não deixava de ser problemática para o bom andamento das atividades previstas e da disciplina desejada. Entretanto, como diz a educadora, “[...] com o tempo não era mais possível usar a compreensão dos diretores de colégio para ceder suas classes e, pior ainda, a boa vontade dos professores regentes que não se podiam ajustar ao tumulto de práticas de licenciandos que se multiplicavam de ano para ano e necessitavam de ambiente próprio de trabalho [...]” (Jesuino, 1965, texto datilografado). A criação do Colégio de Aplicação era necessária, portanto, como uma escola experimental, onde os alunos de Didática Especial poderiam complementar sua formação.

Para dar andamento ao empreendimento, o diretor da Faculdade de Filosofia utilizou os primeiros alunos licenciados dela oriundos, iniciando com Marta Souza Dantas e Zózima Fonseca, depois com Alice Costa e Ramachisna Bagavan dos Santos. A iniciativa não deixava de ser audaciosa, pois estaria colocando em cheque a competência da Faculdade, ao testar o desempenho dos seus ex-alunos.

Leda Jesuino analisa a importância de um colégio com tal finalidade como inegável, tendo em vista sua finalidade de preparar professores para o ensino médio, em um momento

em que o país e o Estado da Bahia passavam por um processo de democratização do ensino e de implementação do princípio da igualdade, como vimos acima. Também via nele um canal de preparação de pessoas para o ensino superior, ou seja, como uma forma de ascensão social, entretanto, a melhoria da qualidade do ensino secundário em si consistia no objetivo primordial, diante da nova ideologia de que o saber seria o canal mais eficaz para o crescimento das pessoas e da sociedade. Assim, para ela, o Colégio de Aplicação deveria: “[...] de um lado terá de ajudar o país lançando pessoal capaz de se orientar para uma vida comunitária e ao mesmo tempo terá de preparar para o nível superior parte considerável de alunos que o freqüentam” (Jesuino, 1965).

Seu argumento se sustentava em dois pilares: o primeiro em defesa da extensão do ensino médio ao maior número de pessoas e o segundo contra a má qualidade das faculdades de Filosofia que estavam surgindo com muita velocidade. O problema era grave, pois, se por um lado o País não podia dizer não à demanda por outro, não tinha como fazer frente a ela porque lhe faltava pessoal capacitado, principalmente em áreas como Física, Química e Matemática. Como analisou a situação:

[...] não há licenciados em número suficiente, forçando, segundo os entendidos uma situação de escândalo nacional: surgem de 1945 a 1965, multiplicando-se as Faculdades de Filosofia e as suas caricaturas. Nada mais chocante que essas contra-facções, essas caricaturas de Faculdade de Filosofia, se entendemos as coisas do ponto de vista das essências dos conceitos que as instituições deviam corresponder. (Jesuino, 1966, p.2.)

Assim, os colégios de Aplicação que estavam surgindo no País e o da Bahia em especial, tinham uma grande e difícil missão: formar o licenciado para as finalidades expostas, ao tempo em que também formava adolescentes, os quais eram, em todos os Estados do País onde havia esse tipo de colégio (Guanabara, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Recife), considerados de excelente qualidade, especiais do ponto de vista intelectual, por serem inteligentes, curiosos e dispostos. No aspecto socioeconômico, eram jovens de camadas média e média alta da sociedade, filhos de pais de profissões liberais e que tinham consciência da qualidade do ensino ali ministrada.

Os colégios de Aplicação, como o da Bahia, decerto não se caracterizavam como iniciativas para colocar em prática a ideologia de universalização do ensino, porque recebia um número limitado de alunos e aqueles que tivessem condições de aceitar a metodologia adotada, que consistia em ter pelo menos 50% das disciplinas ministradas por praticantes, como eram chamados os estudantes da Faculdade de Filosofia que completavam sua formação no estabelecimento. Com essas características ele era considerado um colégio de elite, de filhos de famílias de intelectuais, que discutiam os problemas do País e se interessavam em compreendê-los e encontrar saídas, deferente da postura dos alunos em geral, segundo análise da educadora, que viviam de forma alienada e displicente.

O Colégio de Aplicação, pelos seus objetivos e dinâmica, diferenciava-se totalmente do modelo tradicional de escola, sendo também o espaço apropriado por excelência para engendrar novas tecnologias e serviços educacionais, tais como atividades extraclasse, serviço de orientação educacional e associações como

a de pais e mestres. Além disso, os alunos recebiam ensino atualizado, já que o colégio contava com professores jovens, ainda em fase de descobertas e idealistas.

O corpo docente e discente do Colégio consistia em seu maior patrimônio, pois, além dos “praticantes”, o mesmo contava com professores: como Rosa Florense, Marta Dantas, Joselice Macedo, Waldir Freitas Oliveira, Maria Anália, entre outros. O mesmo não se pode dizer da infra-estrutura física. Funcionando no andar térreo do prédio da Faculdade no bairro de Nazaré, tinha problemas de inundação em período de chuvas, e horário limitado de 8 às 12:30; entretanto, ela faz questão de desfocar sua análise dos problemas para apresentar a qualidade do trabalho desenvolvido e da satisfação de ter participado da experiência.

A educadora foi convidada para dirigir o Colégio de Aplicação pelo Professor Isaías Alves, então diretor da Faculdade de Filosofia. Como informa, foi mais uma imposição do que um convite, pois ele não lhe deixou alternativa. Como sempre fez questão de salientar, a Universidade sempre dispôs dela, que nunca disse para onde queria ir nem como, e que ficava bem onde fosse colocada, por isso assumiu o encargo e procurou desempenhá-lo com toda dedicação, seriedade e competência.

Impôs ao Colégio a sua marca filosófica, desempenhando o trabalho de forma colegiada, o que significava, entre outras coisas, reunir os corpos docentes e discentes para ouvi-los e dialogar toda vez que fosse preciso tomar uma decisão importante. Do mesmo modo, cumpriu o objetivo do colégio, de formar alunos críticos e conscientes, estimulando-os a se expressarem, ouvindo suas críticas e acatando sugestões.

No ano de 1964, no reitorado de Miguel Calmon, Leda foi convidada para coordenar os trabalhos de planejamento do Colégio Universitário. Estava contemplado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961 e visava fazer frente à qualidade do ensino, especialmente o superior, preparando o aluno para o ingresso na universidade, tarefa que vinha sendo desempenhada por “cursinhos” particulares, tidos pelos meios acadêmicos como de qualidade duvidosa, pois se preocupavam mais em treinar os alunos do que em formá-los de maneira crítica.

Seus idealizadores, com isso, não pretendiam resolver todos os problemas da educação superior, conheciam seus limites e possibilidades, entretanto julgavam que o Colégio serviria para estabelecer melhor articulação entre o ensino médio e o superior, assim como para oferecer orientação aos alunos quanto ao curso superior que deveriam optar. Evidencia-se que o governo toma para si a responsabilidade que estava entregue ao setor privado, qual seja, o de orientar os vestibulandos, de forma mais segura e competente. Como está registrado no Boletim Informativo da UFBA:

[...] o Colégio Universitário abrigará a problemática de jovens vestibulandos para si como temática sua, peculiar, dar-lhe-á um tratamento próprio à luz dos depoimentos científicos de validade comprovada no campo da ciência da educação e levará à universidade os seus benefícios dos quais cedo ela tomará conhecimento [...].

Nas idéias que deviam fundamentar a proposta já era possível identificar a educadora Leda Jesuino dos Santos, no seu empenho em não se criar um centro de excelência para pessoas

privilegiadas economicamente. Também está evidente sua preocupação em estimular o aparecimento de “bons” alunos, capazes de pensar e fazer escolhas certas e importantes para o progresso social. Como escreveu no artigo intitulado “O acesso à Universidade – como problemática prioritária” (1995, p. 68) “ O colégio abrigará 1000 alunos na sua etapa final de realização e a seleção será feita avaliando o nível mental, a vida escolar pregressa, o teste que em moldes pedagógicos atuais exigirá apenas um *quantum minimum* necessário, sem criar problemas sociais”.

A educadora via o Colégio Universitário como um “catalisador” que, além de educar, também instrui, reforma, transforma e facilita o acesso à universidade de pessoas com potencialidades racional, acadêmica e profissional independente da classe social a que pertençam. Ao contrário, a finalidade era proporcionar às pessoas com menos recursos, impedidas de pagarem os cursinhos de pré-vestibular, o acesso à universidade.

Leda envolveu-se inteiramente na proposta, como já havia feito com o Colégio de Aplicação, viajou diversas vezes a Belo Horizonte a fim de trocar idéias com intelectuais mineiros que já se encontravam avançados nas reflexões e encaminhamentos sobre o projeto. Apesar de todo o seu empenho, foi obrigada a ver o projeto ser arquivado, assim como verá, mais tarde, o fechamento do Colégio de Aplicação.

Centro de Ciência da Bahia – CECIBA

O conceito de Leda como gestora educacional e pessoa capaz de pensar as questões da educação estava firmado, de modo que,

ainda enquanto gestava o projeto do Colégio Universitário, ela foi convidada pelo Professor Roberto Santos, então Reitor da Universidade Federal da Bahia, para coordenar o Setor de Educação do CECIBA, projeto estabelecido na forma de convênio entre a UFBA e o Governo do Estado da Bahia.

O CECIBA foi criado em fins do ano de 1965 e visava: estimular e aprimorar o ensino das ciências exatas; promover cursos e estágios; desenvolver novos currículos, testando-os nas classes experimentais, entre outros. Constituía-se em mais um projeto arrojado e inovador, que fazia parte de um movimento nacional relacionado às feiras de ciência, com a participação de instituições como a Fundação Carlos Chagas e a UNESCO.

O projeto entrou em vigor no início do ano de 1966, com a criação de classes experimentais em colégios estaduais, que tinham como finalidade servir como laboratório de teste de currículos já em vigor em países considerados mais adiantados, visando conhecer sua aplicabilidade à realidade brasileira e as adaptações necessárias. Também a ele é conferida uma finalidade social importante, a de facilitar o acesso de jovens da camada trabalhadora, oriundos da escola pública, ao ensino superior. Conforme Boaventura, (1990, p. 134), “[...] aspiravam superar as limitações e se aperfeiçoarem em métodos e conteúdos para prosseguirem suas carreiras, inovando e indo além do cotidiano [...]”.

A atuação da educadora deu-se no Colégio Estadual da Bahia (Central), onde permaneceu durante os quatro anos em que viveu a experiência. Também nessa experiência é possível identificar os princípios básicos da formação pedagógica e moral da educadora, tais como: abertura para o novo; tenacidade e cora-

gem para enfrentar desafios, expondo-se em situações ainda não testadas e que poderiam guardar surpresas desagradáveis; defesa da autonomia individual e social caracterizada, na situação em questão, por não aceitar modelos pedagógicos prontos, apenas porque vinham de fora, de países considerados desenvolvidos. Sua postura filosófica de defesa e preservação do núcleo básico do sujeito que pensa, faz projetos e pode escolher é mantida, através do entendimento de que o que vem de fora pode ser bom para o país de origem, mas é uma incógnita para o nosso.

A atividade da educadora era principalmente técnica, ou seja, própria de uma especialista em educação. Nesse momento, sua carreira, iniciada como professora de Filosofia, estava definitivamente delimitada na área educacional. Sua pretensão inicial de filósofa ancorara na de educadora, ou de filósofa da educação, se considerarmos que sua ação era muito mais a de pensar projetos educacionais.

No CECIBA, esse talento pode ser deduzido até mesmo do teor do texto do projeto assinado pela UFBA; instituição que ela representava. Competia à instituição universitária: a organização curricular, orientação metodológica e o processo de verificação da aprendizagem.

Em sua explicitação sobre os objetivos gerais do projeto, ela destacou os aspectos que, decerto, justificam seu envolvimento, renunciando que ele representava uma oportunidade de se “romper com o monólito educacional” vigente no País e dar às pessoas envolvidas no processo educativo “liberdade pedagógica”. O assunto é confirmado na Série Memória da Educação, publicação do Instituto de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira:

[...] a possibilidade dos educadores de criar, diversificando, adaptando os cursos ao processo pedagógico e às condições locais, favorecendo a flexibilidade de recursos técnicos, a articulação dos graus, a autonomia da escola, o atendimento às diferenças individuais, ao desenvolvimento de novos métodos, à aplicabilidade de recursos técnicos mais dinâmicos, atendendo ao ambiente psicossocial do educando, com a finalidade de formar o homem livre de pensar, de agir, de optar com consciência e responsabilidade sobre o significado da vida humana, revigorando a sociedade e o mundo. (IAT, 1963, p.52).

Os objetivos da proposta são coerentes com seus propósitos filosóficos e éticos, firmados desde o tempo de estudante do Curso de Filosofia, e formados na infância do bairro do Rio Vermelho e na adolescência do Ginásio Americano. O princípio kantiano que orienta a tomar o ser humano como fim e nunca como meio foi um balizador da sua ação educativa. Assim, não bastava educar, sem conhecer-lhe a finalidade, a meta não estava em questão, pois tinha um norte que consistia em valorizar a razão humana, sem perder de vista seu papel de sujeito. Educar não devia ser disciplinar, silenciar, obedecer, mas formar o indivíduo para ser sujeito livre, consciente e responsável.

Faculdade de Educação

Com a experiência adquirida no Colégio de Aplicação, no Colégio Universitário e nas Classes Piloto a professora Leda Jesuino foi convidada para implantar e coordenar a Faculdade de Educação, da Universidade Federal da Bahia. O convite foi

deu com a disposição de servir que já identificamos e com humildade: “Dr. Roberto, eu nem sei bem o que é uma Faculdade de Educação” (Entrevista realizada com ela em 05/01/2001).

O Curso de Pedagogia já existia na UFBA desde o início da década de 40, fazendo parte do elenco dos cursos oferecidos pela Faculdade de filosofia³. O desafio, dessa vez, não era apenas de ordem técnica e filosófica, pois acompanhou a construção da sede física da Escola.

A primeira missão da educadora consistia em integrar o antigo Departamento de Pedagogia ao projeto de Lingüística Aplicada ao Ensino de Português e ao CECIBA, estruturar o colegiado de Pedagogia e efetivar convênios. Como registra Boaventura, (1990, p. 129): “A Faculdade de Educação – FACED – formou recursos humanos para as quarenta escolas polivalentes do PREMEN [...], trabalha conjuntamente com o Centro de Educação Técnica da Bahia - CETEBA –[...] além dessa tarefa, a FACED também se ocupou da reforma do preparo dos professores em face da reforma do ensino da lei 5692, de 1971”.

Leda foi nomeada para o cargo de Diretora da Faculdade de Educação no ano de 1971 e o exerceu até 1975, período em que se deu início à construção da sede da instituição, localizada no Vale do Canela. O trabalho desenvolvido por ela seguiu a mesma metodologia participativa já experimentada anteriormente, contando não só com o apoio do Reitor Roberto Santos, como de professores como Luiz Rogério Tobias Neto e Edivaldo Machado Boaventura. Na sua avaliação de hoje, o trabalho foi difícil, pois não contava com outras faculdades do gênero:

A UFBA foi uma das primeiras universidades a estruturar uma Faculdade de Educação. Foi um trabalho árduo e intenso, um desafio, pois, embora o quadro docente fosse de primeira qualidade, composto por professores competentes, idealistas e responsáveis, por outro lado não havia parâmetros nas próprias universidades federais do País.

Outra vez a educadora foi veículo e centro de mudanças ou de realização de mudanças que o momento social e histórico exigia. A Faculdade de Educação, assim como o Colégio de Aplicação e o Colégio Universitário, representam a concretização de reformas importantes e estruturais na educação. Esta não tinha a missão apenas de preparar professores para o Ensino Médio, como foi o objetivo da criação do Curso de Pedagogia, nos anos 40, pretendia formar lideranças intelectuais, ideologicamente comprometidas, capazes de arriscar tudo pelo ideal.

A participação de Leda, especialmente na posição de liderança desses futuros líderes, é significativa. Por que foi entregue a uma mulher papel tão importante, destacado e essencial? Decerto seu perfil profissional, a formação básica que possuía e a competência, já testadas, eram condições mais do que razoáveis, entretanto, outras inferências podem ser feitas a partir dos seus depoimentos⁴:

[...] a Universidade caminhava para uma reformulação inovadora e havia, indiscutivelmente, anseios de uma performance acadêmica de mais eficiência e maior eficácia.

[...] os professores estavam mobilizados para uma universidade mais aberta, mais adequada aos anseios democráticos.

E as reuniões de professores, técnicos, alunos e funcionários se processavam intensivamente, com idealismo e sacrifícios pessoais para atender às urgências do cotidiano.

Entre as possíveis análises que os depoimentos acima ensejam, destacamos sua disponibilidade em servir à Universidade sem restrições, mesmo diante da necessidade de aceitar sacrifícios pessoais, assim como a coerência ideológica em lutar por uma sociedade mais democrática, justa e consciente. Ambos os aspectos são recorrentes no comportamento da educadora e podem ser analisados como fazendo parte da sua personalidade, porém refletem também o momento histórico. Esperar que as mulheres aceitem sacrificar-se em prol da realização dos outros, tem sido uma marca da nossa cultura, com tintas mais fortes quando se trata da cultura baiana. A inovação consistia em estender o serviço à sociedade, ao invés de ficar restrita aos membros da família, como vem sendo ensinado e praticado pelas mulheres.

O intrigante consiste em delegar a uma mulher posição de destaque e poder de decisão. Para corroborar com nossa busca de compreensão, achamos importante aprofundar a categoria de análise gênero, chamando à discussão a divisão sexual do trabalho. Nisso, devemos visibilizar que se tratava de uma Faculdade de Educação e não de uma de Direito ou de Engenharia, marcadamente áreas femininas e masculinas, respectivamente. Assim, ela teria que concorrer com homens que optaram por uma área de pouco prestígio se considerarmos, que naquele momento e ainda hoje, quase todos os que se destinavam ou se destinam à área de educação são pouco prestigiados socialmen-

te, ou com mulheres também preparadas e competentes. Aí, entre elas, certamente, na decisão pesavam questões de ordem subjetiva e prática, tais como: boa colocação social, conceito que possuía no meio educacional e disposição para lutar.

Decerto, esses distintivos faziam parte do perfil da educadora: possuía boa formação geral e específica, tinha uma visão crítica da realidade, adquirida no Ginásio Americano e na Faculdade de Filosofia, como licenciada em Filosofia, acrescia-se a isso ímpeto, vontade, dedicação e compromisso político, sintetizado no ideal de ajudar a criar uma sociedade melhor mediante uma educação comprometida com a formação crítica dos seres humanos. Esses pré-requisitos ainda lhe renderam cargo de maior projeção social e elevada hierarquia, ao assumir a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, no reitorado de Luiz Fernando Seixas de Macedo Costa (1979-1980).

Vinte anos após a criação da Faculdade de Educação, ela reafirmou o princípio que reiteradamente demonstrou ser a motivação das suas ações na vida, com destaque para a educação:

[...] viemos para servir na conotação mais metafísica que a palavra possa ter. E serviço não provém de um interesse prático por algum resultado específico. É imprescindível que, quando nos dispomos a servir nossa ação seja desinteressada. Precisamos sair de esquemas viciados da atividade, só e exclusivamente interessada em resultados práticos e objetivos”. (Discurso proferido nas comemorações dos 20 anos da FAGED).

A posição revelada denuncia uma identificação com a moral kantiana, que em nome do valor do ato moral prega que o agir humano deve ser orientado tão somente pelo cumprimento do

dever, de modo que toda motivação que ultrapasse essa orientação contamina o ato moral e o desqualifica. Além da sua formação filosófica, a identidade de gênero apresenta elementos para interpretarmos esse princípio. Primeiro, porque as mulheres, mesmo aquelas que não foram educadas em colégios religiosos tradicionais, como a educadora Leda Jesuino, aprendem que seu trabalho deve ter como principal motivação o desejo de servir, diferentemente dos homens que vêm sendo responsabilizados pelo provimento da família. Alicerçando essa divisão sexual do trabalho, encontra-se uma base de ordem ontológica, que consiste em afirmar que as mulheres têm uma natureza dócil e pouco competitiva assentada na maternidade e por extensão voltada para serviços filantrópicos e sociais.

Notas

¹ Para maiores esclarecimentos sobre o educador Isaías Alves e sua obra educacional, recomendamos a leitura do livro *Palcos e Platéias* – as representações do gênero na Faculdade de Filosofia, de autoria de Elizete Passos.

² Como o interesse deste estudo não é o de analisar a instituição e sim a participação da educadora nele, nos restringiremos apenas às informações básicas sobre o mesmo.

³ Para maiores informações recomendamos a leitura do livro *Palcos e Platéias* – as representações de gênero na Faculdade de Filosofia, de autoria de Elizete Passos.

⁴ Informe FACED, 3.11.99.

A Educadora e as questões de gênero

[...] dentre os diversos papéis que desempenha a mulher no mundo contemporâneo, o perfil de esposa se delinea em seu script existencial como sendo uma das mais importantes responsabilidades que a vida lhe impõe.

Leda Jesuino,
1996

A influência do casal Backer na formação da educadora Leda Jesuino e em suas ações é um fato recorrente na descrição que ela faz de si mesma e neles, deposita também a responsabilidade pela escolha profissional que fez. Diz que a opção pela filosofia decorreu do impacto que filósofos como Sócrates, Platão e Bérqson provocaram nela, os quais lhes foram apresentados pelo casal de educadores, responsável por grande parte da sua educação formal. Essa informação decerto é verídica, contudo não contém toda a verdade, se a cruzarmos com outra declaração da educadora, que afirma ter tomado o caminho da filosofia e da educação como alternativa diante da impossibilidade de seguir a carreira diplomática.

Ainda hoje essa carreira é uma opção profissional pouco comum, restrita a um pequeno grupo de pessoas bem colocadas intelectual e socialmente, que requer, além de formação geral e específica, condições próprias, como liberdade de locomoção, disponibilidade para encarar situações novas, culturas diferentes e competência para manter relacionamento.

Diante dessas considerações e sem adentrar pela análise da carreira em questão, perguntamos de que maneira a sociedade encararia uma mulher que pretendesse segui-la? O que ela representaria para o modelo feminino socialmente ensinado e reforçado? Talvez essas sejam as questões centrais para entendermos o redirecionamento profissional feito pela educadora.

A questão não será compreendida se não tivermos a pretensão de transcendência, no sentido de ultrapassar o sujeito da educadora e remetê-la ao social concreto e às ideações sobre ele e por ele. Em 1944, quando ela ainda assinava como Leda Ferraro, um artigo de sua autoria, intitulado “As estudantes de hoje”, começa a iluminar a questão. O tema central versava sobre a participação feminina no ensino superior, que naquele momento era recente e limitado aos cursos da recém fundada Faculdade de Filosofia, e as relações que suas estudantes podiam manter com os alunos dos cursos masculinos, como Direito, Medicina e Engenharia.

Iniciando pela constatação de que as estudantes da Faculdade de Filosofia encontravam-se inibidas e “desambientadas” para estabelecerem contatos com os jovens estudantes das outras faculdades, ela revela a situação da sociedade baiana quanto ao perfil feminino. A entrada no ensino superior representava uma situação diferenciada, contudo até mesmo essas mulheres não tinham experiências de convivência e atuação no espaço público, enquanto sujeitos e não como propriedade da família, especialmente do pai e do marido.

Ela demonstra possuir uma posição mais avançada do que a identificada com as colegas, chegando até mesmo a reconhecer que “a mulher não é nem superior, nem inferior ao homem,

mas seu equivalente”. A afirmação é antecipada por considerações práticas e valorativas, centrando a possibilidade de um relacionamento sadio entre rapazes e moças, através da identidade de estudantes. Esta se apresentava como um salvo-conduto que neutralizaria a sexualidade, tão marcadamente considerada perigosa, e, portanto, restritiva. Nessa condição, homens e mulheres passariam a ser estudantes, e estudantes, com interesses iguais, intelectuais (pesquisarem, prepararem-se para testes e provas) e quiçá políticos. Situações socialmente reconhecidas, como podemos inferir de um trecho do referido artigo: “Nos trabalhos entre moças e rapazes a mulher irá suprir a falta daquelas qualidades de que o homem não é dotado. Então a U.E.B. passará a ter uma freqüência feminina mais assídua, será o centro amplo onde se tornará fácil um contacto certamente intensamente e distraído” (Ferraro, 1944).

A forma como essas alunas se viam e se comportavam estava em consonância com o padrão identificatório feminino socialmente aceito e com a identidade de gênero que possuíam. A própria Faculdade foi criada seguindo o modelo do poder e da moral patriarcais, sua lógica interna seguia conceitos universais, racionais e “igualitários”, visando cumprir uma “missão”, teoricamente unificadora que consistia na defesa e engrandecimento da Nação. Objetivo que só poderia ser atingido mediante a educação, desempenhada por pessoas comprometidas e preparadas técnica, e moralmente.

A posição da sociedade baiana quanto à entrada de mulheres no ensino superior era favorável, pelo motivo acima indicado, desde quando não fosse em carreiras consideradas inapropriadas

à “natureza” feminina como as do campo do pensamento lógico, prático ou de sucesso econômico. Os jornais da época confirmam a manutenção dessa longa tradição ao veicularem notícias elogiosas sobre mulheres que conseguiam destaque na área das “letras” ou que se organizavam em torno de questões domésticas, como o aumento do custo de vida, entretanto faziam questão de explicitar sua condição de inferioridade: “[...] se não conseguem os homens melhorar as coisas, ajudem-nos, ou em casos extremos, lhes tomem o lugar as mulheres cujo poderio (ninguém duvida!) é incalculavelmente convincente, sendo evidentemente mais robusto”¹. Nessas situações, a sociedade admitia inclusive sua organização em grêmios ou associações, mas, só em último caso na condição de titular. Afora isso, os jornais a mantinham colunas dedicadas ao sexo feminino cujo conteúdo variava entre “dicas” de beleza e receitas culinárias.²

Como identificamos em estudo anterior (Passos,1999), “tanto a sociedade, quanto a faculdade tinham dúvidas do mérito do estudo e do trabalho femininos. Os alunos não tinham dúvidas que preferiam mulheres dependentes economicamente e menos preparadas intelectualmente, as alunas viam no estudo um misto de liberdade e perda. O estudo poderia ser um valor no mercado matrimonial ou um desvalor? Os homens gostariam de ter esposas inteligentes e produtivas? Pairava a dúvida, e, diante dela, as representações sociais davam o norte, ao desconfiarem da mulher intelectual.

A maioria das alunas concordava que não precisavam ser muito preparadas, nem demonstrar sua competência, com receios de não serem escolhidas para o casamento, assim, mesmo tendo melhor desempenho do que os alunos, não usavam isto como um

símbolo, porque sabiam que a sociedade tinha para com as mulheres inteligentes preconceitos e valorizava aquelas mais preparadas para as funções do lar do que do saber.

O receio dessas alunas tinha por base o mesmo receio da sociedade de alterar a estrutura de poder estabelecida. As mulheres tinham medo de não encontrarem casamento, os homens de casarem com mulheres que não quisessem continuar dependentes e submissas e a sociedade patriarcal, estruturada na família hierárquica, sabia que modificar a estrutura de poder entre homens e mulheres levaria a outras modificações, nas relações de poder vigentes na sociedade. Atitude que confirma o pensamento de Chartier, quando afirma que as lutas de representações têm como finalidade o ordenamento e a hierarquização da estrutura social³.

Diante dessas representações, as mulheres se concentravam nos cursos de Letras e de Pedagogia, áreas consideradas apropriadas à “sua natureza feminina”, que não ameaçariam sua feminilidade, nem sua identidade de gênero. No processo de formação de uma identidade, é sabido que a ocupação é um dos elementos relevantes, pois os papéis desempenhados pelos indivíduos são definidores da sua identidade. Quanto a eles, olhando pelo foco da profissão, há uma verdadeira harmonia entre o que a sociedade estabelecia e o que os discentes da Faculdade de Filosofia adotavam. A distribuição das alunas nos cursos de Letras e Pedagogia e dos alunos nos de Física e Química reproduz o modelo social que não admitia como “normal”, como “natural”, mulheres em carreiras que demandassem a experimentação, a elaboração racional e a construção do conhecimento.

Diante disso, a opção da educadora pela Filosofia, mesmo tendo sido um arranjo diante de outro impedimento, ainda representava uma transgressão, pois enfrentava o preconceito que a mulher não tem competência para pensar, mais ainda para refletir e estruturar idéias.

Como se comportou diante dos sistemas normativos estabelecidos

A identificação feminina tem estado assentada no biológico, o que significa dizer que a mulher vem sendo identificada, especialmente pela sua condição de gerar e parir. A sociedade baiana onde a educadora nasceu, se formou e desenvolveu sua atividade docente, não só é herdeira dessa tradição, como a reproduz com tinturas mais fortes, sendo difícil para uma mulher investir em si mesma e preocupar-se com uma profissão sem pagar um alto preço.

Conforme relato dela mesma, as mulheres que chegavam a um curso superior, na primeira metade do século XX, sentiam-se pouco à vontade, pois tinham dúvidas, e talvez certezas, que com isso se estariam desviando do caminho “natural” de uma mulher. As dúvidas, em alguns momentos, transcendiam ao ser íntimo e chegava ao social, como fez uma aluna da Faculdade de Filosofia, no ano de 1945, através de artigo de sua autoria publicado no Jornal *A Tarde*, do dia 01 de dezembro⁴, intitulado “A Moça Universitária”. Nele, ela demonstra a mesma estranheza que Leda relatou sobre suas companheiras de curso superior, exteriorizando o que as amedrontava: será que os homens gostariam disso? Será que o estudo não as fazia perderem pontos

no mercado matrimonial? As respostas variavam, entretanto guardavam o essencial. Estudar seria importante, se elas não procurassem competir com os homens e, muito menos, colocar a vida familiar em segundo plano. Também era valioso para uma mulher que não tivesse sido escolhida para o casamento, pois assim ela ocuparia o seu tempo ocioso e poderia colocar o saber adquirido a serviço dos outros, principalmente no exercício do magistério, onde teriam a oportunidade de exercer a maternidade espiritual.

Assim como escrevemos (Passos, 1999, p. 144):

[...] a condição feminina ia demarcando competências, inscrevendo tendências, condicionando escolhas. Homens identificavam-se com os cursos da área das ciências, da pesquisa, da abstração, e as mulheres, com os que levassem ao ensino, ao cuidar e a ajudar no crescimento do outro. A tradição cultural, os valores e a estrutura de poder da sociedade encarregavam-se de reforçar o que a “biologia” estabelecia, ao convencê-las de funções que lhes eram reservadas, em benefício da família e da sociedade.

Nas mulheres, a suposta fragilidade biológica era compensada pela tolerância, bondade, docilidade, qualidades indispensáveis para garantir a estruturação familiar que exigia a dedicação ao cuidado dos filhos, da sua educação e a manutenção da rotina familiar. Neste aspecto, o público e o privado se fundiam, desde quando, em ambos (na sociedade e na família), as mulheres deveriam manter-se na penumbra, sem projeção nem possibilidades de transcendência.

A opção da educadora pelo Curso de Filosofia, quando o “normal” seria escolher Pedagogia ou Letras, nos aponta para um enfrentamento das normas estabelecidas e para colocar em xeque

supostas verdades, como a impossibilidade de a mulher elaborar raciocínios abstratos e complexos. Do mesmo modo, os inúmeros cargos que ocupou no espaço público, a princípio tidos como próprio dos homens, aponta para a mesma direção; entretanto a ruptura não se fez por inteiro, nem em um nível inaceitável socialmente. Profissionalmente, acabou firmando-se na área da educação, com destaque social, é verdade, porém numa esfera socialmente aceita para o sexo feminino. Quanto aos cargos, teve nas mãos muitos deles com poder de decisão, porém, nada que não pudesse conciliar com os papéis de esposa e mãe.

Leda casou-se com o médico cirurgião Jesuino Netto, no ano de 1948, a quem define como “um homem fabuloso”, compreensivo e incentivador, e constituíram uma família com cinco filhos: três homens e duas mulheres. As vidas familiar e profissional caminharam paralelas, mas não como linhas paralelas, pois em muitos momentos elas se cruzaram, emaranharam-se superpuseram-se; em todos eles, ela agiu como verdadeira equilibrista, buscando a conciliação, embora tenha consciência, ao menos sob o olhar de hoje, que não saiu disso sem perdas e ganhos. Profissionalmente, ela fala da impossibilidade do “mergulho total”, contrapondo a essa perda o ganho de ter construído uma família equilibrada e sadia.

Os papéis de mãe e esposa não foram preteridos, ao contrário, concorreram com os profissionais, levando-a a fazer escolhas, como aquela que a fez deixar de lado a carreira de assistente social, quando esperava o primeiro filho, Eduardo Antônio Jesuino dos Santos. Sempre se reporta ao seu casamento como positivo, feliz e solidário, entretanto, não nega que em toda relação de casamento a “balança sempre pesa mais para a mulher”. Não parece

questionar a situação, ao contrário, propõe que as mulheres tenham consciência disto e se preparem para cumprir as exigências. Ela explica a situação da mulher:

[...] dentre os diversos papéis que desempenha a mulher no mundo contemporâneo, o perfil de esposa se delinea em seu *script* existencial como sendo uma das mais importantes responsabilidades que a vida lhe impõe. A responsabilidade profissional que pesa nos seus ombros força-a, sobretudo, à obrigatoriedade funcional de uma *performance*, senão excelente, no mínimo satisfatória. Não é fácil vencer os obstáculos que se apresentam para sua realização profissional como salários inferiores, preconceitos machistas, assédio sexual. O maior obstáculo, porém na maioria das vezes intransponível, é a conciliação da vida profissional com a vida familiar, sobretudo com o papel de mãe, que é a extrema responsabilidade que lhe é imputada pela sua própria opção de maternidade consciente. (Jesuino, 1996, p. 10).

Além de considerar o casamento e a maternidade como partes da “natureza” feminina, que concorrem decerto em situação privilegiada com a carreira profissional, destaca especificidades que tornam complexa a situação, uma delas, o desposar um médico. Nessa situação, que é a sua, “o rumo de sua estrada se torna extremamente árdua”, conforme depoimento dado à Associação Baiana de Medicina, no ano de 1996. “Amar um médico é amar a medicina sem disputa de poder e sem competição de qualquer natureza”, complementou. Assim, entende-se a observação que ela fez anteriormente, quanto à necessidade da mulher estar bem preparada para o casamento e do médico saber escolher a companheira.

A mulher do médico teria que conviver com a medicina como sua maior rival: aquela que “reina soberana”, que se apropria do tempo do marido, sem pedir licença nem fazer concessões,

que diminui ou impossibilita o exercício eficiente do papel de pai e, ainda, coloca sobre a mulher uma carga enorme. “Lamento não ter tido muito tempo para o espelho”, registra a educadora, em poucas palavras, o que significa ser mulher de médico, ser mulher, mãe e profissional.

Independente da especificidade posta e vivida por ela, por sua condição de esposa de médico, a situação da mulher, segundo sua interpretação, deveria ser a de estabelecer a harmonia no lar e facilitar o desempenho profissional do marido. A mulher não pode “hesitar em sua dimensão de mulher, mãe, companheira, esposa, amante e amiga”, afirmou ainda para a ABM. A ela compete “investir num projeto de vida, que possa conduzi-la à paixão, à solidariedade humana, à empatia, sopitando o egoísmo, combatendo a egolatria reinante em torno de si mesma”.

Além disso, afirma que a mulher “não poderá ser nem ciumenta, nem curiosa, nem falastrona, nem mundana e, sobretudo, nunca em nenhum momento indiscreta”. Essas recomendações são postas ao lado de outras que repudiam tanto o machismo “repressor”, quanto o feminismo “ridículo e desastroso” e reivindicam o respeito à diferença e à conscientização. Há, portanto, um misto de avanço e conservadorismo nas idéias da educadora; ao mesmo tempo em que concorda com o modelo feminino tradicional, reage contra a posição tradicional masculina. Situação impossível, se considerarmos que a identidade de gênero se faz de forma relacional, de modo que preservar ou modificar um dos termos implica alterações no outro.

A mesma situação ambígua em relação à mulher, própria de quem tem na mente um ideal, mas a realidade concreta apresenta

outro, é possível ser identificada em sua explicação sobre o papel de mãe, um dos principais eixos identificatórios do sexo feminino. A maternidade é traduzida por ela como “missão” e “tarefa grandiosa”, tão importante para uma mulher quanto uma atividade científica ou profissional, entretanto, assim como o de esposa e de dona de casa, é constituída de uma “rotina de pequeninos nadas que representam muito” (Jesuino,1984, p. 33).

É indiscutível sua intenção de valorizar o papel de mãe e de dona de casa, entretanto sua consciência lhe trai, pois as entrelinhas dizem algo que acreditamos ser sua compreensão mais íntima e mais verdadeira: “pequeninos nadas”. Por mais que sejam importantes para a reprodução da espécie, para a sobrevivência das pessoas e para a produção econômica afinal, isso não seria possível sem que houvesse alguém para realizar as tarefas básicas e cotidianas que garantem a vida, sua produção e reprodução, socialmente são classificados como “nadas” e, por isso mesmo, identificados como missão, para quem os realiza.

Apontando problemas de ordem social e econômica, ela fala da situação difícil à que as mulheres têm estado expostas, diante da necessidade de conciliarem essa missão com o trabalho produtivo fora de casa. Nesse aspecto, destaca dificuldades com as quais a mulher trabalhadora se depara como a falta de creches, péssimas condições de trabalho, baixos salários e a sobrecarga de afazeres dentro e fora de casa. Esta é uma questão atual e importante que tem sido objeto de reflexões de inúmeras estudiosas da questão feminina, o que demonstra sua sensibilidade para o assunto e uma visão diferente da tradicionalmente defendida. Todavia, ao tempo em que explicitamente se propõe a discutir

a situação da mulher trabalhadora, centraliza sua atenção nas dificuldades que essa condição impõe ao exercício da maternidade: “[...] como podem desempenhar a sua missão materna se estão lutando para melhorar ainda a sua condição de mulher?”.

Na defesa da mulher sofredora, aquela que precisa trabalhar para manter-se e a sua família, ela transita entre a mulher e a mãe e acaba decidindo-se pela mãe, que sofre para cumprir sua “missão” e, mais ainda, quando é impossibilitada disso, obrigada pelas circunstâncias e pela pobreza a delegar esse papel a outras pessoas ou a instituições. Estas são consideradas por ela como verdadeiras heroínas e merecedoras do reconhecimento e do respeito de todos.

Analisando a situação da mulher de classe média, certamente aquela onde ela se enquadrava, identifica alguns problemas sérios tais como: a necessidade de trabalhar para contribuir com a manutenção da família, a resistência dos homens/maridos e da sociedade que vêem nisso uma situação humilhante e, no caso dos primeiros, atentatória da sua masculinidade e do seu papel de provedor. O sofrimento das mulheres nessa condição é considerado por ela como de “ordem psicológica, silencioso e solitário”. Talvez maior do que aquele de ordem física, que se faz explícito e passível de estabelecer cumplicidades; por isso, ela considera essas mulheres como as mais “equilibradas e heróicas” porque “[...] se propõem a cumprir a sua missão de mãe e lançam-se na difícil seara da atividade profissional acumulando seus deveres” (Jesuino, s/p, texto datilografado).

Com as mulheres burguesas, identificadas por ela como de classe “A”, a diferença das demais é de ordem social e econômica,

entretanto não há mudança em sua situação de subserviência aos determinismos sociais, que as colocam como inferiores aos homens. Na análise da educadora, a vida dessas mulheres desenrola-se ao sabor do destino dos seus maridos, enquanto daquelas em prol da vida dos filhos, da sua sobrevivência física ou moral, enfim, em todas as situações elas são postas como “seres para os outros”⁵. “O que nos remete a Bourdieu⁶, ao afirmar que as mulheres não participam diretamente do jogo do poder, participam dele, quase sempre, através dos homens. A relação entre homens e mulheres, é baseada na “proteção” dos primeiros e na “invisibilidade” delas. Reproduz-se a regra clássica estabelecida socialmente: só os iguais podem ser considerados pares (Passos, 1999).

A falta de autonomia dessas mulheres é tão grande que ela vê suas vidas como “desperdiçadas”, usadas em atividades impostas pelos cargos dos maridos ou pelo poder do dinheiro. Apesar de pertencer a um grupo diferente daqueles das mulheres de classe média ou da camada trabalhadora, tem com estas um ponto em comum, que as faz participar de uma mesma identidade: o papel de mãe. Com as mulheres da classe “A” “[...] sua tarefa de mãe, esposa, amante e figura social fica amenizada pelo número de recursos humanos e materiais [...] o que condiciona a uma excelente *performance* de mãe”.

Mesmo diante da boa “*performance* de mãe” apresentada por essas mulheres, Leda as critica pela vida fútil e pouco produtiva que levam e assevera que elas não são felizes, como escreveu: “[...] o seu drama é para muitos a falta de uma realização pessoal: sentem-se tristes e, [...] já cansadas do vazio que fica das reuniões sociais e do “fulgurante aparecer” que lhes é imposto” (Jesuino, s/p).

A trajetória da mulher analisada por ela demonstra que a sociedade baiana entre 50 e 70, período do seu maior desempenho profissional, continuava reticente quanto ao trabalho produtivo feminino, só concordando em situações de necessidade concreta, como no caso das mulheres da camada trabalhadora. Quanto às demais, seu destino era o casamento e a maternidade. Assim, o caminho seguido pela Professora Leda Jesuino rompia em parte com o que estava socialmente pactuado, pois mesmo sendo esposa de médico e tendo uma situação econômica satisfatória, ela investiu numa profissão.

Decerto essa seria uma atitude repudiada social e familiarmente se não tivesse sido muito bem urdida desde a escolha da profissão, abraçando o Magistério, como dissemos antes, ocupação tradicionalmente tida como feminina por se assemelhar ao trabalho doméstico, e, principalmente, pelo fato de não ter rompido com as funções de mãe e de esposa. Por isso, consideramos sua ruptura como parcial, embora pessoalmente dolorida e difícil. Como ela mesma registrou ao falar da mulher de classe média como a que vive situação mais penosa, diante da necessidade de ter que se dividir entre o trabalho produtivo e a família, sendo cobrada, da mesma forma que se faz com aquela que apenas se ocupa dos afazeres domésticos, dedicação e competência na criação e educação dos filhos.

O assunto é recorrente em suas palestras e artigos, sempre destacando a maternidade como uma “missão árdua e dignificante”: “[...]árdua missão é falar à mulher que no contexto social de sua época tem a suprema felicidade trágica de ser mãe”, explicitou em palestra feita em meados dos anos 80 no Colégio Militar de Salva-

dor. Mesmo procurando mostrar o lado importante e dignificante de ser mãe, ela não consegue esconder que a função é infinitamente penosa para as mulheres. O que consegue explicitar assinala para a ambigüidade do momento, pela falta de valores e de ideologias fortes, criando para a mulher que tem a “obrigação” de educar os filhos, uma situação muito complexa; entretanto, subjacente a isso, ela fala que a sociedade quer endeusar a mulher a fim de melhor contar com a sua dedicação, trama que ela consegue captar e expõe sua reação:

[...] desconfio de todos esses elogios [...] como se fosse deusa ou fada milagrosa e desaprovo, ao meu modo, todas estas exigências que lhe são feitas pela sociedade contemporânea, escudada pelo argumento de que suas possibilidades são as maiores. Não me impressiono [...] de pensar que realmente saiu a mulher ganhando o jogo da luta pela vida”. (Jesuino, 1984, p. 31).

A essa reação poderíamos esperar uma atitude de não aceitação e de resistência, entretanto, mesmo tendo consciência da situação, ela seguiu o desiderato feminino, concretizando a figura da fada e da deusa socialmente ensinadas às mulheres. Sua atitude não a interpretamos como sinal de medo ou omissão, mas como representante da condição humana que se concretiza na cultura. Os seres humanos são datados e localizados, ou seja, não nascem com a bagagem moral e intelectual, mas a adquirem através da cultura. Assim, diante da eficiente função da tradição que carrega de uma geração para outra os valores, as normas, os interditos, ensinando a todos uma forma de ser e de se comportar, não é fácil despir-se dela e colocar-se no mundo como vanguarda de uma nova era. Sua decisão em equilibrar as funções que são

impostas às mulheres, de mãe e esposa, com aquelas profissionais que escolheu, já é mensageira de uma nova situação feminina, ao menos onde a mulher possa ter independência econômica, o que as coloca no processo de conquista da sua maioridade, ou seja, onde elas possam manejar as rédeas do seu destino. Ela sentia e demonstra isso em vários momentos e situações como, por exemplo, ao afirmar que não pretendia ser uma educadora dona da verdade, mas também não era apenas mãe:

[...] sinto-me infinitamente aquém desses pronunciamentos, mas bastante além da condição biológica de ser mãe. [...] é mãe aquela que tem a suprema capacidade de amar, o que significa dar-se e doar-se com aquela absoluta simplicidade e grandiosa firmeza sem a fragilidade idiota que desculpa a falta por fraqueza própria e comodismo puro disfarçado em compreensão psicológica”. (Jesuino, 1984, p. 32).

Mais uma vez ela demonstra a situação ambígua em que vivia, entre seguir os valores estabelecidos socialmente, que colocavam a maternidade como o lastro da identidade feminina, e aquilo que sua intuição e sua consciência crítica lhe apontavam, que remetia ao ser mulher como além do ser mãe. Reage a ser apenas mãe, reivindica ser uma pessoa que pensa e faz projetos, mas, de fato, destaca a mulher/mãe, apesar de tentar dar-lhe um novo significado que não fosse apenas o biológico. Apesar dessa intenção, ela não consegue estruturar um novo conceito da mulher mãe e reafirma o “mito do amor materno”⁷ e as características tradicionalmente conferidas ao sexo feminino da disponibilidade para amar e para doar-se.

Na mesma gangorra que teima em ficar em desequilíbrio, destinando ao papel de mãe maior valor, ela incansavelmente insiste em equilibrá-la e, mais uma vez, relembra que ser mãe é impor-

tante e valioso, pois é a função mais edificante que um ser humano pode desempenhar sobre a terra, mas que também é sacrificante, cansativa, penosa e limitadora. Vejamos em suas palavras:

[...] esse fato lhe dá talvez, isso sim, uma consciência afetiva da sua responsabilidade sem lhe conferir, infelizmente, a consciência lógica profunda e real da sua missão. A sua tarefa é de formar, sobretudo e torná-lo homem antes de médico, advogado [...] homem capaz de enfrentar os problemas do seu tempo, da sua condição social. A mais difícil missão já exigida sobre a terra. [...] se processa através de um imenso e silencioso sacrifício que é o renunciar a cada dia as suas aspirações mais elevadas e mais dignificantes mais autênticas [...] (Jesuino, 1984, p. 33)

Mesmo tendo sido educada em uma época em que a maternidade determinava o ser mulher e se colocava acima de qualquer outro pilar da identificação feminina, ela tem a coragem de iluminar além dos seus aspectos positivos, aqueles depreciáveis, colocados por ela como limitadores da vida da mulher. Os limites que a maternidade determina são de várias ordens: materiais, psicológicas, emocionais. Ser mãe impõe renúncias dos projetos pessoais, sacrifícios de ordem física, cansaço e sublimação. Situação que vem sendo aceita pelas mulheres como natural porque elas aprendem que viver o contrário seria o mesmo que contrariar a sua natureza e a vontade divina. Assim, as mulheres que reivindicassem o direito de não ter filhos ou de viverem mais para o pensamento do que para o sentimento, estariam violentando sua natureza.

Nessa situação, não se fala em liberdade nem em violência, pois não cabe à mulher escolher, considerando-se que a maternidade era uma determinação ontológica. Do mesmo modo,

sua submissão a esse imperativo não poderia ser colocada na esfera da violação do seu desejo, porque de modo geral as mulheres “desejavam” ser mãe, o que faz dessa forma de submissão uma aceitação, um consentimento. Entretanto, como já dissemos, desde muito cedo as crianças do sexo feminino são educadas dentro de um modelo patriarcal, que pressupõe a hierarquização das pessoas a partir do seu sexo.

A família patriarcal tem sido instrumento de elaboração e veiculação das diferenças entre os sexos. Sua rotina, rituais, hábitos de linguagem, de vestuário, comportamentos ensinados e reprimidos vêm dando o tom da diferença e da desigualdade entre homens e mulheres. Nessa moldura é que podemos compreender o valor que a sociedade passou a conceder ao sexo feminino, pelo que ele representava enquanto modelado para servir, aceitar e sublimar. (Passos, 1999, p. 135)

Com isso, criam-se as condições perfeitas para que a violência seja exercida, sem que as pessoas violentadas se apercebam, nem a situação se caracterize como tal. Após terem interiorizado que ser mãe é uma missão nobre, que sem ela a mulher não se realizará, a sociedade ainda lhe concede outros méritos, agora de ordem social: a construção de um mundo mais terno e amoroso. A educadora Leda Jesuino falou da questão, no ano de 1998, ao analisar a postura das mulheres do final do século:

[...] a mulher está abdicando do direito e do prazer de criar seus filhos, ela que é a depositária do amor materno e do valor mais significativo e buscado pelo mundo hodierno: a paz. E a busca da paz tornou-se o único caminho viável a percorrer porque o homem está cansado do negativo e do um prefixo que vem dominan-

do o vocabulário do ser angustiado que conosco coabita. O prefixo des, reinante na desarmonia, no desrespeito, desumanização, decadência. Na desvalorização, na desconfiança, no desamor, no desregramento [...]. (Jesuino, 1988, p. 28).

Ideologicamente, o espaço das mulheres é o da vida privada, da casa, do amor, da dor, do humano e o trabalho feminino foi incluído no mundo capitalista como periférico e complementar. Inquestionavelmente, a maternidade precisava ser exercida como a principal função feminina e o trabalho devia adequar-se a ela. Leda conviveu com essa situação e com a difícil tarefa de se dividir, sem negligenciar nem um nem outro. Como mãe, atesta que não falhou, como disse ao jornal *A Tarde* no ano de 1978: “[...] tenho cinco filhos, sendo casados os três mais velhos: Eduardo, Leda Maria e Mônica. Os dois restantes são adolescentes [...] as duas moças são psicólogas [...] tudo está certinho lá em casa”. Como profissional já vimos, fez uma carreira, ocupou cargos importantes e se tornou uma educadora destacada tudo também está certinho. Entretanto, qual o preço que ela pagou para equilibrar sua “gangorra”? Sem tentar analisá-la do ponto de vista psicológico, mesmo porque não faz parte da nossa formação, os dados e as informações fornecidas por ela dão conta das escolhas que precisou fazer, dos sonhos que sublimou e das situações limites que viveu, como relatou o jornal *A TARDE* (1978):

[...] depois do Curso de Filosofia e já casada veio o Curso de Assistente Social, mas infelizmente pós-graduação só se fazia, então, no exterior e, entre a aventura do mundo lá fora e a família, exerci a opção de conciliar as duas coisas por aqui [...] vieram logo os filhos e houve aquela mistura de fraldas e livros. Lembro-me de

que, ainda bastante jovem, acalentava no braço esquerdo o primeiro filho, Eduardo, enquanto com a mão direita escrevia planos de aula ou corrigia trabalhos dos alunos.

Evidencia-se neste e em outros depoimentos da educadora que ela não rompeu com o sistema normativo socialmente estabelecido por ter tido uma carreira de sucesso. Este foi conquistado com esforço e sacrifícios e poderia ter sido muito maior, caso não tivesse seguido tão à risca o que a sociedade patriarcal tem ensinado e esperado de uma mulher. A eficiência dos aparelhos ideológicos desse modelo é enorme, de modo que pode ser notada em toda a trajetória da educadora, incluindo os momentos em que ela estava sendo destacada, declaradamente, pela sua performance profissional. Em um artigo do Jornal *A Tarde*, intitulado: “Ela é notícia”, ao ser questionada acerca das atividades a que exerceu, apesar de tantas a que se dedicou no campo profissional, destacou aquelas ligadas à maternidade:

[...] Mas nenhuma foi tão simples e tão maravilhosa como a de dar um banho em Paulo André, contar uma estória a Henrique Celso ou responder uma pergunta assim: “o céu anda mamãe”? [...] nada foi tão maravilhoso do que receber um beijo de Leda Maria, tão loira e tão meiga, na noite dos seus 15 anos ou ensinar o Eduardo Antônio a consultar um dicionário, pesquisar para fazer uma composição ou mesmo vê-lo receber uma espada como um dos primeiros alunos do Colégio Militar, não para satisfazer minha vaidade mas para saber que ele é consciente da sua vitória”. Conclui o seu relato declarando que ser mãe foi a tarefa mais importante para ela: “Assim, entre a tarefa de ser mãe e outras coisas menos importantes, tenho passado minha vida procurando servir.

A posição da educadora em favor da maternidade como o eixo principal da identidade feminina, vem sendo mantida ao longo da nossa tradição ocidental. A favor dela, advogam não só os homens como também as mulheres, como faz ver a educadora Leda Jesuino; isso porque a identidade feminina vai sendo elaborada a partir do biológico. Em torno do corpo da mulher, constrói-se um discurso e adere-se significados onde a maternidade é o centro. Contribui com isso a idéia de instinto materno, como parte da “natureza” feminina, que define a mulher como um ser a serviço dos outros.

Esse é um jogo perigoso e ideológico à medida que pressupõe que faz parte do ser feminino uma sensibilidade maior do que a masculina e, em contrapartida, menos capacidade para pensar, menos lucidez para escolher, menos capacidade para se responsabilizar pelos seus atos. Como nossa sociedade valoriza mais a razão do que a emoção e o sentimento, as mulheres acabam sendo postas em situação hierárquica inferior aos homens. Com Leda, tudo nos levaria a crer que a situação fosse ser diferente, considerando-se que ela não resumiu sua vida à maternidade, entretanto, a colocou em primeiro plano, mesmo não tendo negligenciado a carreira. A situação vivida por ela continua sendo repetida pelas mulheres profissionais de hoje, de quem a sociedade continua cobrando responsabilidade sobre o bom andamento da casa, pela educação e cuidado com os filhos e pela estruturação da família. As mulheres que resistem a isso, que negam “seu instinto materno”, são ameaçadas pela natureza, pelos deuses e pelos homens, situação que, atrelada à sua formação patriarcal, continua garantindo a mesma base biológica para a identificação feminina.

Pontos de fuga

A análise que vimos construindo confirma que os seres humanos se fazem no seu processo existencial, na relação entre seus atributos individuais e a cultura. Essa, além de possuir uma dimensão dialética, que a faz dinâmica e inconclusa, também possui um lastro estável que busca se fazer presente em toda a realidade, do que se incube a tradição. Como explica Vaz (1993, p. 19):

[...] a tradição se mostra, assim, ordenadora do tempo segundo um processo de reiteração vivente de normas e valores que constituem a cadência própria da história do *ethos*. Na medida em que se apresenta na forma da tradição em toda a força do sentido original do termo, é a cultura igualmente “forma de vida” (*Lebensform*) e é como tal, essencialmente ética.

Nossa tradição moral ocidental, de inspiração racionalista e imperativa, tem caminhado na contramão da individualidade, pois trabalha em prol da unicidade e não da liberdade e da criatividade, assim, exige que o indivíduo se submeta às normas, ao único, ao ensinado pela tradição e vivido pelos antepassados. O desejo de Leda em romper com essa cadeia, inicialmente, abraçando uma carreira profissional, indo em direção a um fazer rotulado como masculino como a Carreira Diplomática, em seguida a Filosofia, seriam formas de exercício da transgressão, que, descolada dos preconceitos que tem sido aderidos a ela, significa possibilidade de fugir do “destino” imposto ao ser feminino.

Esse movimento é possível aos seres humanos, por sua capacidade de fazer projetos, mesmo se dando no limite e trazendo

conseqüências como a crítica social e o sentimento de culpa. Defendendo essa tese, de que forma Leda aproveitou as fendas deixadas pela cultura? Em que aspectos ela exerceu seu direito humano de transgredir? Diante de que normas ela capitulou? Quais os princípios que ela assumiu de forma livre e consciente?

Ser mulher na sociedade baiana

Nos anos 40, 50 e 60, os meios de comunicação de massa do Estado da Bahia reproduziam argumentos e divulgavam fatos em que a identidade feminina era definida a partir da sua condição biológica. Nesse contexto, a relação da mulher com a educação tornava-se evidente, especialmente a infantil, atividade que deveria exercer como extensão e complementar às domésticas. A compreensão que se passa é que a família precisava da mulher, pois não podia prescindir da sua paciência, ponderação, dos seus “bons” exemplos e ensinamentos.⁸

As mulheres baianas começaram a aproveitar algumas brechas sociais, como a necessidade de ser mais bem formadas a fim de responderem com mais competência aos papéis de mãe e educadora e exigiram mais escolarização para elas, conquistando o direito de cursarem uma faculdade. Leda participou desse movimento reivindicatório ou, mais acertadamente, aproveitou o ponto de escape e ingressou no Curso de Filosofia da Universidade da Bahia.

Transgressões possíveis e realizadas

O corpo discente da Faculdade de Filosofia era majoritariamente feminino e se concentrava nos cursos de Pedagogia e Letras, ficando os poucos alunos nos cursos de Química, Sociologia e Filosofia. A rotina da instituição era constituída, entre outras atividades, por conferências, cerimônias religiosas, atos cívicos e comemorações sociais. Como registramos no livro *Palcos e Platéias* (1990, p. 149): “[...] em todas, a divisão sexual é evidente. O lugar das mulheres é na platéia. Bonitas, bem trajadas e atenciosas lotam as salas, as igrejas e os pátios. Aplaudem, enfeitam, prestam homenagens, enfim, reforçam o narcisismo masculino”. Enquanto competia aos homens o espaço da visibilidade, o palco, proferindo palestras, participando de debates científicos e filosóficos e proferindo discursos.

Essa divisão era coerente com o que a sociedade baiana esperava do ser mulher: elas não deviam colocar-se como iguais aos homens nem como superiores a eles, muito pelo contrário, precisavam ajudá-los em seus projetos, executando tarefas, providenciando as condições necessárias ao desempenho de outras, enfim, ocupando no máximo, o papel de eminências pardas.

Leda portou-se diferentemente. Como vimos, desde que ingressou na Faculdade de Filosofia, articulou-se com o Diretório Acadêmico, em posição distinta da que vinha sendo ocupada pelas alunas, que consistia em secretariar as atividades ou executar tarefas pensadas pelos alunos. Além de demonstrar que não se sentia pouco à vontade naquele ambiente dito masculino, como registrou em artigo de sua autoria sobre a situação vivida por

suas companheiras, do mesmo modo, se colocava em situação igual aos homens ao usar a palavra em público, através da escrita ou da expressão oral, atitude de quem não delega aos outros o poder de dar significados às coisas, mas assumia suas idéias e as defendia publicamente.

Essa é uma atitude diferente do que se esperava do ser feminino naquele momento, quando as mulheres eram tidas muito mais como adornos e seres emotivos do que pensantes, capazes de elaborações abstratas e conceituais. Na Faculdade de Filosofia, era comum verificar que as alunas se comportavam nos eventos científicos de forma displicente, acomodada e pouco preocupada com o conteúdo apresentado ou discutido. Atitude comum e até recomendável, pois o contrário, ser “saliente”, procurar aparecer, consistia no criticável e pouco apropriado a uma mulher bem educada.

Leda não estava inaugurando essa forma de ser na Faculdade, nem a havia gestado lá, sua formação anterior já havia acontecido de maneira diferente daquela historicamente seguida pelas mulheres. O fato de não ter sido educada em escola religiosa, o que era quase um destino das moças de camadas média e alta da sociedade, a fez mais livre, consciente e corajosa. Assim, como ela mesma atesta em texto seu próprio punho encaminhado a nós:

[...] minhas atividades literárias começaram no celebre Ginásio Americano, hoje Colégio 2 de Julho, [...] antes da faculdade, aos 15 anos; terminado o Ginásio fui morar em Recife e lá escrevi para o rádio, crônicas, ganhei prêmios e me preparava para fazer Direito, quando voltei para Salvador e me preparei para a carreira Diplomática [...].

Mais uma vez, a educadora estava aproveitando as condições favoráveis, mesmo que limitadas, que a sociedade brasileira e baiana abriam ao sexo feminino, permitindo-lhe alguns avanços educacionais e políticos. Nesse contexto, ela pretende aproveitar todas as possibilidades como, por exemplo, a de seguir uma carreira nunca imaginada para uma mulher. Errou na avaliação que fez a respeito do limite da abertura social, muito menor do que o que ela desejava, tendo, pois, seu plano abortado por um Decreto do Presidente Getúlio Vargas vetando ao sexo feminino o direito de seguir a carreira.

O estreitamento dessa “porta” não a fez desistir de participar como cidadã de primeira categoria no plano social, não a fez desistir de ter um lugar no espaço público, assim, continuou escrevendo para jornais locais, ao que recebia apoios, de certo, de defensores da causa feminina. Seus artigos davam grande destaque à mulher, apesar de não a apresentarem como feminista, ao retratar e destacar figuras femininas que haviam rompido com a tradição da época, e, entre outras ela prestigia Maria Quitéria de Jesus e Anita Valente.

O ingresso na faculdade, em 1943, foi mais uma oportunidade de continuar participando do espaço do poder. O veio literário aguçou-se, pois, além dos artigos em jornais de circulação na sociedade e sobre temas gerais, passou a escrever para a Revista *Cultura* e para o jornal dos estudantes da Faculdade de Filosofia, no caso, sobre temas acadêmicos.

O produto desse esforço é grande e variado, estendendo-se desde textos literários aos de caráter teórico, filosófico e educacional. As décadas de 40 e 50 são as mais produtivas, pois são

também momentos em que ela ainda não estava envolvida com as funções administrativas, que ocuparam a maior parte do seu tempo no período subsequente. São dessa época os artigos: “Abrem-se as portas da Faculdade de Filosofia da Bahia”, 1943; “A criança e a guerra”, (1943) “A importância das palavras”, (1943); De 1944, elencam-se: “A Faculdade de Filosofia da Bahia”, “Em busca do saber” e “Dia da Primavera”. “Pestalozzi”, saiu em 1947. Em 1952, publicou um artigo sobre a mulher intitulado “O feminismo e o problema da educação da mulher”, ao lado de mais dois: “Desde pequenino” e “Ideais de antanho”. Em 1953, foi a vez de “Carlos Chiacchio, o mestre”. Fez uma pausa voltando a publicar no ano de 1959: “Mensagens às domadoras” e “O escotismo e a educação”. Na década de 60, foram publicados dois artigos, referentes a experiências pedagógicas desenvolvidas por ela: “Os Colégios de Aplicação”, de 1965, e “Classes Experimentais”, de 1968. No ano de 1978, publicou “Educação: força renovadora ou libertadora”. A década de 90 é marcada por textos mais reflexivos, volta também a preocupação com a situação da mulher. Desse período, destacam-se: “Um convite à reflexão”, “A perspectiva axiológica da educação”, “As mulheres e os livros” e “A mulher do médico: uma significativa responsabilidade”.

O destaque à produção científica e literária da educadora serve para justificar que ela se colocou na sociedade numa posição diferente daquela vivida e esperada das mulheres, em muitos aspectos, assim como serve para identificarmos a linha de reflexão a que ela se foi dirigindo no decorrer da sua vida profissional.

Adequação aos princípios estabelecidos

Conforme vimos em momentos anteriores, a mulher vem sendo definida pelo seu corpo, pelos aspectos externos a ele, sobre os quais a sociedade vai acoplando conceitos e significados. Fazem parte desses discursos sobre o corpo feminino a maternidade e a beleza.

A posição de Leda em relação á maternidade, como vimos, é ambígua. Ao mesmo tempo em que a define como cansativa e penosa, exorta as mulheres a aceitá-la. Como escreveu em artigo do ano de 1984:

[...] angustiada e fatigada com a imensa responsabilidade nos ombros, está a mulher pagando o tributo devido às lutas que travou para ser tratada como ser humano digno de um lugar ao sol. Porém não é possível recuar. Terá de cumprir a sua missão e seu destino de sofrimento que sempre lhe foi imposto de um modo ou de outro [...].

Além disso, e mesmo tendo consciência de que o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, em muitos, dava-se por necessidade concreta de garantir a sua manutenção e da família, seu argumento passa uma forma de crítica velada às lutas femininas em prol de direitos iguais, até porque ela, assim como a sociedade acreditavam, e, em sua grande maioria, continua acreditando, que isso causaria sérios problemas à família. Como registrou no artigo acima referido: “ A saída do seu lar, imposta pela necessidade econômica de trabalhar ou pelas necessidades psíquicas de compensação, está provocando a derrocada da família uma vez que a educação dos filhos está sofrendo verdadeira crise”. Segundo seu ponto de vista, não só a família per-

dera com isso, como também, as mulheres, pois estariam renunciando “a mundo afetivo rico de emoções maravilhosas”.

Seu entendimento, sem dúvida, tem fundamento, pois é sabido que o espaço público vem sendo considerado impróprio às expressões da emoção e dos sentimentos, instância constitutivas e fundamentais do ser humano. Entretanto também é sabido que o espaço privado tido como apropriado a essas expressões, é também aquele pouco iluminado, que não se mostra, reservando a quem se aprisiona nele a invisibilidade e a não transcendência. A educadora sabia disso, pois em vários momentos de sua vida expressou o quanto essa experiência aprisionava e matava os sonhos das mulheres. O que a faz concordar com ela? Por que são as mulheres quem devem ser responsabilizadas pela educação dos filhos? Por que elas serão consideradas culpadas por terem projetos pessoais? Essa não foi uma situação em que a cultura e a tradição venceram o indivíduo e calaram seus sonhos?

Quanto ao segundo maior papel socialmente destinado ao sexo feminino, o de esposa, a posição da educadora também é coerente com nossa tradição patriarcal, que vem colocando a mulher numa instância acima da cultural e humana. Nela, a mulher é apresentada como boa, altruísta, dedicada, solidária, humilde, caridosa, enfim, capaz de sofrer sem reclamar e de abrir mão de si, em benefício dos outros, especialmente dos filhos e do marido. Entre uma posição que aparenta ser de crítica, mas também poderá ser interpretada como de aceitação, ela diz que a mulher terá que ser na família aquilo que todos esperam dela: “[...] esposa compreensiva, mãe cuidadosa, companheira agradável,

dona de casa eficiente e organizada [...] sem perder os atrativos de uma amante para não perder o esposo que precisa encontrar nela amante e esposa [...] (Jesuino, 1984 p. 33).

É isso que vem sendo cobrado das mulheres ao longo dos tempos: ser acima do normal, além do concreto real. A cobrança desumana e impossível de ser cumprida, dentro das condições apreciáveis do mundo dos sentidos, acaba sendo desviada para um mundo fictício transcendente, como sendo um grande tributo conferido ao sexo feminino. Acreditando nisso e na sua insubstituível “missão” em prol da família e da sociedade, a mulher não se esquivava, ao contrário, enfrenta as dificuldades, como registrou a educadora: “[...] solicitada, pois, a mulher não recua: ao contrário, lança-se na gigantesca luta de uma assistência social desorganizada tateando para acertar pelo método confuso das experiências e erros”.

Esse papel, assim como o da maternidade é apresentado como fazendo parte de uma natureza feminina, de modo que não exigem formação específica para serem desempenhados, até porque a própria natureza já proveria as mulheres das principais condições para o seu desempenho, entre elas a disponibilidade, a coragem para tentar e a perspicácia para entender e enxergar os detalhes. Qualidades que não lhe dariam o direito de fazer frente aos homens, mesmo quando eles desempenhassem funções que dependessem delas, como a administração das instituições sociais.

Nossa cultura, em geral, e a sociedade baiana, em específico, também destacavam e continuam destacando a beleza como um atributo de grande valor para o sexo feminino. Sob o crivo da discrição e do requinte, exigiam e exigem que as mulheres

sejam bem cuidadas, vistam-se com bom gosto e evitem os excessos e a vulgaridade. Nos anos 40, 50, 60 e 70, principalmente, uma jovem bem cuidada que soubesse se vestir e se portar socialmente era um rico patrimônio familiar, a elas estavam destinados casamentos bem sucedidos econômica, e socialmente. A vulgaridade ficava no plano do oposto, do excesso, da futilidade, da leviandade.

Leda aparentemente não se preocupou em satisfazer o modelo de beleza socialmente exigido do ser mulher, envolvida que estava com as questões intelectuais e com uma sociedade mais justa e habitada por pessoas mais conscientes. Entretanto, em frase proferida hoje, mas referente ao seu passado, lamenta não ter dito tempo para o espelho. O que tal expressão significa? Será que ela não se curvou frente aos condicionamentos a que estava sujeita?

Outros indicadores podem ajudar na análise da situação. Em recortes de jornais selecionados por ela e organizados no formato de um grande álbum, encontra-se além de matérias sobre política e economia, grande número de artigos e lembretes sobre moda, tratamentos de pele e receitas de beleza. O que esses documentos sugerem senão que ela não passou incólume aos condicionamentos sociais sobre o perfil feminino?

Além da beleza, a mulher vem sendo identificada como o ser que é mais afetivo e amoroso, com mais disponibilidade para servir. Aprendem que essas qualidades fazem parte da sua “natureza”, não permitindo serem contrariadas sob pena de sofrerem represálias sociais e conflitos psicológicos. Não pretendemos aqui advogar contra tais teorias, e muito menos, nos inserir nos meandros da “ciência da alma humana”, mas discutir o quanto de

ideológico comporta a teoria da naturalização da forma de ser das pessoas, considerando nossa orientação filosófica que se centra na dialética e na cultura. Diante do quê nos perguntamos se a amorosidade não seria uma característica dos seres humanos, independente de sexo. Por que são as mulheres que devem ser amorosas, pacientes e disponíveis para os outros?

Em nossa análise, a educadora, também nesse aspecto, absorveu as determinações sociais. Sua relação com a maternidade, a forma como trata o amor e como se relaciona com os sentimentos reproduzem o modelo feminino socialmente aceito. Entre os recortes por ela selecionados, alguns são esclarecedores, entretanto, mais do que o seu conteúdo, são importantes as anotações que ela fez abaixo, acima ou ao lado de cada um deles. Por exemplo, abaixo de uma imagem sobre cenas de ciúmes que se passaram em filmes, ela registrou:

“Sempre o ciúme retratando fisionomias, matando esperanças, esmigalhando vidas felizes. Como admitir o ciúme? Ele serve apenas para encobrir crimes de pessoas fracas e vingativas. Como pode haver amor com ciúmes”?

Em outro recorte com imagem de uma cidade em miniatura, com crianças vestidas de adultos e em situações de adultos, ela fez a seguinte observação, por escrito:

“Pequeninas criaturas que acham o mundo ainda maior que nós...mas vivem felizes. São pequeninos mas reparem que corpinho tem a senhorita...e com que amor o senhor a olha. É assim a vida ...porque gira em torno da criatura amada”.

A conclusão acerca do poder dos condicionamentos sociais sobre o desejo individual é oferecida por ela mesma, quando, demonstrando o descrédito de o ser humano conseguir livrar-se dele, afirma que o destino do ser mulher está selado. Que às mulheres compete cuidar bem dos filhos, dirigir com competência a casa, ser esposa e companheira intocável e incondicionalmente. Além dessas funções, que são inquestionáveis, a mulher moderna ainda precisa ser uma profissional competente, séria, sem negligenciar com os cuidados com sua aparência, a fim de não fugir ao padrão de beleza socialmente exigido.

Escolhas conscientes

Tradicionalmente, as mulheres vêm sendo consideradas companheiras e auxiliares dos homens e o seu valor sendo conferido a partir da sua vinculação com eles, seja na condição de pai, marido, irmão ou filho. O valor deles seria, por extensão, o delas, assim, na Bahia dos anos em questão, o importante não era uma mulher ter um curso superior ou uma carreira consolidada e sim estar preparada para casar-se com um engenheiro, um médico ou um advogado bem sucedido. As mulheres que chegavam à faculdade nesse período, quase sempre, procuravam estar à altura do cargo e da posição do marido que iriam ter. Ser esposa de um médico, advogado ou engenheiro exigia saber comportar-se, saber vestir-se, saber falar, quando fosse oportuno. O treino se dava ao longo da vida, também durante os anos de faculdade, ao facilitarem o desempenho dos homens e eles a se manterem como eminências pardas.

Mesmo tendo se casado com um médico de sucesso e, assim, mantido a tradição, Leda conscientemente resiste ao *status* conferido às mulheres, de seres alienados, sem capacidade para construir sua vida e contribuir com a sociedade. Sua trajetória de vida e a rotina do seu cotidiano dão muitas pistas e permitem algumas inferências. Por exemplo, entre os recortes de jornais e revistas que fazem parte do seu arquivo pessoal, anteriormente referido, consta uma carta onde o autor fala da mulher como fútil, preocupada com o corpo e vazia de conteúdo. Entre outras coisas diz que: “[...] as horas mais ocupadas de uma mulher são as da ociosidade”; ao que a educadora reage com uma única e conclusiva frase, escrita como por “vingança” ao lado da figura de um mulher sorridente, decerto o seu modelo: “E ela sorri a pensar como é tola esta carta”.

O assunto é recorrente nos escritos da educadora e nos depoimentos que deu a jornais ou pessoalmente em palestras e discursos. Em todos esses momentos, ela registra o valor da mulher e sua competência em todas as áreas. Essa posição vai sendo amadurecida com o passar do tempo e com sua maturidade, para alcançar a década de 70, com mais exatidão. Nesse momento, ela aponta para a injustiça social em relação ao sexo feminino traduzida não só pelos preconceitos como também pelas cobranças que a sociedade lhe faz. Como afirmou ao *Journal A Tarde* em entrevista de 9 de abril do ano de 1978:

[...] a sociedade está cobrando um alto tributo da mulher, uma *performance* excepcional como profissional, mãe, esposa, amiga, companheira, membro atuante de sua comunidade, aparência saudável, essas coisas. Tarefa gigantesca esta. Não creio muito nela, admire-se. Pessoalmente, sinto-me uma bailarina do circo, equilibrando-se

na corda bamba com a sombrinha na mão. Fiz o que pude nas áreas conjugal, profissional, familiar, social, sacrifiquei o mergulho total em uma área para atender às outras. Deixei, por exemplo, de estudar no exterior para manter-me ao lado da família e das obrigações locais. Não tenho arrependimento, claro, mas a conciliação exige a multiplicação da pessoa, e isto não é fácil.

O desabafo da educadora denuncia seu inconformismo não apenas com sua situação concreta, mas com uma tradição que não tem sido justa com o sexo feminino. Nela Leda tira o véu de muitas questões sacralizadas tais como a obrigação conferida à mulher de arcar sozinha com a responsabilidade da criação dos filhos e a manutenção da rotina familiar; também coloca em dúvida, mesmo sem o ter feito propositamente, o princípio que diz ser a maternidade o principal eixo da realização feminina; ainda fala do sacrifício que a vida familiar significa para as mulheres, enfim, que a situação não é eticamente correta e merece reparação.

A defesa da mulher contra as injustiças sociais que a tem feito viver o conflito de dar conta de tantas tarefas penosas, entre as profissionais e domésticas, volta a ser reforçada por Leda, no artigo “Missão materna no mundo em mudança”. Nele, em tom de ironia, mas falando seriamente, ela diz que Coelho Neto tinha razão quando definiu a mãe como um ser que se desdobra fibra por fibra. Centrando-se no coração materno e criticando a sociedade contemporânea naquilo que ela exige do ser mulher, diz que o coração da mãe está sujeito a todo tipo de cardiopatias, desde as anginas aos enfartes, em virtude do stresse a que ela está sujeita. É verdade que essa crítica se choca com sua posição sobre o valor da maternidade na vida de uma mulher,

fartamente trabalhada por nós em momento anterior, entretanto entendemos que aquela era a voz da cultura atuando sobre ela e esta a voz da mulher sofrida, cansada e pouco valorizada, clamando por justiça.

Também se coloca na defesa da mulher ao denunciar como seus sonhos vão sendo usurpados por uma cultura que, mesmo quando permite que ela faça um curso superior, em situação de escolha exige que ela opte pela vida privada, pela vida familiar e abandone a carreira profissional. Sua defesa se dá de forma um tanto quanto confusa, pois faz ver que este é um preço que as mulheres pagam por terem lutado contra a desigualdade, na competição com os homens penetrando numa seara que é particularmente dele. Entretanto sua identificação, em muitos momentos, com a tradição cultural acerca dos papéis de gênero não invalida nem ofusca o seu real propósito. Diante dele, lamenta o quanto a sociedade perde com a renúncia de uma mulher a uma profissão como a de enfermeira, ao se transformar “simplesmente em esposas de médicos”. Arremata sua análise da situação desumana em que as mulheres se encontram com uma frase bastante enigmática: “[...] à mulher coube a pior parte. Perdeu no jogo, ludibriada, pensando ter conquistado o mundo” (Jesuino, 1984, p. 34).

Notas

¹ “As donas de casa”, in *A Tarde*, 09 de abril de 1955.

² *A Tarde*, 02 de abril de 1995. *A Tarde*, 23 de abril de 1955.

³ Roger, Chartier O mundo como representação, in. **Revista dos Annales**, nov/dez, 1989, nº 6.

⁴ Machado, Lavínia. “A moça universitária”. **Jornal A Tarde**, 00/12/45.

⁵ O termo é usado pela filósofa Marilena Chauí, 1985.

⁶ Bourdieu, op. Cit.

⁷ O assunto é discutido por Elisabeth Badinter, no livro *O mito do amor materno*.

⁸ Como registrou o **Jornal Estado da Bahia**, no dia 05 de outubro do ano de 1948:” Cabe ao elemento feminino a função mais difícil, mais importante, no lar e na sociedade. (...) No lar ela é o traço de união entre os filhos e da sua parte, dos seus ensinamentos bons e acertados é que vêm homens de bem (...) realmente é a mulher o elemento indispensável para a educação, inculcando boas maneiras, norteando o lar, influenciando a sociedade”.

Uma mulher em destaque

*[...] bendito é o
ventre da natureza
que, diante do
murchar de uma
flor, gera outra flor.*

Leda Jesuino

Investigando-se a genealogia dos nossos valores morais, encontraremos a religião como um dos seus troncos principais, ao lado da sabedoria popular; motivo, entre outros, que justifica a direção religiosa que historicamente a educação feminina tem tomado.¹

Na Bahia, os colégios destinados ao sexo feminino, até mais da metade do século passado, seguiam forte orientação religiosa, mantinham tanto no currículo explícito quanto no oculto atividades com esse cunho, incluindo aulas de Religião, orações no início das atividades do dia e no seu encerramento; obrigatoriedade explícita ou implícita à frequência semanal a missas; participação em atividades caritativas; culto à Virgem Maria, enfim, o ritual escolar denunciava que a educação era um meio para a realização do “Apostolado da Oração”².

Esse processo, ao lado do exemplo cotidianamente dado pelas educadoras religiosas, oficialmente vinculadas a uma Ordem ou não, consistia em um forte apelo a que as alunas desenvolvessem

hábitos morais em que as virtudes eram identificadas com a caridade, vontade de servir, desprendimento dos bens de caráter material, como o luxo e os prazeres físicos.

A educadora Leda Jesuino nos afirma que não participou desse processo, pois foi educada em um colégio protestante, onde a religião não era imposta e sim compreendida e escolhida; entretanto guardou, no fundo do seu ser, as mensagens de amor ao próximo e a Deus, assim como da religião como constituída por princípios de razão e não por postulados dogmáticos de fé. Esse modelo foi identificado por ela no Espiritismo, caminho que segue na atualidade, ao qual ela considera como um conjunto coerente e organizado de entendimentos sobre a realidade que tanto propicia ao homem uma compreensão da sua existência quanto oferece um direcionamento a ser seguido – contra o hedonismo materialista e a alienação religiosa. Sendo assim, sem estar preso a um rigor conceitual, o Espiritismo é entendido como um campo de estudos abrangentes sobre o homem amparado pela filosofia e pela ciência.

Acreditamos que sua identificação com o Espiritismo decorre desse caráter da doutrina, ao mesmo tempo livre e compromissada com a ciência e a filosofia, coerentes com sua formação filosófica e sua forma de interpretar o mundo. Como registrou em discurso proferido em maio de 1997, recepcionando o Espírita mais famoso da Bahia, Divaldo Franco, agraciado com o título de Educador do Ano pela Academia Baiana de Educação:

[...] adotando a concepção filosófica de Kardec e seus seguidores, o seu pensamento segue a linha aberta e sua estrutura é dinâmica, sem ossatura dogmática, como bem diz Herculano Pires: ela é

constituída de princípios de razão e não de postulados de fé e, por isso mesmo, flexíveis. Abraça uma filosofia espírita da Existência. Nem o existencialismo de Kierkegard, de Heidegger, nem de Sartre ou Jaspers, nem mesmo o de Gabriel Marcel de La Senne, mas coloca-se contra o hedonismo materialista ou existencialista e o absenteísmo religioso ou místico, postulando a obediência às leis naturais, o respeito à existência e seus fins [...]. (Jesuino, 2000, p. 21).

Além das características e das bases filosóficas da Doutrina, no mesmo texto e em outros sobre o assunto, ela demonstra sua crença religiosa baseada na evolução dos seres através das “existências sucessivas”. Crê, Leda, ser a essência a realidade última que só atingiremos através da existência que segue uma lei evolutiva de existências sucessivas. Através do Evolucionismo, o ser humano poderá compreender com mais amplitude e verdade o Ser Sobrenatural, Deus, com o que estará colocando a Lei da Evolução acima do pensamento, da razão.

Esse embate entre razão e fé, tão comum na Filosofia Moral Medieval, e tão rechaçada pela tradição racionalista da Filosofia Ocidental, foi enfrentada pela Educadora no presente, porém, ainda exigindo explicações que ela procura dar, apoiando-se em teóricos como Pestalozzi e, principalmente, na autoridade de E. Kant. A argumentação usada para defender a união da razão com a fé, concretizada em fatos como a coerência de um “místico” numa academia de educação formal resvala para o conceito de educação como moralidade, como o caminho eficaz para a realização do ser humano como ser moral. Em suas palavras: “[...] desenvolve, pois, Divaldo como Kant uma moral autônoma, mostrando enfaticamente os efeitos anti-éticos de uma moral

heterônoma” (2000. p.22). Apesar de usar a autoridade de um defensor da razão, ela também busca o amparo de Luiz Borges, no caso, para dizer que ela apenas não basta, que a prática exclusiva da razão é limitadora e não dá conta das dimensões do ser.

Em finais da década de 90, Leda escreveu o opúsculo *A admirável mansão do meu caminho*, numa alusão à obra encabeçada pelo Médium Divaldo Franco: *A Mansão do Caminho*, traduzida por ela como: “[...] uma instituição que, dignificando a Bahia, segue seu curso, atualizando sus métodos de trabalho, no silencioso fazer de um servir consciente, contextualizado, inserido nas novas conquistas e nos acertos de um Serviço Social atualizado, sem paternalismo” (Jesuino, 1993,p.3). Além de destacar seu formato institucional, ela apresenta o real valor da instituição, afirmando que aquele tem sido o “Caminho” para quem procura explicações, para quem tem dúvidas e anseios inexplicáveis através da dimensão material da vida. Afirma que foi conduzida a esse “caminho” na década de 70 e descobriu que ele era o seu caminho.

A instituição de mais de quarenta anos e dedicada ao cuidado de crianças órfãs, não como um orfanato comum, mas, na visão da Educadora, como um lar, assentado no carinho e no cuidado, ambiente apropriado ao crescimento sadio de uma criança é, para Leda, a oportunidade para o ser humano que nele se vincula, na qualidade de trabalhador voluntário, um caminho para o seu crescimento espiritual, rompendo com a ilusão das fórmulas prontas para a resolução dos problemas que a vida apresenta a cada um. Analisa que o ser humano hodierno vive a ilusão que os recursos materiais sejam capazes de dar respostas prontas para tudo, o que não passa de ilusão, pois:

[...] a busca contínua e persistente traduz a única e possível fórmula para compreender que o caminho não está diante de cada um de nós [...] ao caminhar, o homem foi abrindo sua vereda e construindo, então, o seu caminho, traçando no seu agora o seu amanhã, porque o presente em si nada mais é do que o passado e o futuro entrelaçados num todo complexo difícil de destrinchar, pela lei científica da causa e do efeito. (Ibid. p. 6).

A Mansão é, para ela, o caminho do seu crescimento espiritual pavimentado pela Doutrina Espírita e concretizado através dos seus métodos, tendo a educação como um dos eixos. Aí encontra-se mais um ponto de identidade entre ela e o caminho religioso que escolheu. A prática educativa desempenhada pela Mansão é vista por Leda como do mais alto valor, não só pela filosofia que segue, mas, principalmente, pela competência de quem a conduz, o médium Divaldo Franco.

Quanto à orientação seguida, a Educadora identifica os princípios básicos defendidos por ela ao longo da carreira, assentados no que mais tarde ela veio a chamar de educação holística, que, partindo de uma visão de ser humano multifacetado (razão, emoção, sentimento), ela, agora, na atualidade, vê incluída a dimensão que no passado não teve a coragem de incluir explicitamente, a espiritualidade. Esta sempre esteve presente em sua mente, talvez intuitivamente, mas, por falta de base teórica ou de maturidade para propor a vinculação entre razão e espírito, foi deixada na sombra. Na experiência da Mansão do Caminho ela pode ver essa dimensão ser incluída de forma natural e legitimada pela autoridade de uma figura renomada e pela sua maturidade. A síntese básica de tudo consiste em afirmar que é “[...] impossível desmembrar

a criatura do criador”, compreensão que ela deixa aparecer em seus escritos da atualidade, como faz nos livros *Pela voz do vento*, de 1996, e *A solidão de uma estrela*, de 1998. O primeiro constitui-se de contos e é uma continuidade de estudos realizados por professores da UFBA sobre a influência dos valores orientais no mundo ocidental. O segundo, definido pela autora como “poemas para rezar, sonhar e amar”, cumpre o seu propósito com mensagens espirituais como exemplifica o poema intitulado “Em solidão...” (p. 43) onde, dentre outras profissões de fé, solicita a Deus que sua solidão se transforme em condição para a reflexão e que sua bondade seja ofertada ao inimigo.

O desabrochar de uma vocação literária

Conforme registros feitos em muitas passagens anteriores, Leda tomou para si o papel de quem dá nomes às coisas, de quem faz uso da palavra para expressar seu pensamento e defender suas idéias. Muito cedo, já os explicitava publicamente, inclusive escrevendo para jornais como *O Imparcial*. Na Faculdade de Filosofia, na condição de acadêmica do Curso, o talento se aprimorou, apresentando-se como problema definir a linha a ser seguida, se ficcionista ou científica. Alguns professores como, por exemplo, Carlos Chiacchio, de quem ela guarda saudosa lembrança, envolta em gratidão, queria-a sua companheira, escritora literária, poetiza, contista; outros desejavam vê-la escrevendo tratados científicos ou filosóficos.

Com a morte do professor, poeta e crítico literário, seu caminho ganhou outros contornos, talvez diferentes daqueles que seu

coração escolhera: “[...] eu praticamente abandonei a literatura e me dediquei à filosofia mesmo”, afirmou a educadora em entrevista concedida no ano de 1998. Sua dedicação à filosofia, deu-se na condição, principalmente de professora da matéria, em colégios particulares da Cidade de Salvador, bem conceituados.

Além de se ocupar com o ensino e, mais tarde, com a administração pública, permaneceu escrevendo com regularidade, mas muito menos do que seu talento e vontade tinham de possibilidades. Também o estilo ficou mais definido, sendo a ficção superada pela realidade, especialmente a educacional. Escreveu relatórios de pesquisa, registros de experiências educacionais, como o livro *Classes Piloto do Colégio Central da Bahia*, e outras experiências inovadoras na área educacional, já registradas em capítulos anteriores.

Seu veio literário, apesar de desviado, continuou vivo e foi retomado com mais fôlego a partir do final da década de 80, decerto quando começaram a diminuir suas atividades profissionais e as demandas familiares. A celebração do novo momento deu-se com o premiado conto *O segredo do bem-te-vi*, no II Concurso Literário Sudameris, sob os auspícios da Academia Botucatuense de Letras, no ano de 1986. Outros trabalhos literários se foram sucedendo, tais como *A senhora dona de casa, a televisão e Os vaga-lumes do meu escuro*”, crônicas premiadas no concurso Rubem Braga, promovido pelo Centro de Estudos Pensamento e Ação, no ano de 1991, assim como, mais recentemente, as crônicas: *O sonho de uma estrela*, publicado no Jornal *A Tarde* no dia 1º de maio de 1999, seguido de outros como *No chão olhando as estrelas*, divulgado no mesmo jornal, no dia 18 de fevereiro do mesmo ano.

Além dos artigos, também aparecem pequenos livros, como os anteriormente citados: *Pela voz do vento*, de 1989; *A admirável Mansão do meu caminho*, de 1998; *A solidão de uma estrela*, do mesmo ano; *Divaldo Franco – o educador do ano*, entre outros.

Em sua produção literária da atualidade, evidencia-se que suas convicções morais da juventude estão nítidas e enraizadas. Por exemplo, no conto premiado pela Academia de Botucatu, do Estado de São Paulo, ela fala do drama vivido por uma menina diante de um bem-te-vi “abelhudo”, ou seja, que a vigiava diuturnamente, e do desejo desta de ficar livre de companhia tão pouco confortável. O desejo é reprimido e as atitudes tomadas a fim de realizá-lo motivaram-lhe dramas psicológicos porque não poderia admitir que alguém pudesse tirar a vida de um ser vivo. Sua conclusão e o desfecho do conto falam do respeito ao outro e da necessidade de se aprender a viver com o diferente, como demonstra nesta frase repleta de significados: “[...] jamais houve a morte e nunca ela teria lugar no seu coração”.

Além do que se pode inferir a partir do critério da racionalidade, pode-se retirar da expressão outras conseqüências que a própria educadora sugere nas entrelinhas: “[...] a vítima aninhara-se no seu próprio eu e era, agora, parte do seu íntimo ser, corre no seu sangue, percorre o grande e pequeno circuito, invade-lhe a alma sofrida, sonda-lhe a mente, perscrutar-lhe o espírito e vê, espia, sabe; sabe absolutamente tudo, mesmo o que ninguém pode saber. Sempre espiando [...]”. O bem-te-vi agora pode ser interpretado como a consciência de cada um que observa tudo, critica e condena; ensinamento tão comum na educação moral dada pelas escolas de inspiração religiosa, mesmo não sendo

de base católica. Companhia que a pessoa não pode dispensar pelo seu querer, nem convidá-la apenas quando for oportuno, ao contrário, ela se impõe e acusa sua presença continuamente. Diante disso, não resta outra alternativa senão passar a escolher atitudes éticas e, assim, conviver pacificamente com o bem-tervi, com a consciência.

Convicções sobre a condição feminina

Em um folheto datado do ano de 1996, comemorativo do “Dia das Mães”, encontra-se um artigo de autoria da educadora, intitulado “A insolúvel problemática da mulher no mundo contemporâneo”, assunto que a vem perseguindo desde os primeiros anos de estudante do Curso de Filosofia. Como destacamos no capítulo anterior, o cerne do problema se encontra na necessidade de conciliação das funções inerentes ao espaço privado do lar, destacando-se o exercício da maternidade e a vida profissional a que uma mulher precisa viver quer por necessidade concreta de sobrevivência, quer como possibilidade de realização de sonhos e projetos.

Sua discussão, embora em nenhum momento questione a importância da maternidade, nem a obrigatoriedade de a mulher responsabilizar-se pelas atividades do espaço privado, critica a sobrecarga que vem sendo colocada sobre o sexo feminino. Como dissemos, o assunto sempre foi motivo de suas preocupações e com ele se ocupou sucessivas vezes e em momentos diferentes de sua vida. No presente, assentada na sabedoria e liberdade que a maturidade concede a quem a sabe viver, ela volta a revisitá-lo,

porém com mais clareza e sem críticas veladas. Afirma ela, após ter feito considerações sobre a situação mundial, quando a mulher ultrapassou o espaço privado em direção ao público, sem ter saído do primeiro:

[...] desempenhando vários papéis, de esposa, dona de casa, mãe, irmã, filha, amante profissional, sente-se multifacetada, sempre atolada em montanhas de tarefas diversificadas, abatida por crises sucessivas de estresse.

Sua crítica faz eco com a de inúmeras mulheres comuns e outras tantas estudiosas do assunto na atualidade, cujas pesquisas apontam para o ônus que as mulheres vêm tendo que pagar, em parte, pelas lutas que travaram em prol do seu direito de ser uma cidadã reconhecida no mundo do trabalho produtivo. O problema não se resume ao fato de terem conquistado esse espaço, mas, especialmente, porque não houve mudanças suficientes na estrutura familiar de inspiração patriarcal que, ao manter suas bases, continua responsabilizando apenas o sexo feminino pelo trabalho reprodutivo e pelas tarefas domésticas. A situação das mulheres de camadas média e alta da sociedade é mais confortável, pois contam com os serviços de outras mulheres (babás, cozinheiras, lavadeiras, faxineiras) que realizam o serviço que elas não querem ou não podem desempenhar. Quanto às da camada trabalhadora, sua rotina comporta duplas e triplas jornadas de trabalho. As conseqüências vêm na forma de afetações da saúde física e mental, delas o estresse coloca-se em posição privilegiada.

Leda fazia parte dessa categoria digamos privilegiada, pois tinha o apoio de outras mulheres na realização das atividades reprodutivas, entretanto, mesmo liberando-se de muitas dessas funções, mantinha-se na pior das prisões, aquela imposta pela razão, embrenhada na razão coletiva e na força da velha tradição que faz do ser livre um escravo. Censurava a vida moderna que tirava as mulheres do convívio do lar por muito tempo, com o que estava também se censurando, e via, no cuidado dispensado por uma babá a uma criança, perigoso e de qualidade duvidosa, pois, interesseiro, inconstante e pouco qualificado. Mais um motivo dos seus dramas e da sua divisão.

Ela não acusa as mulheres pela situação difícil que estão vivendo, mesmo consciente de que elas procuraram o espaço público e com ele mais trabalho, cansaço e estresse. Vê nessa “transgressão” a condição de ultrapassarem sua imanência, pois acredita que somente através do trabalho produtivo as mulheres serão consideradas pessoas. Através dele, elas puderam “se revelar e descobrirem-se”, afirmou Leda.

Também não tem dúvidas de que nada lhes foi dado, mas conquistado. Assim, a situação que vivem hoje é difícil e pesada, porquanto é injusta e desigual, mas elas concretizaram muitas conquistas traduzidas, entre outros, pelo reconhecimento social do seu valor e competência, e, internamente, pela elevação da sua auto-estima e liberdade. É notório que as mulheres já podem exercer sua maioridade, qual seja, o direito de pensar, de fazer projetos para si e realizá-los, sem ter que pedir ajuda ou permissão aos homens. Leda acompanhou esse processo e escreveu sobre o assunto:

[...] tudo lhe foi dado porque muito soube conquistar, no entanto, por incrível que pareça, é esta sua grande tragédia social: não foram dispensadas as pequenas tarefas domésticas que sempre lhe coube realizar”. Apesar disso, “[...] conquistou o mundo do lar e o mundo profissional do homem. Compete com ele agora, como inevitável consequência de sua ilusão, numa terrível desigualdade. Dele se exige hoje o que sempre se exigiu antes [...] dela exige-se uma tarefa demasiadamente grande, além de suas possibilidades reais. (Jesuino, 1994, p. 29).

Também não se ilude quanto ao fato de que a competição feminina com a masculina não é normal, nem tranqüila, pois além das condições em que normalmente ela se dá, nessa situação, ela é atravessada pelo preconceito que, entre outras coisas, coloca em dúvida a competência feminina, especialmente para as áreas de maior valorização social e econômica. Leda não se queixa disso, mesmo porque optou por uma área profissional predominantemente feminina, a educação. Por ser um campo profissional de pouco interesse masculino, segundo sua própria análise, foi-lhe possível ocupar cargos de destaque, participar de órgãos importantes e de tomadas de decisão.

Sua análise contém verdades, mas carece de outras. Inicialmente é preciso admitir sua competência na área de atuação a que se destinou, que a diferencia da maioria das mulheres e, entre elas, daquelas que seguiram a carreira do Magistério, porque, como vimos, teve uma formação técnica e moral que fugia do tradicionalmente oferecido ao sexo feminino. Por exemplo, diferente do costume da época, recebeu uma formação moral baseada na liberdade responsável e no incentivo a agir com firmeza, determinação e coragem, sendo poupada da repressão e da censura, que mata o eu e anula a vontade livre.

As conseqüências dessa formação foram apresentadas muito cedo em sua vida quando, ainda adolescente, iniciou suas primeiras experiências públicas, ao lançar-se como escritora, divulgando suas idéias em jornais de órgãos estudantis ou de circulação social maior. Do mesmo modo, ao enfrentar uma prática cristalizada na área educativa, que consistia em delegar aos homens o Ensino Médio, mais cobiçado e valorizado, especialmente suas disciplinas teóricas, alvo de grandes embates acadêmicos nos anos 50 e 60. Como relembra a educadora, essas disciplinas (Biologia, História Natural, Química, Filosofia) eram ensinadas por médicos, advogados e engenheiros, levantando-se uma muralha quase que intransponível ao ingresso de mulheres e, pior de uma mulher jovem, como ela era quando começou a ensinar Filosofia no famoso Colégio de dona Anfrísia e no não menos famoso, Colégio Sofia Costa Pinto. Ela tem consciência de que sua situação não podia servir como parâmetro para a vivida pelas mulheres em geral:

[...] pessoalmente, sinto que é perigoso generalizar minha situação: ela, obviamente, não poderá aplicar-se indistintamente a todas. Muitas mulheres altamente qualificadas não conseguem definir objetivos e têm dificuldades em realizar ascensão profissional, tornando-se assim às vezes desalentadas e confusas. E não profissionalizadas. (Jesuino, 1978, p. 2).

Além de ter sido educada para agir como sujeito, o que a fazia portar-se de acordo com o que se espera de um profissional, de estar numa área considerada feminina, sua liberdade para transitar no espaço público e ser aceita por todos sem discriminação também decorria da posição que ocupava na sociedade como esposa

de um homem bem colocado. Ela não era uma mulher só, cheia de filhos para criar, sem dinheiro e sem proteção, possuía uma relação estável e um companheiro respeitado.

Mesmo estando em situação diferente da vivida pela maioria das mulheres, contando com uma formação especial, com uma relação familiar e uma situação econômica estáveis, ela vivencia com as demais mulheres uma identidade de gênero, que se acha ancorada no biológico. Assim, não importa ser uma profissional bem sucedida, isso não se coloca como um passaporte para chegar ao destino dos homens e profissionais. Em sua interpretação do momento presente, ela reflete as dores do passado para si e do presente de tantas mulheres: ao homem profissional, a sociedade só exige que ele seja isso, profissional, quanto às mulheres, elas precisaram ser isto e mais aquilo (mãe, esposa, dona de casa, governanta, cozinheira...). Situação que ela sintetiza com as seguintes palavras: “[...] não é fácil vencer os obstáculos que se apresentam para sua realização profissional, com salários inferiores, preconceitos machistas, assédio sexual. Mas o maior obstáculo intransponível é a conciliação da vida profissional com a vida familiar, sobretudo o papel de mãe, a extrema responsabilidade que lhe é imputada pela vida” (Jesuino, 1984, p. 32)

Diante desse quadro, ela diz que a mulher se sente perdida entre seguir a sedução do espaço público, das conquistas sociais e psicológicas que anunciam uma situação de liberdade igual à vivida pelo sexo masculino, ou “[...] cumprir o seu papel básico de compartilhar com o homem a tarefa de conduzir a família”. Nessa fala do final da década de 90, ela expressa que homens e mulheres passaram a ter responsabilidades iguais com a família, entretanto,

nas entrelinhas é possível divisar que as ocupações domésticas continuam sendo de responsabilidade feminina e postas como prioritária, em suas palavras, como “papel básico” da mulher. Entendimento que será confirmado explicitamente, ao preconizar que o lar é o lugar mais conveniente e adequado ao sexo feminino:

[...] educada para competir com o homem em igualdade na força do trabalho e, ao mesmo tempo, biologicamente feminina, afetiva, de sensibilidade capaz de empatias profundas, a mulher no seu dia tem ainda muitas indefinições e sabe, no seu íntimo, que ainda é no lar que pode encontrar tudo aquilo de que seu coração necessita: o amor que o mundo lá fora desconhece, minimiza e até ridiculariza. (Jesuino, 1996, s/p)

A essa constatação ela se diz mais propensa a acreditar que a mulher saiu perdendo “no jogo da luta pela vida”, pois envolvida pelo canto da sereia, ela foi sendo levada para distante do lar, acreditando que possuía condições incomensuráveis e grandes possibilidades. A educadora é cética e passa uma certa mágoa quanto aos incentivos e promessas feitas à mulher: “[...] não encaro com otimismo e muito menos com euforia a posição da mulher no mundo contemporâneo”, escreveu, talvez como alguém que tenha sentido na própria carne as consequências da situação.

Sua desconfiança não a faz míope a ponto de não enxergar que a situação concreta das mulheres na atualidade é bem melhor do que a vivida pelo sexo feminino em outros momentos, entretanto isto não as fez mais felizes. Seu sentimento passa a idéia de que as mulheres foram enganadas e que a posição que ocupam é frágil diante da complexidade social.

Como ela analisa sua trajetória hoje

Nas entrevistas concedidas pela educadora, evidencia-se que a conciliação entre as duas áreas, a profissional e a materna (doméstica), não é fácil nem segura; que apesar da decisão de não preferir nenhuma delas, uma será prejudicada, senão as duas, caso não haja uma mudança na estrutura familiar, de inspiração patriarcal, que tem sido o nosso modelo. Ela fala disso, explicitamente ou não, em relação à sua vida, em muitos e diferentes momentos.

Afirma que buscou a conciliação de todas as formas, mas não saiu ileso, pois no trabalho não pôde explorar todo o seu potencial, o que exigiria, por exemplo, viagens e períodos de estudo fora do espaço de residência da família. Destarte, não é nesse aspecto que ela identifica as piores perdas, pois acha que foi profissional demais. Quanto à família, há um sentimento de pesar, de que deveria ter sido melhor, precisaria ter sido mais mãe. Não que tenha cometido falhas e, muito menos, irreparáveis, mas lacunas sim.

A avaliação que ela faz hoje sobre sua trajetória de vida pessoal e profissional, ao nosso ver, manifesta sua “natureza” inquiridora, burilada na formação filosófica, mas presente em seu ser desde tenra idade. Ao ler um dos seus mais recentes escritos, *Pela voz do vento*, do final da década de 90, sob a voz de uma personagem fictícia, ela fala de si, da solidão da infância, quem sabe, também do presente; dos questionamentos interiores, das dúvidas e das dificuldades que as escolhas acarretam:

[...] a subida da colina eu comecei, portanto, solitária, sem o passar de carros ou de pessoas. Minha sombra ia comigo; eu, ela, o sol enfraquecido de maio e muitas e dolorosas lembranças. O passado ia

bem à frente, no carrossel das recordações. E a figura da menina loura, de tez rosada e olhos de mel tomou conta do presente, desmanchou-o, desfigurou-lhe o semblante e construiu a sua teia em torno dos meus passos. E tal qual o mágico toque dos encantados seres dos sonhos que me embalaram, senti-me menina e desamparada subindo aquela colina. (1996, p. 22).

Será que este sentimento de solidão não foi o mesmo que acompanhou a mulher/mãe/profissional nas escolhas que diariamente via-se obrigada a fazer? Como fica uma mulher, comprimida entre não fugir ao padrão socialmente exigido, de guardiã do lar, dos bons costumes e da estruturação da família, com cinco filhos para criar e uma infinidade de atribuições e responsabilidades profissionais? Na corda bamba, como ela própria afirmou em passagem anterior. Lutando diuturnamente para não fraquejar, para não pender para nenhum lado, encontrar o meio termo, a justa medida, como decerto havia aprendido com o filósofo de Estagira, Aristóteles, no Curso de Filosofia. Entretanto, como ele mesmo adverte, essa não é uma posição fácil de ser atingida, pois requer tempo e experiência. Em sua situação, exigência impossível, pois precisava agir, a realidade não podia esperar pelo seu aprendizado prévio, ele foi ocorrendo na prática, e com ela os erros, acertos, ansiedades e, quiçá, culpas.

A situação, entretanto, não lhe roubou a esperança, a fé e a alegria de viver. Procurou colher em tudo o seu lado melhor, como diz na obra supracitada: “[...] buscava no chão de asfalto as flores do buquê que o passado me oferecera em profusão. Esqueci um pouco a diáfana companhia das nuvens de algodão, que em fadas, duendes, monstros, príncipes e princesas se transmutavam,

ao sabor do caprichoso, infantil e inconstante da menina ingênua de sete anos” (1996, p.22). Também não a amparou contra as nuvens “cor de chumbo” que apareciam em seu horizonte, contra as quais ela procurava subir com a ajuda do vento a uma posição de onde pudesse apreciá-las e até ouvir e sentir o vento forte.

Vê-se, aí, o valor concedido por ela à interioridade, ao ser humano integral: razão, emoção e sentimento, base dos seus princípios pedagógicos. Não basta ter grande conhecimento técnico e apenas tentar resolver as situações com a razão, o ser humano precisa escavar o seu íntimo, procurar respostas dentro de si, ouvir “a voz do vento”, a voz do coração, lançar mão da sua intuição e do seu sentimento. Como registrou no livro ora analisado: “O homem que dialoga consigo mesmo está construindo, em seus momentos de reflexão, um caminho de certezas para suas incertezas” (1996, p.45).

Esse diálogo é fecundo e profundo hoje, quando, além do tempo físico que conquistou, a experiência tão requerida em momento anterior já não lhe falta. A ela se agregaram uma grande fé, profundidade espiritual e a mesma vontade de realização. O que a faz manter-se ativa, apesar de oficialmente ser considerada inativa: faz conferências, escreve para jornais e academias, participa de obras educacionais, voluntariamente, entre outras.

O que a sociedade valorizou nela a ponto de destacá-la?

A trajetória da educadora apresentada, por si só, é suficiente para responder à questão título do presente item, entretanto, visando a síntese conclusiva, procuraremos iluminar os aspectos

que consideramos chaves. Em uma coluna do jornal *A Tarde*, intitulada “Ela é notícia”, que tinha por objetivo destacar e divulgar “valores femininos”, de acordo com a colunista responsável (Cylla), no ano de 1975, o espaço foi dedicado a Leda Jesuino. Nele, a educadora é apresentada como uma mulher inteligente, com muito a ensinar, porém ocupada demais, o que privava a sociedade de conhecê-la melhor.

A ressalva pode ter interpretações diversas, todavia, à luz do enfoque de gênero que vimos perseguindo, é um destaque às suas qualidades intelectuais e ao seu desempenho profissional e, ao mesmo tempo, uma crítica velada, que poderia ser formulada com perguntas do tipo: como uma mulher pode trabalhar tanto? Como fica sua família? Ou com uma afirmação dura e difícil para uma mãe: Os seus filhos devem estar necessitando da sua presença, dos seus conselhos e da sua proteção.

Em 1978, no dia 9 de abril, o mesmo Jornal, como dissemos anteriormente, de maior circulação na cidade de Salvador e no Estado da Bahia, publicou mais uma matéria sobre a educadora, no suplemento *Mulher*, com o título: “Mãe, avó e mestra: uma instituição”. A chamada de capa dá bem a noção do teor da entrevista: “Cinco filhos, esposa de médico, avó, educadora, ex-diretora de unidade universitária na UFBA, autora e realizadora de inúmeros projetos educacionais – tudo isso e muito mais. Eis a Profa. Leda Jesuino. Sua odisséia inclui intenso trabalho que lhe toma e quase sempre tomou não menos do que dez horas diárias. Como conciliar isso com a condição de mãe de família?”.

Esta última é a pergunta-chave, considerando que a identidade feminina tem sido estruturada a partir do biológico e das funções

que ele determina, entre elas, a mais importante é a maternidade. O título dado à matéria define muito bem esse centro, pois, mesmo tratando-se de uma mulher que se destacou das demais pelo seu desempenho profissional, as funções biológicas são apresentadas em posição privilegiada e suplantando as demais ou, pelo menos, concorrendo com elas em igualdade de condição. É o que diz na seqüência, o texto de abertura da entrevista ora analisado, ao falar das dificuldades enfrentadas pela educadora buscando conciliar as “funções da mulher”, de mãe de família, com as da profissional. “[...] dá trabalho, algumas atividades não saem muito perfeitas, mas ela consegue tudo isso. Milagre é, sem dúvida, mas a bem estruturada senhora soube superar as dificuldades”.

Cruzando essa informação com outras já apresentadas em passagens anteriores, onde ela fala que profissionalmente não conseguiu dar o “mergulho total”, ou seja, não foi possível realizar todo o seu potencial produtivo para não prejudicar a família, é fácil concluir que esse foi um dos aspectos que lhe rendeu pontos no julgamento social. Em outras palavras, a decisão de Leda, considerando-se a época em que ela foi tomada (anos 50 e 60), de não se conformar em ser apenas mãe e esposa de médico, mas profissional dedicada, não teria o mesmo louvor se ela não conseguisse desempenhar a contento as atividades ditas femininas. O artigo revela que ela deu conta do socialmente exigido do ser mulher, como um “milagre”, ela não decepcionou nem a família/sociedade, nem a instituição onde realizou seu trabalho produtivo. Mais importante, porém, foi não ter negligenciado como mãe e esposa, tanto assim que, no texto em análise, destaca-se a “senhora” e não a educadora.

No final dos anos 90, quando mudanças significativas que se estavam esboçando nas décadas anteriores em relação à condição feminina acham-se concretizadas, a situação se inverte e a educadora se faz mais visível do que a mãe/esposa. É o que se pode deduzir do texto publicado no referido jornal, no dia 6 de novembro de 1999, acerca do título de Professor Emérito a ela concedido pela Universidade Federal da Bahia. Diz o mesmo: “No dia 17, a educadora Leda Jesuino dos Santos somará um novo título aos que já conquistou ao longo de sua brilhante carreira”. O jornal *A Tarde* do dia 18 de novembro do mesmo ano relatou a solenidade de outorga do referido Título à educadora, ocorrido no Salão Nobre da Reitoria³. Ele foi entregue pelo Reitor Heonir Rocha, em solenidade bastante concorrida, onde ela foi identificada pelo orador como “uma das mais completas educadoras do estado”.

Completando o artigo do supracitado jornal, o Professor Edivaldo Boaventura⁴ fala do que significa ser “Emérito”, ser Professor Emérito. Analisando o significado da palavra em várias tradições, destaca a anglo-saxônica, onde vem de *emeritus* que significa o aposentado que continua fazendo parte da carreira, e do latim, de *emereri*, que quer dizer alguém que tivesse servido como soldado, para em seguida enfocar o termo na tradição do ensino superior: “[...] define professor emérito como uma posição honorífica concedida a um professor universitário que se jubilou, continuando a usufruir de certos privilégios relacionados com o professor regular”. Posto isso, afirma que Leda não precisava da concessão formal do Título, porquanto já era emérita pela sua trajetória e dedicação total e consciente à UFBA. Em suas palavras:

“[...] professora emérita ela já era, de fato e de pleno direito [...] a Universidade é sua opção de vida, para onde canalizou talentos e esforços [...] a Universidade terminou por se identificar com a professora e a professora com a Universidade Federal da Bahia. Lançada a pergunta: quem é Leda Jesuino? É a professora da UFBA. Resposta simples pelo olhar exterior”.

O *Boletim Informativo* da Faculdade de Educação, de dezembro do ano de 1999, também noticiou o Título concedido à Educadora, proposto pela mesma Faculdade, ao tempo em que emitiu seu parecer sobre seu desempenho profissional, destacando seu pioneirismo e liderança. Do mesmo modo, chamou atenção para o seu amor pela UFBA, conforme fez ver Boaventura no texto acima referido, a ponto de não saber onde terminava sua vida pessoal e onde começava a profissional.

Fora da Universidade, o seu espírito empreendedor também é conhecido, motivando elogios e reconhecimento de todos. Após a aposentadoria, acontecida há mais de duas décadas, ele não cessou, foi ressignificado e redirecionado para atividades voluntárias, em obras como o Lar Franco Belcaro e a Mansão do Caminho. Suas idéias e valores continuam sendo apresentadas ao público através de crônicas, artigos e livros, como vimos anteriormente. Neles Leda reafirma seu compromisso com o ser humano, seus princípios educativos e suas convicções como, por exemplo, o de não envolvimento com questões políticas partidárias.

Essa opção foi feita desde os anos de estudante de Filosofia, quando se manteve distante do forte movimento político estudantil, que envolvia os estudantes daquela Faculdade. Analisa que aquela tinha sido uma opção filosófica, de quem queria se manter livre, em suas palavras, como é próprio do filósofo; entretanto,

à luz do entendimento de hoje, é possível ler nas entrelinhas que ela questiona sua posição. Em entrevista concedida a nós, fez a seguinte ponderação: “Bem, quando eu era jovem, ainda na faculdade, nos primeiros anos, havia um movimento nitidamente esquerdista, dentro da Faculdade de Filosofia. São jovens né? Queriam mudar o mundo. Nesse ponto sou muito filósofa. Filósofo é aquele indivíduo livre, e eu sou livre, felizmente ou infelizmente”.

Sua opção política já não é tão tácita quanto o era nos anos de estudante universitária, há agora uma dúvida, traduzida no “felizmente ou infelizmente”, a que ela tenta relacionar à sua opção pela liberdade, quando, de fato, refere-se ao seu posicionamento ante a política. Entretanto, em nossa interpretação, ela também reverteu em “pontos” no conceito conferido pela sociedade à educadora. Em primeiro lugar, porque a atividade política vem sendo historicamente conferida ao sexo masculino; em segundo, porque com isso ela teve trânsito livre em todas as áreas. Sem barreiras ideológicas, pôde participar de todas as administrações da UFBA e fora dela, como relatou:

“[...] eu nunca sofri injunções políticas. Eu nunca sofri. Eu trabalhei nos programas mais difíceis de educação, do PREMEN ao RONDON, em conjunções políticas chamadas ditaduras militares. Nunca me cercearam uma ação, nada... Chegava no Ministério, fazia críticas... o Ministro Passarinho adorava as críticas que eu fazia”.

Sua atitude nesse aspecto pode ser interpretada, por um lado, como de conciliação com a ideologia patriarcal e mantenedora de uma longa tradição androcêntrica, que afirma ser a mulher inapta para as atividades políticas⁵; por outro, concedeu-lhe espaço livre para transitar por todas as instâncias públicas e privadas e facilitou

que a sociedade aceitasse sua dimensão transgressora, de mulher que não se satisfaz com as funções ditas femininas, definidas pelo biológico, e penetra pela seara da razão e do trabalho fora de casa, o que foi sendo feito com perspicácia e ponderação.

A maneira como ela conseguiu realizar-se como mulher e profissional, reputamos como tendo sido o aspecto socialmente mais valorizado. Todavia foi para ela motivo de dores e sabores. Em sua própria definição, é uma verdadeira equilibrista. Viveu na corda bamba, sem ter o direito de cair, nem de pender-se para um ou para o outro lado. As dores decorrentes de tal situação são apontadas por ela implícita e explicitamente, porém, fazem parte mais do passado do que do presente (da mãe dividida, da dona de casa que vive mais fora desta, da esposa que nem sempre pode acompanhar o marido). Quanto aos sabores, eles são do presente, de quem se sente valorizada, respeitada, celebrada e sabe que valeu a pena viver tanto uns quanto os outros.

Notas

¹ O assunto foi discutido em algumas das nossas publicações, tais como: *Mulheres moralmente fortes*, 1993; *A educação das Virgens*, 1995; *De anjos a mulheres*, 1996.

² Este compromisso foi identificado e analisado por nós na prática educativa do Colégio Nossa Senhora das Mercês, fundado em Salvador no ano de 1897, sob o comando da Ordem de Santa Úrsula. (Passos, 1995).

³ Na UFBA, normalmente esse tipo de solenidade ocorre na Sala dos Conselhos, por ser menor, exceção feita quando o mesmo é concedido a professores de grande projeção social e profissional, pela quantidade de pessoas que acorrem ao evento.

⁴ Professor Titular da Faculdade de Educação e Diretor Geral do jornal *A Tarde*.

⁵ O assunto foi discutido por nós no livro *Palcos e Platéias – as representações de gênero na Faculdade de Filosofia*, 1999.

Fotos



Aos 11 anos,
aluna do Colégio 2 de Julho



Aos 19 anos, professora de
latim do Colégio 2 de Julho,
1945



Leda Jesuino, formanda do Curso de Filosofia, em 1946



Leda com o marido, Dr. Jesuino Netto, e os filhos, Leda Maria, Mônica, Eduardo, Henrique Celso e Paulo André, 1960



IX Encontro Nacional de Secretários de Educação, Presidentes de Conselhos Estaduais de Educação e Reitores de Universidades do Brasil - Porto Alegre, RS, novembro, 1975.
Na foto, Dr. Carlos Santana e Profª Yecla Barradas



Leda Jesuino é empossada pelo prefeito Jorge Hage como presidente da Comissão Municipal do Mobral de Salvador, 1976



Como Diretora da Faculdade de Educação, Leda recebe a visita do Conselho Federal de Educação. Aparecem o reitor Dr. Lafayette Pondé, Prof. Edivaldo Boaventura, Dr. Navarro de Brito, Dr. José Vasconcelos e Profª Zilma Barros, 1976



Inauguração da Escola Estadual Leda Jesuino, 1985



Atuando na Academia de Educação como Vice-presidente, 1998



Paraninfando a turma de pedagogia 2000 da Faculdade de Educação da UFBA

Este livro foi publicado
no formato 140 x 170 mm
Impressão do miolo Setor de Reprografia da EDUFBA
Impressão de capa e acabamento:
ESB Serviços Gráficos

Dados sobre a autora

Elizete Passos é Professora Universitária, pesquisadora e escritora. Licenciada em Filosofia, Mestre e Doutora em Educação, há muitos anos vem pesquisando sobre a educação feminina na Bahia e orientando teses e dissertações sobre o assunto. Acerca da temática tem vários livros e artigos, destacando-se os seguintes livros: *O Feminismo de Henriqueta Martins Catharino*, *Mulheres Moralmente Fortes*, *De Anjos a Mulheres*, *A Educação das Virgens e Palcos e Platéias*.

